

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA

KÁTIA SALDANHA MARQUES

**EFEITO DA EXPOSIÇÃO AO CONTEXTO DA AGRESSÃO SOBRE O DISCURSO
EXPLICATIVO**

CAMPO GRANDE, MS
2019

KÁTIA SALDANHA MARQUES

**EFEITO DA EXPOSIÇÃO AO CONTEXTO DA AGRESSÃO SOBRE O DISCURSO
EXPLICATIVO**

Relatório de defesa apresentado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia, da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Ferraz Córdova

CAMPO GRANDE, MS
2019

KÁTIA SALDANHA MARQUES

EFEITO DA EXPOSIÇÃO AO CONTEXTO DA AGRESSÃO SOBRE O DISCURSO
EXPLICATIVO

Relatório de defesa apresentado à Comissão Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Aprovado em ____/____/____

Prof. Dr. Lucas Ferraz Córdova – Orientador (UFMS)

Prof.^a Dr.^a Zaira de Andrade Lopes (UFMS)

Prof. Dr. Fabio Henrique Baia (UniRV)

Prof.^a. Dr.^a. Alexandra Ayache Anache (UFMS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu energia e força para concluir todo esse estudo.

Agradeço aos meus pais e irmãos, pelo amor, incentivo e apoio incondicional durante todos os anos do mestrado. A eles devo tudo e sem eles nunca chegaria tão longe.

Ao Wilson, que me apoiou no ingresso ao curso, deu suporte e emprestou o ombro nos momentos mais difíceis. Obrigada por tudo. Gratidão eterna.

Às famílias Figueiredo e Oliveira, especialmente ao Wilsinho e Marcia, por todo carinho e amor, que foram essenciais nesse processo.

Aos meus amigos, vocês encheram esse período de momentos especiais e felizes, que fizeram dele um pouco mais leve.

Agradeço ao meu orientador, profº drº Lucas Ferraz Córdova, que tem me acompanhado desde a graduação e feito tanta diferença no meu crescimento acadêmico e pessoal, tendo dado todo o auxílio necessário para a execução desse mestrado.

Agradeço à profª drª Zaira de Andrade Lopes, ao profº dr. Fabio Henrique Baia e à profª drª Alexandra Ayache Anache por aceitarem o convite para participarem dessa banca, e por todas as contribuições para este trabalho.

RESUMO

A pesquisa teve por objetivo investigar o efeito do conhecimento do contexto em que uma situação de agressão ocorre sobre a forma como as pessoas a explicam. Tal investigação foi feita a partir da abordagem behaviorista radical, que considera a fala como um comportamento, a saber, o comportamento verbal, que assim como os demais comportamentos operantes, tem sua ocorrência relacionada às consequências que gera no meio e ao contexto em que é emitido. Dessa forma, a pesquisa analisou como o comportamento verbal dos participantes se alterou à medida em que passaram a conhecer o contexto em que uma situação de agressão ocorreu, partindo da hipótese inicial de que, essa alteração ocorreria, quando conhecessem tal contexto. Para tanto, foram selecionados 10 participantes, divididos aleatoriamente em dois grupos. O experimento consistiu na apresentação de um vídeo em que acontece uma agressão física entre dois adolescentes, sendo que o grupo A assistiu ao vídeo completo, e o grupo B assistiu primeiramente à parte do vídeo em que aparece a agressão realizada pelo garoto maior, e depois de pelo menos 48 horas, o vídeo completo. Após, foi solicitado que explicassem os comportamentos dos personagens, os dois garotos envolvidos na briga. Para análise das verbalizações, foram criadas quatro categorias de juízo de valor aplicado aos comportamentos dos personagens: aprovam/justificam garoto maior, aprovam/justificam garoto menor, desaprovam garoto maior, desaprovam garoto menor; e quatro categorias de forma de explicação causal dos comportamentos: internalista, funcional, topográfica e intencional. Os resultados apresentaram alterações significativas tanto no juízo de valor, onde observou-se que a Fase 2 do Grupo B, quando já conheciam o contexto da agressão física, apresentou resultados similares ao Grupo A, que assistiu ao vídeo completo; quanto na forma de atribuição causal aos comportamentos, onde observou-se que após conhecerem o contexto, a taxa de verbalizações internalistas diminuiu e de verbalizações funcionais e topográficas aumentou, o que corrobora com conclusões de outros estudos, que tem demonstrado que quando se discrimina mais claramente as variáveis que controlam determinado comportamento, as explicações tendem a ser mais descritivas do que mentalistas.

Palavras-chave: Comportamento verbal. Análise comportamental do discurso. Método Reno. Controle Aversivo.

ABSTRACT

The research aimed to investigate the effect of knowledge of the context in which a situation of aggression occurs on the way people explain this event. This research was done from the radical behaviorist approach, which considers speech as a behavior, namely verbal behavior, which, like other operant behaviors, has its occurrence related to the consequences it generates in the environment and the context in which it is issued. Thus, the research analyzed how verbal behavior of the participants changed as they came to know the context in which a situation of aggression occurred, starting from the initial hypothesis that this change would occur, when they knew such context. For this, ten participants were randomly divided into two groups. The experiment consisted in the presentation of a video in which there is a physical aggression between two adolescents. The group A watched the complete video, and group B first watched the part of the video showing the aggression performed by the bigger boy, and then of at least 48 hours, the full video. After the video, they were asked to explain the behaviors of the characters, the two boys involved in the fight. For analysis of the verbalizations, four categories of value judgments applied to the behaviors of the characters have been created: approve / justify bigger boy, approve / justify smaller boy, disapprove bigger boy, disapprove smaller boy; and four categories of causal explanation of behaviors: internal, functional, topographic and intentional. The results showed significant changes in both the value judgment applied, where it was observed that Group B Phase 2, when they already knew the context of the physical aggression, presented similar results to Group A, who watched the complete video; as well as in the form of causal attribution to the behaviors, where it was observed that after knowing the context, the rate of internalist verbalizations decreased and of functional and topographical verbalizations increased, which is shown according to the conclusions of other studies, which has shown that when the variables controlling a particular behavior are more clearly discriminated, explanations tend to be more descriptive than mentalistic.

Key-words: Verbal behavior. Behavioral analysis of speech. Reno method. Aversive control.

SUMÁRIO

	Página
1. APRESENTAÇÃO	8
2. BEHAVIORISMO RADICAL	11
2.1. SELECIONISMO	12
2.2. EXPLICAÇÃO FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO	15
2.3. COMPORTAMENTO VERBAL	18
2.3.1. COMPORTAMENTO VERBAL EXPLICATIVO	20
2.4. ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO DISCURSO	22
2.4.1. MÉTODO RENO	22
2.4.2. ESTUDOS EXPERIMENTAIS COM O MÉTODO RENO	25
2.5. DETERMINAÇÃO DA CULTURA E COMPORTAMENTO SOCIAL	31
2.6. CONTROLE AVERSIVO	35
3. MÉTODO	38
3.1. OBJETIVOS	38
3.1.1. OBJETIVO GERAL	38
3.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	38
3.2. PARTICIPANTES	38
3.3. LOCAL	39
3.4. MATERIAIS	39
3.5. DELINEAMENTO	40
3.6. PROCEDIMENTO	40
3.6.1. QUESTIONÁRIO PÓS-EXPERIMENTAL	42
4. RESULTADOS	42
4.1. RESULTADOS GRUPO A	44
4.1.1. RESULTADOS INDIVIDUAIS GRUPO A	44
4.1.2. RESULTADOS GERAIS GRUPO A	52
4.2. RESULTADOS GRUPO B	55
4.2.1. RESULTADOS INDIVIDUAIS GRUPO B	55
4.2.2. RESULTADOS GERAIS GRUPO B	71
4.3. RESULTADOS COMPARATIVOS DA FASE 2 ENTRE OS GRUPOS	75
4.4. QUESTIONÁRIO PÓS EXPERIMENTAL	77
5. DISCUSSÃO	78

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
7. REFERÊNCIAS	87
8. APÊNDICES	92
8.1. APÊNDICE A – PRINT SCREEN CRITÉRIO DE EXCLUSÃO	92
8.2. APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	93
8.3. APÊNDICE C – FOLHA DE INSTRUÇÃO SOBRE O PROCEDIMENTO	95
8.4. APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO EXPERIMENTAL	96
8.5. APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PÓS EXPERIMENTAL.....	97
8.6. APÊNDICE F – PRINT SCREENS DAS PRINCIPAIS CENAS.....	98

1 APRESENTAÇÃO

A pesquisa relatada neste estudo nasceu a partir da indagação sobre o porquê de que em determinados momentos, estímulos aversivos topograficamente semelhantes são funcionalmente diferentes na forma como afetam o comportamento das pessoas, o que se demonstra por sua aceitação ou não da utilização dos mesmos, dependendo do contexto em que é aplicado. Ou seja, por que um determinado tipo de agressão física às vezes vai ser condenado e outras vezes justificado. Em decorrência desta dúvida, buscou-se delinear um procedimento que propiciasse essa discussão, além de testar hipóteses que respondessem essa questão de forma experimental.

A primeira e principal hipótese levantada foi a de que uma das variáveis que controlam o discurso das pessoas acerca do uso de estimulação aversiva é o conhecimento do contexto em que a mesma foi utilizada, considerando-se conhecimento como ficar sob controle discriminativo. Dessa forma, o experimento foi desenhado para que os participantes explicassem o comportamento de dois personagens envolvidos em uma situação onde ocorre agressão física, comparando suas respostas sem ter acesso ao contexto em que ocorreu e depois, ao conhecer o mesmo.

Para tanto, utilizou-se como embasamento o Behaviorismo Radical, que, enquanto filosofia que orienta a ciência da Análise do Comportamento, toma como objeto de estudo o comportamento, o qual se define como a interação entre organismo e ambiente (SKINNER, 1953/2000), assim, nota-se que comportamento é um conceito relacional, pois só se explica a partir de uma relação com o ambiente, e funcional, pois ocorre em função dessas variáveis ambientais, e é assim que o mesmo foi considerado, ao se fazer a análise do comportamento verbal dos participantes da pesquisa, ao explicarem o que lhes foi apresentado no experimento.

O comportamento verbal também se constitui como um comportamento operante, obedecendo, deste modo, às mesmas regras, só se diferenciando por sua característica de estar relacionado com o meio a partir de uma ação mecânica, sendo consequenciado somente a partir da mediação de outras pessoas que participam da mesma comunidade verbal que o falante, aquele emite a resposta verbal (SKINNER, 1957/1978).

Uma das formas que o cientista do comportamento tem de analisar o comportamento verbal é por meio da Análise Comportamental do Discurso (ACD),

que segundo Borloti (2008, p.104), “é um procedimento de uma ciência natural que se propõe a prever e a controlar o discurso”. Sendo o Método Reno, um método de Análise comportamental do Discurso, e o método que será utilizado no presente estudo.

O Método Reno foi desenvolvido a partir dos estudos de Willard Day (1969), que buscou conhecer como a audiência influenciava no que e como era falado determinado discurso. Para isso, em seus projetos, os sujeitos eram induzidos a falar, e assim testava-se mudanças nas circunstâncias ambientais às mudanças nas falas, mas sem controle formal das condições em que isso acontecia (MOORE, 1991).

A partir do Método Reno, a pesquisa relatada aqui foi organizada de forma a analisar os efeitos que a exposição ao contexto em que uma agressão ocorre tem sobre a resposta verbal dos participantes, investigando se ocorrem mudanças na resposta em decorrência das mudanças nos estímulos ambientais, o vídeo apresentado. Considera-se importante ressaltar que ao falar de contexto, refere-se às circunstâncias em que as agressões físicas realizadas no vídeo ocorreram.

Para alcançar tais objetivos, o experimento se constituiu da seguinte forma: foi feita a apresentação de um vídeo contendo uma situação de agressão a dois grupos de participantes, cada grupo contendo 3 participantes. O Grupo A assistiu ao vídeo completo, e o Grupo B primeiramente à parte da agressão física executada pelo garoto maior e, em no mínimo 48 horas depois, ao vídeo completo. Todos os participantes foram solicitados a explicar o comportamento dos personagens do vídeo, dizendo a que o atribuem. Sendo que o Grupo B fez isso em dois momentos: ao ver somente a agressão do garoto maior, e ao assistir o vídeo completo.

Diante do exposto, esta dissertação será apresentada na seguinte ordem: O Capítulo 2 trará o referencial teórico que embasa esta pesquisa e a revisão de literatura feita sobre o tema, onde será apresentada uma caracterização do Behaviorismo Radical, sua influência pela teoria da Seleção Natural, a forma como explica o comportamento e, de forma mais específica, o comportamento verbal, o Método Reno enquanto proposta para análise comportamental do discurso, as pesquisas já realizadas com o Método Reno, e o tema do controle aversivo e como é determinado pela cultura.

O capítulo 3 abordará a metodologia utilizada, iniciando pelos objetivos do trabalho, e trazendo depois uma exposição detalhada do procedimento realizado

para a investigação experimental. O capítulo 4 apresenta os resultados obtidos no experimento, divididos em resultados individuais e por grupo, seguido do capítulo 5, no qual discute-se os resultados. Fechando, vem as referências utilizadas para o desenvolvimento do referencial teórico do trabalho, e no capítulo 7, os apêndices, que contêm o material utilizado para coleta de dados e os *print screens* das principais cenas do vídeo, que têm como objetivo demonstrar ao leitor o que acontece no vídeo caso este não o encontre na internet.

2 BEHAVIORISMO RADICAL

Uma primeira versão do Behaviorismo surge em 1913 com Watson defendendo uma maior objetividade na psicologia, se alinhando com o positivismo e mecanicismo. Em meados da década de 1930, uma forma diferente de pensar o Behaviorismo, alinhando-o com outras bases epistêmicas, começa a aparecer com os trabalhos de Skinner, que introduz o Behaviorismo Radical.

O Behaviorismo Radical, como uma filosofia da ciência que orienta a análise do comportamento, propõe uma ciência do comportamento baseada no pragmatismo, se distanciando, portanto, do realismo, concepção adotada pelos behavioristas metodológicos, em que se faz distinção entre o mundo subjetivo, interno, e o objetivo, externo (BAUM, 2006). O pragmatismo é uma corrente filosófica americana que teve origem no final do século XIX, tendo como principais pensadores William James e Charles Peirce, e em seu início é considerada mais um método do que sistema filosófico, vindo a adquirir status de filosofia, com os refinamentos de William James (COSTA e SILVA, 2011).

O pragmatismo, logo no início, difundiu o pressuposto de Peirce de que uma crença é um hábito de ação, e não uma representação. E prosseguindo nessa ideia, William James e John Dewey buscaram substituir os questionamentos sobre o que uma crença representa por questões sobre a utilidade da crença, e encontrar uma forma de descrição de mundo mais útil de acordo com o propósito que se tem (RORTY, 1991). Dessa forma, James e Dewey preconizaram uma nova maneira de fazer filosofia, onde o que importa é o valor prático das palavras, defendendo uma teoria da verdade relacionada a seu uso e relações, a realidade como ação humana, onde tudo que existe é produto de um processo de relações entre os corpos, em que agem um sobre o outro, se modificando mutuamente. Uma filosofia que se interessa mais pelo significado dos conceitos, sua importância e função, para entender o papel que desempenha na vida humana, que pressupõe que o significado de uma ação está no resultado que gera (NASCIMENTO, 2011).

Assim, o pragmatismo se baseia no valor funcional das descrições tidas como verdadeiras, sendo isso o que lhe dá sentido. Essas descrições não são consideradas como uma propriedade estagnada, mas como um processo. Dessa forma, o que confere significado a uma descrição científica é seu caráter instrumental. Esta vertente não se refere mais ao conhecimento como representação

da realidade, nem à mente como produtora do conhecimento (TOURINHO, 1996). Por isso, busca termos descritivos para compreensão do comportamento, que tanto o definem como o explicam; essas descrições incluem os fins, e o contexto no qual os comportamentos ocorrem (BAUM, 2006), pois, como Moxley (1997) explica, as relações funcionais do comportamento com o seu contexto determinam o significado do mesmo, ou seja, explicam o porquê de tal comportamento. Portanto, há uma rejeição do realismo, cuja concepção de ciência visa à descoberta da verdade sobre o universo objetivo, sendo que as descrições acerca dele seriam como um espelho, ou seja, representariam a realidade exatamente como ela é (TOURINHO, 1996). Enquanto o pragmatismo propõe que a verdade de uma afirmação seja medida por sua correspondência com os resultados experimentais e por suas consequências (CARRARA, 2015).

Além disso, conforme Baum (2006), o Behaviorismo Radical rejeita a ideia de um mundo dualista, pois entende que todos os fatores que envolvem o comportamento: variáveis antecedentes, consequentes, variável dependente, são descritos sem se distinguir sua natureza, sendo todos explicados a partir de um mesmo mundo material e físico, pressuposto filosófico denominado monismo. Por isso, não desconsidera, como muitos pensam, o âmbito do pensamento e sentimentos, apenas não o toma como um mundo interno, à parte de um suposto mundo exterior e real. E Tourinho (1996) comenta ainda que também rechaça a noção de conhecimento como representação mental da realidade; assim, conhecer é comportar-se discriminativamente diante de estímulos, o que possibilita ao indivíduo uma interação mais eficaz com o ambiente. Portanto não existem processos mentais envolvidos no conhecimento, uma vez que conhecer se refere à probabilidade do organismo se comportar de uma determinada forma diante de situações específicas.

2.1 SELECIONISMO

Outra teoria que exerceu grande influência na visão de Skinner é a da Seleção natural, na qual Darwin descreve o processo pelo qual características biológicas ou comportamentais são selecionadas e transmitidas para as próximas gerações, geneticamente.

A teoria de Darwin acerca da Seleção Natural, se baseia na ideia de que os organismos se diferenciam a partir da capacidade de sobrevivência e reprodução. O ambiente seleciona aqueles cujas características favorecem a sobrevivência, e que

as transmitem de uma geração para outra. Para tanto, é necessário que exista variação dentro de uma mesma espécie, pois a seleção vai trabalhar a partir dela (CATANIA, 1999; DARWIN, 1979). Se uma determinada variação no comportamento dos organismos aumentar a probabilidade de sobrevivência e reprodução dos mesmos, e essas contingências de sobrevivência permanecerem por um longo período, então pode-se dizer que esse comportamento prevaleceu por ter gerado como consequência a sobrevivência daquela espécie (SKINNER, 1974/2006).

A espécie humana, como as demais, é explicada a partir do processo de seleção natural, desde a anatomia e fisiologia, até o próprio comportamento, objeto de estudo do Behaviorismo, o qual envolve o ambiente, e só pode ser explicado a partir da investigação das condições em que ocorre (SKINNER, 1974/2006). E seguindo então essa linha de raciocínio, Skinner criou o termo Seleção por consequências para descrever o processo pelo qual o comportamento é determinado (SKINNER, 1974/2006). Este modelo se baseia no pressuposto de que, quando há variações, contingências seletivas poderão selecioná-las ou não (MELO et al, 2015).

Nessa perspectiva, existem três níveis de seleção sobre o comportamento humano, sendo o primeiro o filogenético, que, conforme descrito anteriormente, envolve mudanças graduais que ocorreram ao longo de extensos períodos de tempo e resultam na seleção de populações de organismos no decorrer do tempo evolucionário (CATANIA, 1999). Nesse tipo de seleção, os comportamentos foram selecionados na história da espécie porque contribuíram para a interação com o ambiente.

No segundo nível de seleção do comportamento, é onde ocorre a história de aprendizagem individual, principalmente por meio do condicionamento respondente e operante. A partir desses processos, o ambiente modela o repertório comportamental de um organismo (MELO et al, 2015). Então, nesse nível, o comportamento é selecionado porque permitiu a sua manutenção, por ter, no passado, produzido consequências que aumentam sua probabilidade de ocorrer novamente em situações semelhantes no futuro (MICHELETTO, 1999). Esta é a seleção ontogenética, que se refere à história de aprendizagem de comportamentos, por meio de suas consequências, no decorrer da vida de um indivíduo desde seu nascimento.

Esse processo, em que o comportamento é selecionado pelas consequências que produz, chama-se condicionamento operante (SKINNER, 1974/2006); a consequência que o mantém é chamada de reforço, e é reforçadora por fortalecer o comportamento que a gerou, mantendo dois tipos de comportamentos, aqueles que produzem algo que favorecem a sobrevivência, um reforço positivo, e aqueles que diminuem uma condição prejudicial, reforço negativo, nesse caso, temos o controle aversivo selecionando o comportamento. Em ambas situações, esse comportamento provavelmente voltará a ocorrer em situações parecidas (SKINNER, 1974/2006).

As consequências que mantêm um comportamento operante e as condições que determinam quão provável é sua emissão não estão presentes no ambiente atual do momento em que a resposta ocorre, mas estão na história do organismo, e ao ambiente cabe o papel de afetar a probabilidade da resposta (SKINNER, 1974/2006). Essa afirmação implica dizer que a resposta é selecionada pelo ambiente, e que é muito diferente de falar que o próprio organismo foi quem selecionou esta forma de responder (CATANIA, 1999).

E o terceiro tipo de seleção é a cultural, onde os comportamentos são selecionados devido a sua importância para o grupo, e ocorre quando um comportamento pode ser repassado de um organismo a outro, por exemplo, por imitação ou pela linguagem, ambas fazem parte da cultura do grupo ao qual o organismo pertence e que determina diretamente a forma como se comporta (CATANIA, 1999).

Na filogênese e ontogênese, observa-se que a variação é parte imprescindível do processo de seleção, e no nível cultural, é possível verificar que as práticas culturais que favorecem a diversidade têm vantagens especialmente por propiciarem esta variabilidade (CATANIA, 1999).

O mundo, o ambiente físico dos seres humanos, se constitui, em grande parte, de outros seres humanos, portanto, as ações dessas pessoas compõem o ambiente uma das outras, e assim, grande parte do comportamento humano é determinado por outras pessoas (SAMPAIO; ANDERY, 2010). Por serem, os humanos, parte tão significativa do ambiente, e por estudarmos o comportamento a partir da relação com seu ambiente físico, surge a necessidade de diferenciar esse tipo específico de comportamento, denominado comportamento social, onde uma

ação envolve a mediação de outra pessoa, enquanto aspecto relevante do ambiente que determinou aquele comportamento (SAMPAIO; ANDERY, 2010).

Esse controle social, que inclui a soma de todas as fontes de controle social sobre o comportamento, a Análise do Comportamento denomina cultura, à qual as pessoas são expostas, desde que nascem, ao interagirem com contingências ambientais, que são, em sua maioria, fornecidas por outras pessoas. Então, a cultura diz respeito às contingências de reforçamento social que geram e mantêm o comportamento dos membros de um grupo. Essa definição permite um claro entendimento de que cultura se refere às interações entre pessoas e seu ambiente, o qual se compõe principalmente de outros indivíduos, da mesma espécie (SAMPAIO; ANDERY; BAIA, 2013)

Conforme Skinner (1953/2000), no comportamento social, existem sistemas entrelaçados de resposta, pois as contingências tríplices de dois ou mais sujeitos se sobrepõem, então o produto da resposta de um serve como consequência para a resposta de outro. E novamente, verifica-se que este tipo de comportamento se mantém porque tem valor de sobrevivência para a espécie.

Então, na filogenia, temos a história evolutiva do organismo, dentro da espécie a que pertence, na ontogenia, sua história de vida individual (CATANIA, 1999), e na cultura, a determinação do ambiente social. A primeira se utiliza das contingências de sobrevivência, que caracterizam as condições nas quais a espécie adquire comportamento, enquanto a segunda e a terceira de contingências de reforço, que descreve a aquisição de comportamento pelo indivíduo. E o perigo em relacioná-las é colocar a dotação genética como causa do comportamento, em vez de algo que representa os efeitos atuais da seleção natural (SKINNER, 1974/2006).

Assim, apenas a partir do entendimento do comportamento como produto da seleção filogenética, ontogenética e cultural que é possível compreender de onde ele vem, o que o causa, ou melhor, em função de quais aspectos do ambiente ele ocorre e permanece sendo emitido.

2.2 EXPLICAÇÃO FUNCIONAL DO COMPORTAMENTO

A partir do modelo de Seleção Pelas Consequências, tem-se uma explicação do comportamento enquanto função de variáveis ambientais, o que demonstra a

concepção de causa dentro da filosofia behaviorista radical, onde a ideia de relação funcional é apresentada em detrimento da noção de relação causal mecânica.

Mas como se costuma explicar as causas do comportamento? Em geral, ele é explicado, atribuindo-lhe a fatores como o que se sucede a ele, alegando que aquela seja a causa de ter ocorrido, e ao que se observa nos próprios corpos antes de agir, como os sentimentos e emoções que ocorrem anteriormente à ação. Mas ambas explicações colocam alguns problemas para se pensar: como fatos físicos e mentais se relacionam na geração desses comportamentos, como prever e controlá-los observando diretamente os sentimentos e o sistema nervoso, e como modificar a mente ou o cérebro para gerar mudanças no comportamento (SKINNER, 1974/2006). Ou seja, são explicações que geram mais perguntas, em vez de respondê-las satisfatoriamente, além do que não favorecem a previsão e controle do comportamento, e conseqüentemente, sua manipulação, e dessa forma, deixaria de ser um objeto científico válido

Skinner (1974/2006) se posiciona em relação às explicações mentalistas do comportamento, ressaltando primeiramente que não nega a existência de eventos privados, nem os consideram inobserváveis, pois aceita a possibilidade de auto-observação e auto-conhecimento, sendo tais eventos privados, o mundo sob a pele, passíveis de estudo, questionando apenas a natureza do objeto observado e o quanto essas observações são fidedignas. No entanto, reconhecer essas possibilidades não significa dizer que sejam a causa do comportamento, porém são produtos colaterais das histórias ambientais e genéticas do sujeito observado, que geralmente são ditos como causa do comportamento por desconhecimento das variáveis das quais o comportamento é função. Em contrapartida, entender o comportamento a partir das variáveis ambientais e sua participação na emissão do mesmo permite a previsão e controle do comportamento humano, e uma vez que o ambiente possa ser alterado, o comportamento também pode ser modificado (SKINNER, 1974/2006).

Na busca pela causa dos comportamentos, torna-se mais eficaz falar em termos de função, que se caracteriza como a relação entre eventos ambientais – as circunstâncias em que o comportamento ocorre e as conseqüências do mesmo, e ações específicas – o comportamento emitido nas circunstâncias descritas. Essa relação é chamada contingência de três termos e demonstra que o comportamento

depende tanto do que acontece antes, os antecedentes, como do resultado dele, o que acontece depois, as consequências (CATANIA, 1999).

Conforme Carrara (2015) explica, para o Behaviorismo Radical, o que se descobre na natureza é a interdependência entre os fenômenos. Portanto causa e efeito são mudanças nas correlações entre duas ou mais variáveis do fenômeno, e por isso, esses termos podem ser substituídos pela noção de função matemática. O comportamento só pode ser controlado e previsto se for analisado em termos de interação entre organismos e ambiente, o que envolve descrever as mudanças que ocorrem no organismo e ao mesmo tempo, como consequência, no ambiente. A esse processo, Skinner chama relação funcional, que substitui a explicação do comportamento baseada na causalidade mecânica (CARRARA, 2015).

Esta ideia de relação funcional foi defendida por Mach, cujas proposições influenciaram diretamente Skinner. Para Mach, “explicação e descrição são uma única e mesma coisa. O que importa é que, ao descrevermos nossas observações, usemos termos que relacionem um fenômeno a outro” (BAUM, 2006, p. 44). Micheletto (1999), explica que Mach troca a noção mecânica de causa e efeito pela descrição de relações funcionais. Portanto, para Mach, só existem causas na natureza enquanto relações constantes e funções matemáticas, sendo a tarefa do cientista a descrição completa dessas relações. Essa concepção machiana Skinner tomou como princípio para o desenvolvimento de sua teoria, e esses novos termos, como o próprio afirma (1953/2000), não implicam um evento causando outro, simplesmente que acontecimentos geralmente ocorrem juntos, em uma certa ordem.

Assim, Skinner (1953/2000) explica o comportamento como uma relação entre a variável dependente – o comportamento, e variáveis independentes – as condições ambientais das quais ele é função. Portanto, em seu sistema, a causa é substituída por alteração na variável independente e efeito por mudança na variável dependente (CHIESA, 2006). A identificação da relação entre as variáveis dependentes e independentes permite reconhecer a complexa rede de determinações do comportamento, representada pela ação das consequências deste sobre a probabilidade de respostas futuras (NENO, 2003). Essa multideterminação do comportamento é vista também no comportamento verbal, onde Skinner (1957/1978) utiliza o termo *causação múltipla*, se referindo a um

comportamento como sendo função de mais de uma variável ou a uma variável afetando mais de um comportamento verbal.

2.3 COMPORTAMENTO VERBAL

Skinner (1957/1978, p. 16) define comportamento verbal como “comportamento reforçado pela mediação de outras pessoas”, sendo estas, que mediam o reforço, chamadas de ouvintes, que foram treinados previamente pela comunidade verbal da qual fazem parte e por isso conseguem consequenciar respostas verbais. Assim, a resposta do falante é estímulo discriminativo para o ouvinte se comportar, enquanto a resposta deste disponibiliza a consequência da verbalização do primeiro. O autor esclarece ainda que qualquer movimento que afete outro organismo pode ser verbal, independente da sua forma, pois mesmo que a mais comum seja a vocal, existe a escrita, sinais, gestos, etc. (SKINNER, 1957/1978).

Além disso, como já citado, outro aspecto importante do comportamento verbal é sua causalidade múltipla, pois uma resposta verbal com a mesma topografia pode ocorrer em condições diferentes, fazendo-se necessária uma investigação das variáveis que estão controlando tal resposta (SKINNER, 1957/1978). Como detalha Barros (2003), tais características do comportamento verbal fazem dele algo complexo, o que se demonstra na aquisição dele pelas crianças, que a partir do momento que começam a aprender a falar, em pouco tempo, usualmente, já dominam um vasto repertório, sendo capaz de produzir respostas verbais que não foram diretamente treinadas, e nomear coisas a partir da combinação de unidades já aprendidas. Mas apesar dessa complexidade, pode ser compreendido, como os demais comportamentos, por meio da análise funcional.

Skinner (1957/1978) se refere a quem emite o comportamento verbal como falante, e à pessoa que reforça o comportamento verbal como ouvinte. Sendo que os comportamentos de ambos juntos e relacionados é o que ele chama de episódio verbal total. Na mesma obra, o autor ainda explica que o falante pode ser o próprio ouvinte, e nesse caso, ele reage ao seu próprio comportamento.

Parte do que ele disse está sob controle das outras partes de seu comportamento verbal. Referimo-nos a esta interação quando dizemos que o falante qualifica, ordena ou elabora seu

comportamento no momento em que ele é produzido [...] O ouvinte e o falante, quando são uma única pessoa, se engajam em atividades tradicionalmente descritas como “pensamento”. O falante manipula seu comportamento; ele o revê e pode rejeitá-lo ou emití-lo de forma modificada. [...] O falante hábil aprende a modificar o comportamento fraco e a manipular variáveis que gerarão e reforçarão novas respostas em seu repertório. Comportamento verbal/ operantes verbais. (SKINNER, 1957/1978, p. 26)

A emissão de respostas verbais em circunstâncias específicas forma o repertório verbal de um falante, indicando seu provável comportamento verbal. Skinner (1957/1978) compara o repertório verbal a vocabulário, no sentido de que, leigamente, o que se chama de vocabulário se encaixa no termo repertório verbal, porém este é muito mais amplo. Mas, apesar da comparação, Skinner defende que a determinação das circunstâncias controladoras confere um caráter dinâmico ao repertório, característica que o vocabulário não possui, até porque o primeiro se configura como comportamento, aspecto que não se verifica no conceito leigo de vocabulário (SKINNER, 1957/1978). A aquisição, manutenção ou extinção do repertório verbal se sucede de acordo com os mesmos princípios dos demais repertórios operantes (BARROS, 2003). Ele pode também ser modelado, e assim conter características mais rudimentares ou mais sofisticadas, o que vai depender da comunidade verbal à qual a pessoa pertence. A forma como a comunidade modela o comportamento verbal pode ser indulgente ou exigente. Diferentes comunidades verbais modelam diferentes formas de falar, e assim o sujeito possui “repertórios diferentes que exercem controle semelhante em ouvintes diferentes” (SKINNER, 1974/ 2006 p. 80).

Portanto, o repertório verbal se forma por meio da consequenciação de respostas verbais em momentos específicos, por pessoas que fazem parte da comunidade verbal do indivíduo. Baum (2006, p. 137) descreve comunidade verbal como “grupo de pessoas que falam entre si e que reforçam as verbalizações umas das outras”, controlando assim a probabilidade de ocorrência de classes de respostas verbais. Para que o comportamento verbal seja reforçado, e consequentemente estabelecido, é necessário que tanto o falante como o ouvinte tenham passado por treino em uma mesma comunidade verbal. Se o reforço dado pelos membros da comunidade cessa, pode levar à diminuição ou mesmo à extinção de um operante verbal (SKINNER, 1957/1978).

Dentro dessa perspectiva, o significado das palavras não é uma propriedade da resposta, mas das contingências que mantêm a topografia do comportamento e o controle dos estímulos. Não há significados iguais para o ouvinte e para o falante, como o que um dicionário pretende fazer, padronizar significados, mas no máximo mostra outras palavras com o mesmo significado, ou seja, que podem ser utilizadas dentro das mesmas condições (SKINNER, 1974/ 2006). Outra ideia negada por Skinner (1974/ 2006), quando fala de comportamento verbal, é a da palavra como referente de algo do mundo concreto. Mas ele substitui essa noção pelo conceito de controle de estímulos. Quando uma resposta é emitida em determinado ambiente, ela é mais do que uma simples referência a ele, é uma relação entre eventos – antecedentes, resposta e consequentes, e produto de uma história de treino pela comunidade verbal.

Skinner (1957/1978) discute o comportamento verbal como comportamento operante e, a partir disso, identifica padrões de contingência, categorizando esses padrões em diferentes operantes verbais. Tais operantes se caracterizam pela relação entre a resposta verbal, estímulos antecedentes e consequentes. Por exemplo, no operante Mando, a resposta é reforçada por uma consequência característica, a qual é especificada na resposta. Além disso, está sob controle de privação ou estímulo aversivo e não possui uma relação específica com o estímulo antecedente. Já os operantes Tato, Intraverbal, Ecóico e Textual, por exemplo, ao contrário do Mando, não dependem de estado de privação, estão sob controle dos estímulos anteriores, e o reforço não é específico, mas generalizado. Além disso, enquanto o Intraverbal, Ecóico e Textual estão sob controle de estímulos verbais, no Tato os estímulos antecedentes são objetos ou acontecimentos, ou seja, são não-verbais (SKINNER, 1957/1978).

2.3.1 COMPORTAMENTO VERBAL EXPLICATIVO

Dentro da concepção de comportamento verbal, vê-se o conhecimento científico enquanto produto do comportamento verbal do cientista, o qual ocorre ao ele explicar determinado fenômeno. Quando emite o comportamento explicativo, o falante apresenta um padrão verbal que vai funcionar como estímulo discriminativo para outros comportamentos, ou seja, orientando a forma como vai agir sobre o mundo (SKINNER, 1957/1978). Dessa maneira, ciência deve ter como objetivo a

explicação científica, que tenha a finalidade de promover uniformidade de controle sobre aqueles que usam seus termos. E, nesse aspecto, se dá a relevância de pesquisas nessa área, pois ao se investigar o processo pelo qual a explicação ocorre, identifica-se os fatores passíveis de manipulação que poderão proporcionar o atingimento da meta de padronização do discurso científico, permitindo assim que se crie padrões de explicação que possam ser implementados em áreas como a terapia ou a educação, aumentando sua eficácia e resultados (SKINNER, 1957/1978).

Para abordagem do comportamento verbal explicativo, os conceitos de Tato e Intraverbal serão melhor detalhados, uma vez que a explicação de um comportamento em geral se caracteriza como tais operantes (CHAVEIRO, 2014).

O comportamento intraverbal é explicado por Matos (1991) de forma bem clara:

é qualquer operante verbal cuja variável controladora seja o próprio comportamento verbal anterior do emitente (na verdade pode ser o comportamento verbal de uma outra pessoa, que o sujeito acompanha, ouvindo ou lendo) [...]. Os antecedentes desta resposta verbal são complexos e múltiplos, cadeias ou seqüências verbais, conjuntos de associações verbais. [...] Assim como os antecedentes podem ser visuais ou auditivos, a resposta verbal ela própria pode ser vocal ou motora (escrever), e sua consequência é social, a aprovação pelos outros. Intraverbais são gerados lentamente, através de reforçamento intermitente (certos aspectos do causo interessam mais o ouvinte do que outros), e em geral após emissões extensas. (MATOS, 1991, p. 6).

Já o tato é a emissão de uma resposta verbal diante de objetos ou acontecimentos. Skinner (1957/1978) explica que essa resposta ocorre por ter sido reforçada, na presença desses estímulos, pela comunidade verbal, que faz isso utilizando muitos reforçadores diferentes ou um reforçador generalizado. Leigamente, o termo poderia corresponder às expressões “declaração”, “anúncio”, “comunicação”, mas o autor alerta que esses termos não possuem utilidade e podem até ser enganosos. Em suas palavras: “Uma dada resposta “especifica” uma dada propriedade--estímulo. [...] o **tacto** permite que ele [ouvinte] infira algo acerca das circunstâncias, independentemente da condição do falante.” (SKINNER, 1957/1978, p. 109).

Barros (2003) salienta que grande parte do trabalho de um cientista consiste em estabelecer um repertório intraverbal, tanto na escrita como na fala, gerando conexões que apresentem e expliquem as relações entre eventos. Se o que o

cientista fala sobre as conexões entre os eventos corresponde ao modo como os eventos estão relacionados na natureza, seu comportamento verbal poderá ser reforçado pela comunidade científica, que modela o comportamento verbal do cientista.

2.4 ANÁLISE COMPORTAMENTAL DO DISCURSO

A análise do discurso surgiu no campo da filosofia e ciências humanas, e, de forma geral, tem como objeto de estudo o discurso, se diferenciando das correntes tradicionais da linguística, que utilizam a língua como instrumento para explicar textos (FERREIRA, 2013).

Dentro dessa vertente de estudo do discurso, tem-se a Análise Comportamental do Discurso, (ACD), que é ainda pouco difundida, utilizada e estudada na área da Análise do Comportamento, o que demonstra a necessidade de mais estudos que colaborem para o desenvolvimento do tema e ampliação de sua divulgação.

Segundo Borloti (2008, p.104), “é um procedimento de uma ciência natural que se propõe a prever e a controlar o discurso”. O autor afirma que a premissa básica da ACD encontra-se no livro Comportamento Verbal (SKINNER, 1957/1978), onde Skinner fala que quando estudamos o discurso, estudamos o efeito dele sobre nós, observando nosso comportamento em relação a ele.

Estímulos antecedentes e consequentes exercem controle combinado sobre o discurso, e ao se fazer a ACD, busca-se identificar esses estímulos e o significado deles na história individual e cultural do falante, de forma a conhecer as relações de controle que estabeleceram e mantiveram esse comportamento – o discurso (BORLOTI et al, 2012).

2.4.1 MÉTODO RENO

Um método de Análise Comportamental do Discurso é o Método Reno, que foi desenvolvido por Willard Day, no final da década de 70, a partir de seu interesse no estudo interpretativo do comportamento verbal enquanto um fenômeno natural. Para isso, buscou conhecer como a audiência influenciava o que e como era falado,

como o conteúdo de uma conversa mudava de acordo com mudanças no ambiente e como as pessoas falavam sobre suas experiências (MOORE, 1991). Dessa forma, em muitos das suas pesquisas sobre o discurso, os sujeitos eram induzidos a falar, e assim testava se mudanças nas circunstâncias ambientais produziam mudanças nas falas, mas sem controle formal das condições em que isso acontecia (MOORE, 1991).

Acerca dessa forma de compreender o comportamento, Day (1969) explica que os fenomenólogos previamente já haviam assimilado a importância de investigar o que representa a experiência para a pessoa, ou seja, o que controla a ação do sujeito; dessa maneira, o autor expõe que é nesse sentido que o analista do comportamento precisa trabalhar, buscando explicar o controle discriminativo dessa ação por meio da identificação das fontes de controle sobre o indivíduo.

Dougher (1989) explicita que o método é uma forma única de fazer análise funcional do comportamento verbal e lida com a complexidade do controle de estímulo do comportamento verbal, que muitas vezes é inacessível a uma análise experimental, e até esquecido. O autor considera que sua aplicação é relativamente fácil, por oferecer uma epistemologia empírica e por ser uma abordagem analítica funcional para compreender o conhecimento e o significado (DOUGHER, 1989).

Sobre a forma de aplicação do Método Reno, Dougher (1989) cita um dos alunos de Day, Bennet, que não chegou a publicar sua dissertação em que usa o Método, mas descreveu seus passos: 1) Transcrição do discurso verbal, 2) Classificação do material verbal em categorias estabelecidas conforme o efeito sobre o comportamento do leitor – discursos que geram efeitos similares fazem parte da mesma categoria. Após essa etapa, as classes de comportamento verbal já estão definidas, e pode-se então ir para o passo 3) Avaliação das variáveis que atuam funcionalmente no controle do comportamento verbal, relacionando-as ao contexto histórico e ambiente atual (BENNETT, 1988, citado por DOUGHER, 1989, P. 19).

Saquetto e Borloti (2008), ao exporem o Método Reno, explicam que “o intérprete (o leitor, no caso) se aproxima gradualmente do interpretado (o registro verbal) sob controle de certas práticas reforçadoras da sua comunidade verbal situada na história” (SAQUETTO; BORLOTI, 2008, p. 50). Assim, segundo Borloti et al. (2008, p. 106) “sondam-se todas as propriedades do registro e, se puder, de outros registros a ele relacionados para, então, com a compreensão assim gerada,

voltar ao registro original para clarificar e esclarecer uma interpretação que foi possível”. Dessa forma, “o leitor torna-se o escritor da interpretação”. (SAQUETTO; BORLOTI, 2008, p. 50)

Diante do exposto, em síntese, as pesquisas experimentais que utilizam o Método Reno como ferramenta manipulam uma variável antecedente, onde o experimentador constrói um estímulo discriminativo (Sd), e induz o sujeito a falar livremente sobre esse estímulo. Assim, observa, diante deste estímulo, qual resposta verbal o sujeito da pesquisa apresentará, a qual está sob efeito tanto de sua história de reforçamento quanto das contingências em operação. E a partir da resposta verbal do participante diante do Sd e das condições preparadas, o pesquisador analisará o efeito dela sobre ele mesmo, analisando-a a partir deste efeito (XAVIER; ESPÍNDOLA; CÓRDOVA; SILVA, 2017). Então, o pesquisador observa se as alterações na fala têm relação com as mudanças no ambiente, e, ao analisar as variáveis que atuam no controle do comportamento verbal do sujeito da pesquisa, ele está sob controle de seu próprio histórico de reforçamento e das práticas da comunidade verbal científica da qual faz parte. Por isso a necessidade de explicar o comportamento verbal do cientista, descrevendo os efeitos que o registro do discurso tem sobre seu comportamento, e as variáveis às quais está submetido (XAVIER et al, 2017).

Xavier et al (2017) expõem os passos para se realizar o Método Reno, reforçando que algumas etapas são concomitantes, mas que para fins didáticos, são descritas separadamente:

No primeiro passo é feito o arranjo de condições experimentais que permitam avaliar o efeito da manipulação das condições ambientais sobre a resposta verbal do participante da pesquisa. Nesta fase são definidos quais estímulos ambientais serão manipulados (variáveis independentes), para que se meça o efeito dessa manipulação sobre o comportamento verbal dos sujeitos da pesquisa. No segundo passo, o pesquisador realiza a transcrição das respostas verbais em caso do experimento incluir respostas verbais vocais que foram gravadas por meio de áudio ou vídeo. A transcrição deve ser fidedigna, apresentando as topografias de respostas observadas, como ênfases, pausas, hesitações, erros, pois todos esses fatores contribuirão para a análise. No terceiro passo, faz-se o agrupamento dos segmentos verbais de interesse para análise, conforme os efeitos sobre o

experimentador, que avalia quais segmentos interessam ao problema da pesquisa e quais compartilham uma função comum, que possibilite uma análise concisa e efetiva. Caso a pesquisa possua mais de um experimentador, essa avaliação deve ser consensual (XAVIER et al, 2017). No quarto passo, realiza-se a “Inferência dos operantes essenciais, elos intraverbais e estrutura autoclítica do discurso” (XAVIER et al, 2017, p.129). A identificação dos operantes verbais permitirá uma maior compreensão sobre as variáveis que controlam as respostas verbais dos participantes, tanto as antedecentes como as conseqüentes. No quinto passo, são estabelecidas as categorias para o discurso, que são definidas conforme o efeito do material verbal sobre o repertório do pesquisador, orientado pelo problema da pesquisa. Elas são agrupadas na medida em que compartilhem topografia ou funções comuns. No sexto passo as variáveis históricas e atuais que atuam no controle funcional do discurso são analisadas. Aqui é avaliado o efeito das condições experimentais sobre o discurso dos participantes. No sétimo passo, o pesquisador faz a descrição do próprio analisar, onde analisa funcionalmente sua própria resposta de categorizar e analisar, identificando o motivo que” determinadas amostras foram selecionadas e classificadas em determinadas categorias e o que embasou tais análises (como, por exemplo, bases teóricas, experimentação, observação, experiência pessoal, experiência profissional, etc.)” (XAVIER et al, 2017, p. 131). O oitavo passo é a exposição repetida aos dados, porém não ocorre só no final, mas durante todo o processo, pois todos os passos anteriores devem ser feitos por meio da exposição do pesquisador aos dados repetidamente, pois isso pode apontar um dado novo e redirecionar a análise para novos rumos (XAVIER et al, 2017).

No estudo apresentado neste relatório, os passos foram seguidos, em sua maior parte criteriosamente, com um adendo, entretanto, ao que se refere à autoanálise do experimentador, que no momento se limitou ao comportamento de categorizar as verbalizações em função do controle exercido sobre seu responder.

2.4.2 ESTUDOS EXPERIMENTAIS COM O MÉTODO RENO

Leigland (1989) desenvolveu um dos primeiros experimentos utilizando o Método Reno, que foi conduzido com sete estudantes universitários, em que os participantes precisavam relatar as causas do comportamento de bicar de um

pombo, em diferentes esquemas de reforçamento. Seu objetivo foi identificar o efeito na mudança dos esquemas de reforçamento dos pombos (variáveis ambientais/variáveis independentes) sobre as respostas verbais dos participantes, mais especificamente o uso de termos mentalistas em suas explicações. E com isso, “identificar variáveis que controlam o comportamento de explicar o comportamento, considerando os enunciados explicativos do participante sob controle de estímulos discriminativos não verbais aos quais o comportamento de observar e explicar era função” (PAZ FILHO, 2015).

Foram conduzidos dois experimentos, sendo que no primeiro, os pombos respondiam em esquema FI 4, bicando um disco iluminado, e no segundo o esquema alternava junto com a cor do disco: vermelho e VI 1,5 ou seja, quando o disco estava vermelho, o reforço era liberado em um tempo variável de 1,5 minutos, ou verde e FR 12, ou seja, quando o disco estava verde, o reforço era liberado a cada 12 respostas. Após visualizarem o vídeo. Os participantes tinham que responder de forma escrita, e sempre que iam anotar algo, precisavam pressionar um interruptor. Dessa forma, o experimentador controlava exatamente em que momento do vídeo, tal explicação havia sido dada, o que contribuiu para a identificação e relação das variáveis que controlavam as respostas verbais dos participantes (LEIGLAND, 1989).

Como resultado, Leigland (1989) observou que no experimento 1, os participantes emitiram mais respostas mentalistas que no 2, onde o controle discriminativo claro das luzes sobre as respostas provocou respostas mais descritivas, o que levou Leigland a concluir que quando é possível observar um controle de estímulos mais preciso, as respostas tendem a ser mais descritivas do que mentalistas.

Dentro da mesma linha de pesquisa, em que busca-se investigar o efeito da manipulação de estímulos antecedentes sobre o discurso explicativo, Chaveiro (2014) também realizou sua pesquisa utilizando o Método Reno, a qual teve como objetivo investigar o controle exercido pelos conceitos de explicação e descrição sobre as respostas verbais de estudantes com e sem conhecimento na Análise do Comportamento, verificando se a diferença entre esses termos afetaria a resposta dos participantes. Os participantes foram divididos em 4 grupos: 1 e 2 sem treino no discurso do Behaviorismo Radical, 3 e 4 com o treino citado. Todos assistiram ao

mesmo vídeo, de um rato se comportando em esquema FI 40s. Aos grupos 1 e 3, foi solicitado que explicassem o comportamento do rato, e aos grupos 2 e 4, que o descrevessem. Os resultados apontaram que para os grupos sem treino na Análise do Comportamento, G1 e G2, as diferentes instruções, tanto descrever como explicar, controlaram respostas semelhantes, que foram em sua maioria mentalistas e topográficas, por não terem sido expostos a disciplinas específicas da área. Enquanto nos grupos que possuíam treino na Análise do Comportamento, observou-se que os participantes do G3, solicitados a explicar o comportamento, apresentaram respostas mentalistas e algumas baseadas em contingências de reforço; e os do G4, solicitados a descrever o comportamento, apresentaram verbalizações topográficas e não descrições de contingências de reforçamento. Dessa forma, Chaveiro (2014) concluiu que a história pessoal (com ou sem treino em Análise do Comportamento) influenciou mais na explicação do comportamento do que as instruções “explique” e “descreva”. Além disso, seus resultados também se remeteram aos de Leigland (1989), pois notou que quando a contingência não estava tão clara, as explicações mentalistas foram maiores.

Utilizando o mesmo método de análise de dados, o método Reno, Paz Filho (2015) realizou sua pesquisa partindo de uma discussão filosófica-científica, quanto à natureza do conceito de explicação, buscando investigá-la empiricamente. Dessa forma, objetivou verificar se as observações e relatos dos participantes seriam influenciados por variáveis contextuais. Para tanto, em seu experimento, expôs um grupo de participantes a um fragmento teórico de Skinner, e outro grupo a um fragmento teórico de Tolman, sendo que ambos apresentavam uma explicação sobre o comportamento de acordo com o ponto de vista de cada autor. O fragmento teórico era projetado na parede, e assim que terminavam de ler, era apresentando um vídeo de um rato albino pressionando uma barra em esquema de reforçamento FI 40 segundos, sendo orientados a explicarem o comportamento do rato, de forma escrita.

Para apreciação dos dados, foram definidas quatro formas de análise. Primeiramente categorizou-se as verbalizações conforme seu cunho externalista, que se referem mais às variáveis que se encontravam no ambiente do rato, ou como internalista, que mencionavam em maior parte variáveis inacessíveis a manipulação direta. Depois foram classificados em subcategorias, externalistas – topografia ou

função e internalistas – mentalista ou fisiológica. Em terceiro lugar, analisou-se os principais conceitos declarados pelos participantes, relacionados a cada fragmento teórico. E por último, foi feita uma análise em forma de gráfico, onde expôs-se a distribuição das verbalizações dos participantes em relação ao registro cumulativo das respostas do rato (PAZ FILHO, 2015).

Constatou-se que os participantes que leram o fragmento teórico de Skinner apresentaram um maior número de verbalizações externalistas (considerando mais variáveis ambientais e observáveis), enquanto que aqueles que leram Tolman apresentaram um maior número de verbalizações internalistas (abordando mais as variáveis inobserváveis). Em relação às subcategorias, a maioria dos relatos externalistas foram classificados como topográficos, e a maioria dos relatos internalistas como mentalistas. Na verificação dos dados quanto ao controle dos fragmentos teóricos sobre o responder verbal dos participantes, realizou-se a análise comparando as verbalizações de todos os participantes aos termos que apareciam nos dois fragmentos. Os termos identificados que apareciam no fragmento de Skinner foram: comida, repetir-se, voltar a ocorrer; no fragmento de Tolman: mapa, cérebro, tentativas, caminho. E por fim, na análise das verbalizações de acordo com o registro cumulativo do desempenho do rato, com o fim de verificar se seu responder controlou as verbalizações dos participantes, nos diferentes momentos da contingência de reforçamento. Porém não encontrou-se regularidades entre as verbalizações e os momentos do esquema FI (PAZ FILHO, 2015).

Acerca dos resultados, Paz Filho (2015) afirma que provavelmente a diferença nos relatos entre os grupos estavam relacionadas aos fragmentos teóricos lidos, que no caso do skinneriano, descreviam relações funcionais entre respostas e suas consequências, enquanto o de Tolman falava das relações entre um mediador, o mapa cognitivo, e as respostas do organismo. Além disso, o autor pressupôs que o próprio esquema de reforçamento em que o rato estava provavelmente influenciou também na emissão de verbalizações internalistas/ mentalistas, pois conforme visto no estudo de Leigland (1989), quando as mudanças do comportamento em função de variáveis ambientais não são facilmente observadas, como em esquemas de intervalo ou razão fixos, há uma maior predisposição em serem explicadas por termos mentalistas. Outra consideração de Paz Filho (2015) sobre as verbalizações internalistas/ mentalistas é que a própria cultura modela termos como esses.

Em sua pesquisa sobre o efeito do uso de extensões metafóricas, no discurso explicativo, sobre a resposta verbal emitida pelo ouvinte, os sujeitos em situação experimental, Guimarães (2016) também fez uso do Método Reno. No experimento, participaram 9 sujeitos, dos quais um desistiu, todos acadêmicos de graduação, mas que não haviam tido contato com a Análise do Comportamento, diminuindo as chances de influência teórica sobre suas respostas verbais. Foram divididos aleatoriamente em dois grupos, que se diferenciavam apenas pela ordem de apresentação das diferentes instruções – descritiva ou metafórica. O experimento foi organizado em duas fases, sendo que em cada uma o participante era exposto a uma instrução escrita diferente, descritiva ou metafórica, que era lida em voz alta pela experimentadora. Após a qual, assistiam a um vídeo de um rato albino se comportando sob esquema de reforço FI 40 segundos, sendo instruídos a fornecer explicações para o comportamento do rato (GUIMARÃES, 2016).

Para análise dos dados, foi realizada a transcrição das sessões experimentais, e posteriormente a categorização dos discursos, que eram agrupados conforme produziam efeitos semelhantes na experimentadora. Um auxiliar de pesquisa também realizou a categorização, e quando havia divergência, um terceiro experimentador também fazia a classificação. A partir disso, foram criadas quatro categorias: 1ª) externalista – que se referiam às respostas ou ao ambiente do rato, e se subdividia em topográficas, que descreviam a forma do responder, e funcionais, que descreviam relações entre eventos comportamentais e ambientais; 2ª) internalista – que se referiam a variáveis inacessíveis a observação por outro, e se subdividia em mentalistas, que atribuíam causas psíquicas ao comportamento ou supunham um agente iniciador, e fisiológicas, que atribuíam o comportamento a partes do organismo; 3ª) pessoal, que se referiam a comportamentos emitidos pelo próprio participante, e 4ª) intencional, que possuíam cunho teleológico, atribuindo o comportamento a causas futuras. As verbalizações que não se encaixaram em nenhuma dessas, foram incluídas na categoria outros (GUIMARÃES, 2016).

O grupo exposto primeiramente à instrução metafórica, na fase 1, e à instrução descritiva na fase 2, apresentou maior variabilidade de explicações sobre o vídeo, mais verbalizações sobre o próprio comportamento, além de respostas emocionais sobre a situação experimental. Enquanto o grupo exposto inicialmente à

instrução descritiva apresentou maior padronização das respostas emitidas (GUIMARÃES, 2016).

Outra contribuição para o desenvolvimento do Método Reno adveio da pesquisa de Xavier (2016), cujo objetivo foi investigar o efeito de diferentes hierarquias da audiência sobre a auto-edição do discurso explicativo de psicólogos organizacionais. Para tanto, apresentou-se duas situações organizacionais hipotéticas, uma envolvendo episódio verbal entre os participantes e um gerente comercial, ou seja, alguém de posição hierárquica elevada, e outra envolvendo o participante e outro psicólogo organizacional, ou seja, de posição hierárquica equivalente. A partir disso, objetivou-se identificar as variáveis históricas e ambientais das quais as respostas verbais explicativas e auto-edição são funções.

Os participantes selecionados foram 6 psicólogos organizacionais atuantes na área. Coletou-se a resposta verbal dos participantes em um questionário por meio do programa *Microsoft Word*). Foi utilizado também o programa *Free Screen Video Recorder*, que permitia gravar em formato de vídeo as atividades realizadas no computador, assim foi possível ter maior acesso ao comportamento de edição, uma vez que o registro de todos os caracteres digitados, incluindo as edições feitas durante a formulação das respostas, ficava gravado. O procedimento se iniciou com a apresentação das situações organizacionais hipotéticas, seguidas das instruções sobre as perguntas que deveriam responder, que continham também a caracterização da audiência: gerente comercial ou psicólogo organizacional (XAVIER, 2016).

Para análise dos dados, a experimentadora recolheu o material verbal de cada participante: conteúdo digitado no word, vídeo da tela do computador, resposta aos questionários; identificou aspectos do material que produziram efeitos semelhantes sobre seu comportamento; classificou o material verbal em operantes verbais e categorias estabelecidas por ela; analisou as fontes de controle sobre as respostas verbais apresentadas pelos participantes, relacionando-as ao seu contexto histórico e ambiental, buscando encontrar regularidades (XAVIER, 2016).

Os segmentos verbais foram enquadrados em categorias central e secundárias. Sendo que a central se refere à análise das respostas verbais em relação com a audiência, e subdivide-se em: concordante – que explicavam a situação da mesma forma como o outro sujeito da interação, discordante – que

explicava a situação de forma oposta ao outro sujeito da interação, persuasivo – que continham verbalizações explicativas adicionais com elementos estilísticos de persuasão – e adicional – continham verbalizações explicativas adicionais que descreviam a situação, sem elementos de persuasão sobre o repertório do ouvinte. As categorias secundárias correspondem à análise dos segmentos verbais em relação à abordagem teórica, a qual se subdivide em coerente – quando o viés explicativo correspondia com a abordagem teórica do participante e incoerente – quando não concernia com a mesma, e ao viés explicativo, que se subdivide em internalista-mentalista – quando as explicações atribuíam a causa do comportamento a instâncias de natureza psíquica ou metafísica, inacessíveis a observação e manipulação por outro, e externalista-funcional – quando explicavam as relações entre eventos ambientais e comportamentais (XAVIER, 2016).

Como resultado, observou-se que a audiência de hierarquia elevada, quando as respostas eram dadas ao gerente comercial, controlou uma maior quantidade de auto-edições, quantidade menor de publicação e de tempo de elaboração das respostas. Isso se deve provavelmente ao histórico de reforçamento dos participantes em relação às diferentes audiências, que funcionam como estímulos discriminativos para diferentes respostas. Nas respostas à outra psicóloga organizacional, a maioria dos relatos se classificaram em concordante e adicional, e não foram observadas auto-edições relevantes, que alteravam o sentido do discurso. Em relação à abordagem teórica, metade dos participantes foram coerentes e a outra metade incoerente. E sobre o viés explicativo, a maioria dos participantes que tiveram acesso primeiramente ao discurso do gerente se encaixaram no viés externalista-funcional, e todos que tiveram acesso primeiramente ao discurso da psicóloga organizacional apresentaram maior proporção de explicações internalista-mentalista (XAVIER, 2016).

2.5 DETERMINAÇÃO DA CULTURA E COMPORTAMENTO SOCIAL

Ao enquadrar explicação como comportamento verbal, se faz importante uma maior compreensão das contingências sociais mantenedoras de tais padrões. “O comportamento de duas ou mais pessoas em relação a uma outra ou em conjunto em relação ao ambiente comum” é o que Skinner (1953/2000, p. 325) chama de comportamento social. Esse ambiente comum é denominado ambiente social, onde

grande parte do comportamento humano ocorre, e se caracteriza pela fundamental participação de outra pessoa, que pode ser um falante ou um ouvinte, ou seja, possui a capacidade filogenética, ontogenética e culturalmente selecionada de emitir, ouvir sons e se comunicar por meio de signos. Isso implica que as ações envolvidas nos comportamentos sociais são mediadas por outras pessoas, assim, a ação “age indiretamente sobre o ambiente por meio do comportamento verbal”, o que torna o próprio comportamento verbal um comportamento social (MARTONE; BANACO; 2005, p. 63). A diferença entre um ambiente social para um não-social, é que no primeiro, estímulos antecedentes e consequentes podem ser estabelecidos por outras pessoas. Martone e Banaco (2005) salientam ainda que, no estudo dos comportamentos sociais, é importante considerar que os princípios que os regulam são os mesmos do comportamento não social, e que as ações de um único indivíduo não podem gerar os efeitos das ações em conjunto.

Com base nisso, vê-se que a cultura também determina o comportamento agressivo, pois por ser aversivo, em geral, aos membros da sociedade, ela o define como mau, pune aqueles que o pratica de acordo com critérios pré-estabelecidos (SKINNER, 1953/2000), definindo assim que é socialmente não aceitável. Dessa forma, para a maioria da população, agressão vai ser considerada como estímulo aversivo, por crescer em uma sociedade e comunidade verbal que a define como tal, e estabelece consequências punitivas para sua emissão.

As leis, de forma geral, demonstram como no nível cultural, também há seleção de comportamentos, como o agressivo, de acordo com as consequências que gera para a sociedade. As consequências culturais selecionam relações entre contingências comportamentais compreendidas nas práticas culturais, as quais se constituem como o conjunto das ações coordenadas formadas pelos comportamentos operantes dos membros do grupo que se relacionam em determinado ambiente comum a todos (TODOROV; MOREIRA; 2004). As contingências individuais podem não ter nenhuma relação entre si, no entanto, a longo prazo, produzirão uma consequência para a comunidade, diferente das consequências individuais, as quais também estão presentes e de igual forma mantém os comportamentos individuais (MARTONE; TODOROV, 2007).

O comportamento verbal é elemento essencial na definição das práticas culturais, pois, para que se caracterizem como tal, os operantes devem ser

transmitidos entre gerações sucessivas, o que ocorre quando os membros dos grupos são ensinados a praticar a prática e ensinar a prática (DITTRICH, 2004). O autor fecha resumindo as características que definem as práticas culturais: “são operantes (ou conjuntos de operantes ligados por contingências entrelaçadas) reforçados por certa cultura e transmitidos entre as sucessivas gerações desta cultura” (DITTRICH, 2004, p. 136).

Dentre as práticas culturais mais difundidas, Andery e Sérgio (1999b) afirmam que está o uso da violência nas relações entre os homens e nas condições em que o homem é produzido. Ela pode ser observada desde o controle das crianças novas, que quando já aprenderam a andar, falar e entender o que lhes é dito, são ensinadas com advertências do tipo “Não faça isso”, que geralmente vêm acompanhadas por ameaças, castigo e dor física. Assim, vê-se a presença do controle aversivo, nas interações do homem com a natureza e dos homens entre si, predominando na sociedade desde muito cedo, e em diversas áreas, acarretando na banalização do controle aversivo, o que impede que se veja que seus efeitos são muito mais amplos do que aparenta, pois o uso frequente gera mais violência, já que uma vez que seu efeito é temporário, aumenta-se a intensidade do estímulo aversivo; também gera contracontrole, que usualmente também é aversivo, como na tentativa de destruir a fonte do controle (ANDERY; SÉRIO, 1999b).

A comunidade científica da análise do comportamento, em sua maioria, não recomenda a utilização de controle aversivo, indicando preferencialmente o uso de técnicas baseadas no reforçamento positivo (MARTINS; CARVALHO NETO; MAYER, 2013; SIDMAN, 1989/1995), porém a sociedade utiliza esse meio de controle amplamente. Sidman (1989/1995), que o denomina controle coercitivo, fornece vários exemplos do controle aversivo utilizado como forma de controle social – na escola, as crianças aprendem sendo punidas por não aprender; em casa, por meio de abuso físico e verbal, obtém-se a obediência dos filhos; empregadores mantêm seus funcionários fazendo o que lhes pedem através de ameaça de demissão. Mas nem sempre a forma como é usado é aprovada pelo grupo, o que dependerá de como seus membros são afetados pelo procedimento controlador.

Sobre o motivo de que em determinadas situações a sociedade aceita a utilização de estimulação aversiva para controlar seus membros, e em outras não, Skinner (1953/2000, p. 381) diz que “não é a técnica de controle, mas o efeito final

sobre o grupo que nos leva a aprovar ou desaprovar determinado procedimento”. Para exemplificar, cita o poder de punir de um bandido, que gera reforçadores apenas para si próprio enquanto produz aversão para todos os demais membros do grupo, em comparação ao poder de punir do governo, o qual, apesar de em algum momento poder ser aversivo para um indivíduo específico, no geral, produz reforçadores para os demais membros do grupo, sendo por isso aceito. Então, ainda conforme Skinner (1953/2000), o grupo controla seus indivíduos classificando os comportamentos como bom ou certo, quando reforça os demais membros do grupo, ou mau ou errado, quando é aversivo para os demais membros. Dessa forma, o grupo reforça ou pune o comportamento de seus membros de acordo com esses critérios definindo assim o que é aceitável socialmente ou não.

Nesse sentido, quando o grupo busca estabelecer comportamentos que geram reforçadores para os demais membros do grupo e eliminar os comportamentos que produzem aversão aos demais membros do grupo, é que torna possível uma agressão, por exemplo, ter mais de uma função, dependendo do contexto em que é aplicada (SKINNER, 1953/2000). Como nos casos de linchamentos de pessoas suspeitas de terem agredido crianças e idosos. Se isolarmos as ações dos agentes punidores e punidos, ambas se classificam como agressão física, mas analisando sua função para o grupo social, veremos que a agressão física exercida no linchamento tem valor reforçador para os membros do grupo, pois o comportamento aversivo do agente punido serve como estímulo discriminativo, ou seja, sinaliza reforço para que os membros do grupo se comportem aversivamente em relação a ele. Portanto, da forma como as contingências sociais estão organizadas, observa-se a diferença na função entre ambas ações aversivas, pois aqueles que lincham são reforçadores para o grupo como um todo, pois sua ação provavelmente reduzirá a ação do agente punido, a qual produz aversão aos membros do grupo.

Ao pesquisar esse tema, não há o intuito de defender a ideia de que existem agressões boas ou ruins, mas, considerando o proposto por Skinner (1953/2000), de que o grupo determina a forma como seus membros se comportam em relação à aplicação de um tipo de controle, dependendo do seu efeito sobre os membros, investigar o efeito do conhecimento (ou falta de conhecimento) do contexto da agressão sobre o discurso. Assim, verificar se diferentes situações têm funções

diferentes no controle do discurso dos participantes, ocasionando alteração no discurso.

2.6 CONTROLE AVERSIVO

O controle aversivo modifica o comportamento por meio da retirada ou apresentação de estímulo aversivo. Esse conceito é funcional, ou seja, não existe estímulo definitivamente aversivo, depende do efeito que gera dentro da relação da qual faz parte. Então, apenas se configurará como tal na medida em que sua apresentação contingente a uma resposta reduz a probabilidade de que ela volte a acontecer, ou sua remoção contingente a uma resposta aumenta sua probabilidade no futuro (HUNZIKER, 2011)

Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013) afirmam que na literatura comportamental, Skinner geralmente é citado por se opor ao uso de controle aversivo, principalmente pelos fatos de apresentarem efeitos transitórios e produzirem efeitos colaterais indesejáveis. Em sua análise conceitual sobre o assunto, os autores supracitados concluíram que apesar de, de modo geral, isso ser verdade, Skinner justifica seu uso em algumas situações, como por exemplo diante da necessidade de expansão territorial e para o desenvolvimento e manutenção do comportamento de autocontrole.

Segundo Martins, Carvalho Neto e Mayer (2013), outros autores defendem ainda que ao se utilizar o controle aversivo, não há apenas surgimento de subprodutos indesejáveis, mas também de subprodutos positivos como: “melhora do comportamento de interação social, maior responsividade emocional, o aprendizado de comportamentos de imitação e de responder discriminativo, comportamento de jogo adequado e maior atenção” (MARTINS; CARVALHO NETO; MAYER, 2013, p. 15).

Dentre as possíveis formas de controle aversivo, existe a agressão física, sobre a qual Skinner (1969, p. 328) comenta que “A agressão é algumas vezes definida como comportamento que expressa sentimentos de hostilidade ou ódio, satisfaz uma necessidade de ferir, pretende ou procura ferir, ou pode ser atribuído a instintos ou hábitos agressivos.” Mas que apesar dessa usual definição, não se pode considera-la somente em termos topográficos, que as variáveis controladoras devem

ser especificadas, entre elas o efeito do comportamento agressivo, que na utilização tradicional do termo está especificado como “o comportamento é agressivo se fizer mal aos outros (ou ameaçar fazê-lo)” (SKINNER, 1969, p. 329).

Um exemplo da importância da diferenciação entre topografia e função na definição do comportamento agressivo é a prática denominada masoquismo, que tradicionalmente significa se render, ser submisso, quase como um escravo (GHENT, 1999), e nessa relação com o parceiro obter prazer. Assim, infringir dor ao parceiro está relacionado a prazer e não a agressão. Ou seja, no masoquismo, comportamentos que, topograficamente, se caracterizariam como agressão física, funcionalmente não o são. Pois para a sociedade em geral, a agressão se configura como aversiva, o que é demonstrado pelo Código Penal Brasileiro, instituído pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 07/12/1940 (BRASIL, 1940), que regulamenta comportamentos agressivos como crime, e, nos artigos 121, 129, 136, 146, dispõe quais tipos são punidos pela agência governamental e quais as punições serão estabelecidas aos mesmos, porém para os masoquistas, tais comportamentos são reforçadores.

Conforme os princípios da Análise do Comportamento, é possível considerar os comportamentos agressivos como aversivos por possuírem alta probabilidade de, quando emitidos, diminuir a frequência da resposta que os gerou. E mesmo que o indivíduo não tenha tido contato com este tipo de consequência em sua história individual (por exemplo, crianças que nunca apanharam dos pais), possui acesso a ele ao observar este efeito em filmes, livros, de infantis a adultos, e mídias, a que é exposto no decorrer da vida, meios pelos quais também aprende o caráter aversivo de tais comportamentos, ficando também sob controle deles como possíveis consequências para suas respostas.

Skinner (1974/2006) explica que

O comportamento agressivo pode ser inato e liberado por circunstâncias específicas nas quais o valor de sobrevivência é plausível. Um bebê ou uma criança pode morder, arranhar, bater se for fisicamente reprimido mesmo que não tenha podido aprender a fazer isso. Ou o comportamento pode ser afeiçoado e mantido porque pessoas são suscetíveis ao reforço representado por sinais de danos em outrem. A capacidade de ser reforçado quando um oponente grita ou foge teria valor de sobrevivência porque uma pessoa assim dotada aprenderia depressa a defender-se. Ou, em terceiro lugar, o comportamento pode ser reforçado por consequências não relacionadas explicitamente com a agressão. A

comida e o contato sexual, reforçadores por outras razões, podem reforçar um ataque a um competidor se o alimento ou o parceiro sexual forem assim obtidos (SKINNER, 1974/2006, p. 40).

Então, Skinner (1974/2006) mostra que, tanto filogeneticamente como ontogeneticamente, comportamentos agressivos foram mantidos porque de alguma forma contribuíram para a sobrevivência e reprodução do organismo, durante a história evolutiva. Como Sampaio, Andery e Baia (2013) explicam, a resposta reflexa do bebê de arranhar quando ameaçado, provavelmente teve valor de sobrevivência na história da espécie, e assim, foi filogeneticamente selecionada. Outro exemplo é quando a agressividade gerava a defesa e consequente preservação do território. Essa história evolutiva tornou as pessoas suscetíveis ao reforço por sinais de danos em outros, pois dessa forma aprendem a se defender mais rápido, e assim, o comportamento agressivo pode ser modelado e preservado pelas contingências de reforço. E culturalmente, essa prática também pode ser mantida, ao trazer como resultado algo positivo para o grupo, que seja uma consequência reforçadora para o grupo, de forma geral.

3 MÉTODO

Neste capítulo será apresentado o método desenvolvido com a finalidade de atingir os objetivos estipulados para a pesquisa.

3.1 OBJETIVOS

3.1.1 OBJETIVOS GERAIS

- Analisar o efeito da exposição ao contexto da agressão sobre o discurso explicativo

3.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Observar o efeito de uma situação de agressão sobre o discurso, quando se tem conhecimento do contexto em que foi aplicada
- Observar o efeito de uma situação de agressão sobre o discurso, quando não se tem conhecimento do contexto em que foi aplicada
- Fazer um refinamento do Método Reno
- Ampliar a produção de conhecimento da área de Análise Comportamental do Discurso

3.2 PARTICIPANTES

A pesquisa foi feita com 10 indivíduos, selecionados sob os seguintes critérios de inclusão: maiores que 18 anos e alunos universitários. E critério de exclusão: já ter assistido ao vídeo apresentado na pesquisa anteriormente, presença de doenças que impossibilitassem a execução da atividade e não concordância com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Para saber se o participante já havia assistido ao vídeo, era mostrado um *print screen* (Apêndice A) de uma cena do vídeo, caso o participante reconhecesse o vídeo, o experimentador informava que não poderia participar e agradecia sua disposição.

Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como disposto na resolução 466/2012 e na resolução CFP nº 016/2000,

previamente aprovado pelo Conselho de Ética da Universidade. Além disso, receberam todas as informações necessárias sobre o experimento.

Os participantes foram divididos em dois grupos:

Grupo A) Durante o experimento, assistiu ao vídeo completo.

Grupo B) Assistiu primeiramente somente à parte do vídeo em que há a situação de agressão física executada pelo garoto maior, e posteriormente, o vídeo completo.

3.3 LOCAL

A pesquisa foi realizada na Unidade VI da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde era solicitada uma sala que não estivesse em uso, e sempre em horários em que não havia trânsito e movimentação no corredor, de forma a evitar ruídos que pudessem atrapalhar seu desenvolvimento.

A escolha por esse local ocorreu devido à dificuldade em se encontrar participantes aptos à participação na pesquisa e dispostos a irem até o Laboratório de Psicologia.

3.4 MATERIAIS

Os materiais utilizados foram: Termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE B), folha de instrução sobre o procedimento (APÊNDICE C), notebook, gravador de áudio, questionário pós-experimental (APÊNDICE E), papel, caneta, e vídeo que será apresentado (APÊNDICE F – *print screens* das principais cenas).

O vídeo foi retirado do site Youtube, e pode ser encontrado no link: <https://www.youtube.com/watch?v=1x1uPU4EOUk> (Por causa da política de do site de retirar vídeos de violência contra menores, é possível que o link não exiba mais o vídeo citado).

O vídeo, cuja duração é de 41 segundos, foi gravado em um ambiente escolar, na Austrália. Nele um garoto de estatura pequena, segura um garoto de estatura maior pela gola e lhe aplica um soco na cara, sendo que o segundo não reage. O primeiro o segura novamente pela camiseta e desfere mais um soco na face, e novamente não há reação do segundo. Após mais alguns socos na barriga do garoto maior, sem que este reaja, ele segura o menor pela barriga, o levanta aproximadamente na altura de sua cabeça e o joga no chão aparentemente com

força. No mesmo instante este já levanta e anda para o outro lado mancando e vai cada um para um lado (Ver no APÊNDICE E, *print screens* das principais cenas)

A situação que aconteceu em 2011, sendo divulgada no Youtube no mesmo dia, e atingindo milhões de visualizações em questão de horas, se tornando viral. Fez com que o garoto que reagiu, que foi reconhecido como Casey Heynes, virasse herói de milhares de crianças na mesma situação, e fosse apoiado por pessoas ao redor do mundo, inclusive por celebridades, como Justin Bieber, que compartilharam seu apoio ao garoto e o receberam para entrevistas e depoimentos (CRANE, 2014). À época, o garoto menor, Richard Gale, sofreu com acusações e mensagens de ódio de iguais proporções, vindas do mundo inteiro, dizendo em entrevista que só tomou tal atitude porque antes já havia sido provocado por Casey, o garoto maior (Globo, 2011).

3.5 DELINEAMENTO

O experimento consiste na apresentação de um vídeo contendo uma situação de agressão a dois grupos de participantes. Um dos grupos assistiu ao vídeo completo, e o outro primeiramente à parte da agressão física executada pelo garoto maior e posteriormente ao vídeo completo. Todos os participantes foram solicitados a explicar, individualmente, o comportamento dos personagens do vídeo, sendo que o segundo grupo o fez em dois momentos: ao ver somente a agressão do garoto maior, e ao assistir o vídeo completo.

3.6 PROCEDIMENTO

Ao chegar à sala do experimento, o participante era direcionado pelo experimentador à cadeira em que deveria sentar, que ficava de frente para o experimentador.

Primeiramente, para saber se o participante já havia assistido ao vídeo, era mostrado um *print screen* de uma cena do vídeo, caso o participante reconhecesse o vídeo, o experimentador informava que não poderia participar e agradecia sua disposição.

Caso o participante não reconhecesse o vídeo, recebia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para que lesse e assinasse. Após leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, teve início a sessão, quando o participante recebeu uma folha com as instruções por escrito, dizendo o seguinte:

“Você assistirá a um vídeo. Preste bastante atenção pois ao final, lhe pediremos que responda algumas questões sobre suas impressões acerca do vídeo e dos comportamentos dos personagens”.

O participante foi orientado a ler as instruções, e quando terminava, era questionado se possuía alguma dúvida, sendo que, caso tivesse, o experimentador solicitava que relesse a instrução. Assim que o participante informava que todas as dúvidas haviam sido sanadas, se iniciava o experimento, que se constituiu de duas fases:

Fase 1) Para iniciar a fase, o experimentador solicitou que o participante se sentasse na cadeira, de frente para o computador e pressionasse o *play* assim que estivesse pronto para iniciar a ver o vídeo, enquanto o experimentador estava sentado de frente para o participante. Nessa fase, o participante assistiu à parte do vídeo que contém apenas a agressão física executada pelo garoto maior (que começa aos 19” de vídeo). Quando o vídeo acabava, o experimentador informava ao participante: “a partir de agora, vou te fazer algumas perguntas sobre suas impressões acerca do vídeo e dos comportamentos dos personagens e você pode ficar à vontade para responder da forma como achar mais conveniente. Solicitamos que quando desejar finalizar sua resposta, diga ‘acabei’, para que possamos seguir para a questão seguinte”. O experimentador realizava a entrevista, efetuando vocalmente as perguntas, que foram respondidas, também vocalmente, pelo participante. A resposta apenas era considerada finalizada pelo experimentador, quando o participante dizia “acabei”, quando efetuava então a questão seguinte.

A entrevista teve o áudio gravado, permitindo que fosse transcrita posteriormente, e, por isso, o experimentador não tomava nota de nenhuma resposta no momento, se restringindo a ouvir o participante.

A entrevista se compôs das seguintes questões:

- 1) Como você explica (a que atribui) o comportamento do garoto maior?
- 2) Como você explica (a que atribui) o comportamento do garoto menor.
- 3) Qual sua impressão sobre a situação?

Fase 2) Para iniciar a fase, o experimentador solicitou que o participante se sentasse na cadeira, de frente para o computador e pressionasse o *play* assim que estivesse pronto para iniciar a ver o vídeo, enquanto o experimentador estava sentado de frente para o participante. Nessa fase, o participante assistiu ao vídeo completo, que contém além do momento da agressão física executada pelo garoto maior, o contexto em que ela ocorreu, considerando-se como este contexto a agressão do garoto menor em relação ao maior (primeiros 19 segundos do vídeo). Quando o vídeo acabava, a entrevista era realizada tal qual na Fase 1.

O Grupo B participou das duas fases, sendo que entre as duas fases, se decorreu um intervalo de 48 horas. A primeira sessão foi encerrada ao final da Fase 1, com o experimentador agendando o dia e horário da sessão da Fase 2. E, ao final da Fase 2, o experimentador entregava o questionário pós experimental ao participante. Estando o questionário finalizado, agradecia a participação na pesquisa, encerrando o experimento para o participante.

O Grupo A participou apenas da Fase 2. A sessão foi encerrada ao final da Fase 2, após a qual o experimentador entregava o questionário pós-experimental ao participante. Estando o questionário finalizado, agradecia a participação na pesquisa, encerrando o experimento para o participante.

3.6.1 QUESTIONÁRIO PÓS-EXPERIMENTAL

O questionário (Apêndice E) foi aplicado após o término da Fase 2 e conteve uma pergunta que visava verificar as variáveis sob as quais os comportamentos dos participantes estavam sob controle durante o experimento.

O experimentador entregava o questionário impresso, solicitando que o participante o respondesse de forma escrita. O questionário se constituiu da seguinte pergunta:

- 1) Qual você acha que é o objetivo dessa pesquisa?

4 RESULTADOS

Diante dos dados obtidos a partir das gravações de áudio dos relatos dos participantes, estes foram transcritos e categorizados, conforme a forma como afetaram a pesquisadora, assim as categorias foram criadas a partir da identificação de uniformidades funcionais e topográficas nos discursos dos participantes. Deste

modo, seguindo o proposto pelo Método Reno, no qual se avalia o material com base na autoanálise do pesquisador, onde esta determina como a categorização das respostas é realizada, ou seja, quais são os elementos controladores do comportamento da pesquisadora ao formar as categorias, descreve-se a seguir as condições que uma verbalização deveria ter para que a pesquisadora a inserisse em determinada categoria.

Na análise dos dados, as verbalizações foram divididas em duas macrocategorias: Juízo de valor aplicado pelo participante aos comportamentos dos personagens, e o tipo de explicação causal dada para esses comportamentos.

A macrocategoria de Juízo de valor emitido pelos participantes acerca do comportamento de cada personagem se subdividiu em duas subcategorias:

- Participante aprova/ justifica comportamento do personagem – verbalização favorável, que considera determinada atitude justa e adequada ou apresenta justificativas para a mesma, que a tornam admissível, e tendem diminuir o valor de aversividade do comportamento (eg. “parece que ele chegou no limite dele e por isso revidou”)
- Participante desaprova/ condena comportamento do personagem – verbalização que censura, critica ou considera determinada atitude como errada, dando maior valor à aversividade do comportamento (eg. “a princípio eu pensei assim... mereceu. Porque daí ele tava... porque me pareceu que ele tava fazendo de propósito com o gord... com o menino que era mais gordinho”).

A segunda macrocategoria diz respeito a uma análise do conteúdo das verbalizações, dividindo-as conforme o tipo de explicação dada pelos participantes para a causa dos comportamentos dos personagens, e se subdividiu em quatro subcategorias:

- Topográfica – verbalização que foca na descrição da forma ou movimentos executados pelos personagens (e. g. “parece que ele machucou bastante o menininho, tacou ele no chão e ele saiu, não conseguia andar direito”).
- Funcional – verbalização que indica mudanças conjuntas entre variáveis comportamentais e variáveis ambientais, correlacionando o comportamento do personagem com alguma mudança ambiental (e.g.

“dá a impressão de que ele tava quieto, e alguém foi lá instigar ele até que ele resolveu bater de verdade”) podendo também a variável ambiental ser indicada na história do sujeito em análise (e. g. “o menino menor tipo fez alguma coisa que irritou ele e ele decidiu reagir dessa forma”).

- Internalista – verbalização que faz referência a variáveis não diretamente observáveis, atribuindo a causa do comportamento a partes ou sensações do organismo, supondo um agente interno iniciador de ordem psíquica ou condição psicológica (e.g. “o maior ele chegou no limite dele, e aí ele vai e agride o outro”).
- Intencional – verbalização que atribui a causa do comportamento a um evento futuro. A identificação desta categoria se deu principalmente através da identificação das palavras pra ou para, as quais indicavam logo na sequência o evento futuro que explicava o comportamento dos personagens (e.g. “Ele faz para mostrar pros outros que...”).

Para análise do relato dos participantes, foi considerada como verbalização o trecho do discurso que tivesse como tema o mesmo participante, e igual juízo de valor ou linha de explicação causal acerca de seu comportamento. Caso o participante começasse a falar de outro personagem, mudasse o juízo de valor ou a atribuição causal de seus comportamentos, então, era considerada como uma nova verbalização.

4.1 RESULTADOS GRUPO A

Neste tópico serão apresentados os resultados por participante e gerais do Grupo A.

4.1.1 RESULTADOS INDIVIDUAIS GRUPO A

Na Figura 1, observa-se os resultados do participante NS, do Grupo A, ao qual foi apresentado o vídeo completo, e emitiu 6 verbalizações, sendo que 50% (n=3) aprovavam/justificavam o garoto maior, e 50% (n=3) aprovavam/justificavam o garoto menor. Em relação à forma de explicação sobre a causa do comportamento dos personagens, NS emitiu 7 verbalizações, sendo que 71% (n=5) foram funcionais, e 29% (n=2) internalistas.

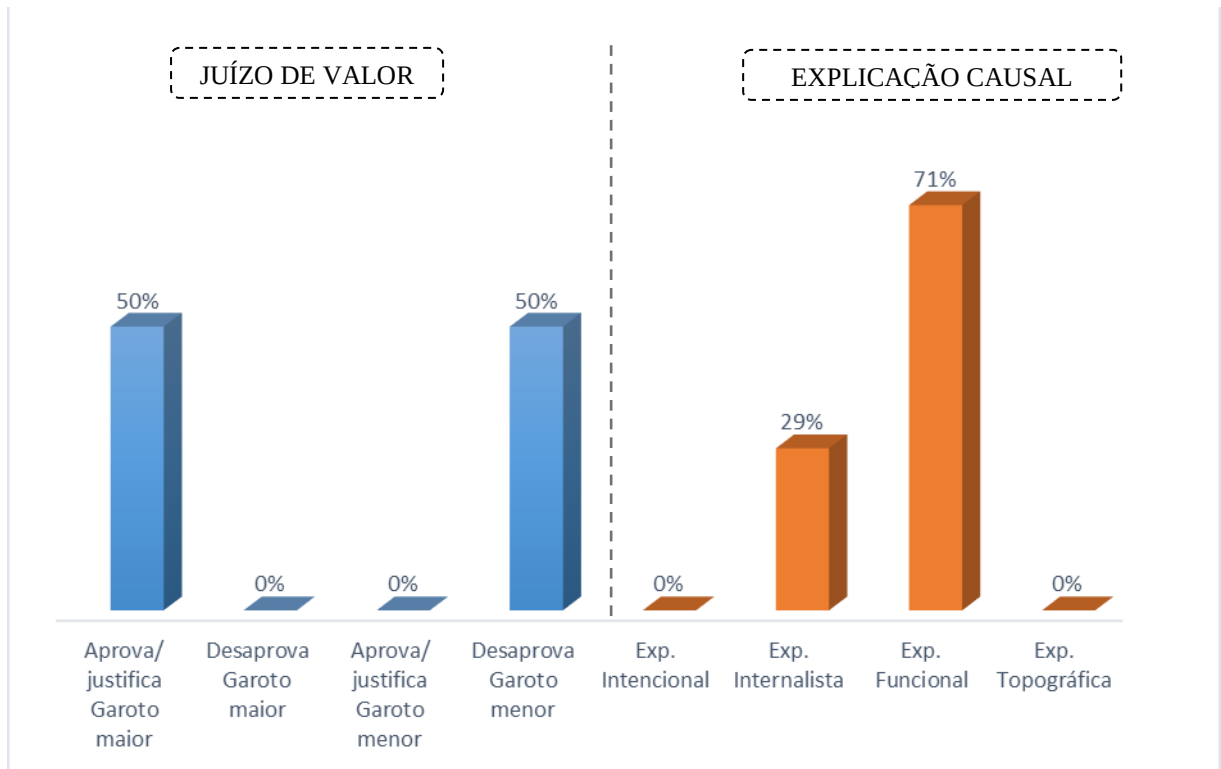


Figura 1: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante NS nas macrocategorias Juízo de valor e Explicação causal

Ao analisar as explicações sobre as causas do comportamento de cada personagem, verificou-se que, ao falar do garoto menor, NS emitiu 50% (n=2) de verbalizações internalistas e 50% (n=2) funcionais. E ao explicar os comportamentos do garoto maior, 100% (n=3) foram funcionais, conforme é possível observar na Figura 2.

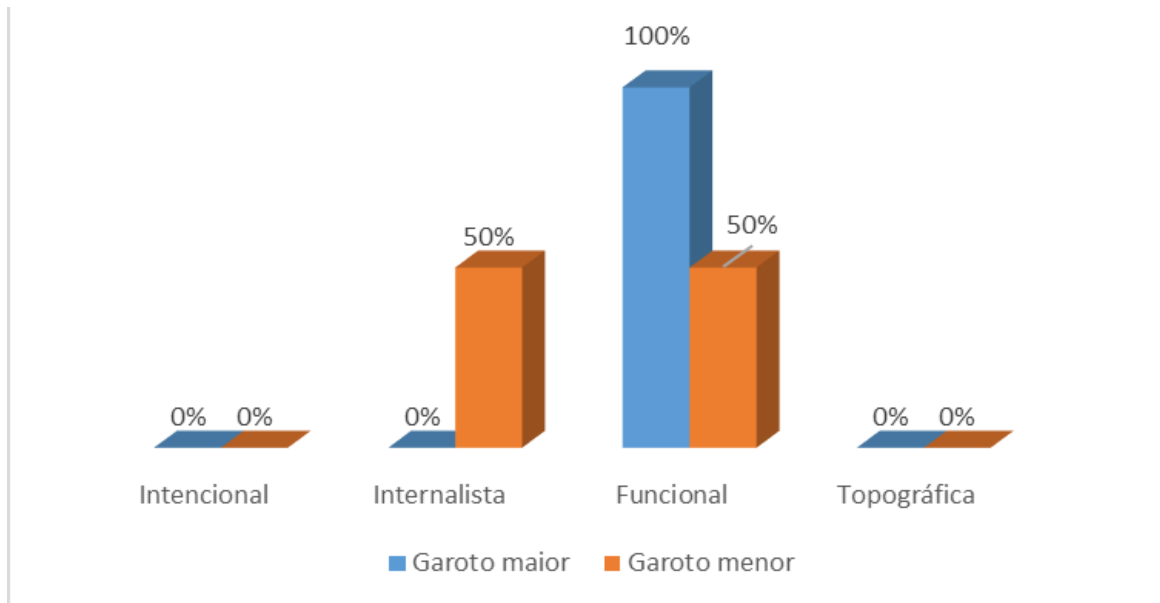


Figura 2: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante NS, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante TT, no que se refere ao juízo de valor acerca dos comportamentos dos personagens, emitiu 2 verbalizações, sendo que 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto maior e 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto menor. Sobre a atribuição causal dos comportamentos, também emitiu 2 verbalizações, tendo sido ambas explicações funcionais, como é possível ver na Figura 3.

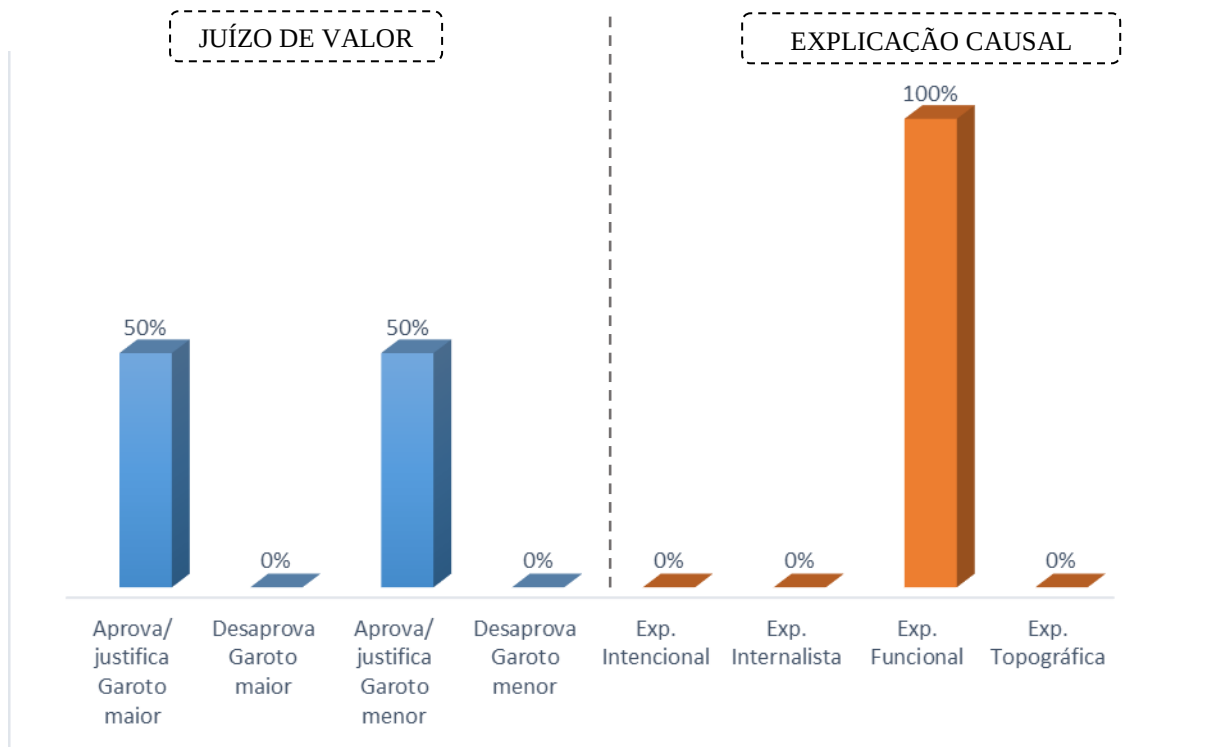


Figura 3: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante TT nas macrocategorias Juízo de valor e Explicação causal

Ao analisar as explicações causais dos comportamentos relativos a cada personagem especificamente, observou-se que TT explicou o comportamento de ambos de forma totalmente funcional, como mostra a Figura 4.

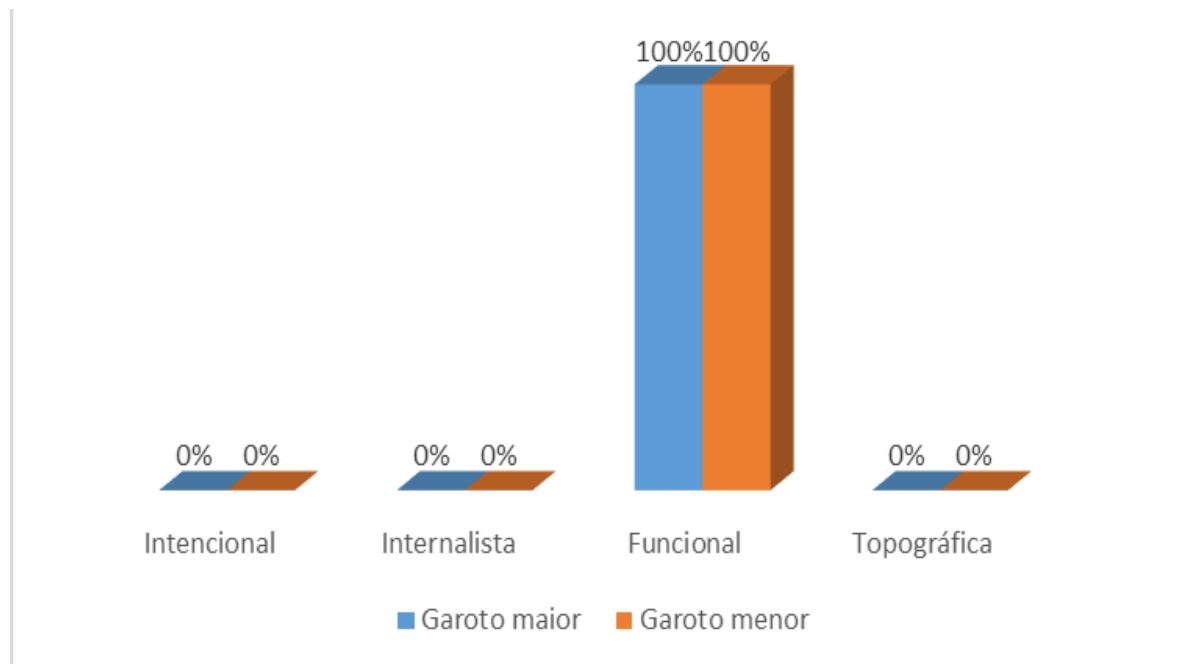


Figura 4 Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante TT, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante PL (Figura 5) emitiu 4 verbalizações de juízo de valor dos comportamentos dos personagens, sendo que 50% (n=2) aprovavam/justificavam o comportamento do garoto maior e 50% (n=2) desaprovavam o comportamento do garoto menor. Acerca das explicações da causa dos comportamentos, PL emitiu 7 verbalizações, das quais 57% (n=4) foram internalistas, 29% (n=2) funcionais e 14% (n=1) topográficas.

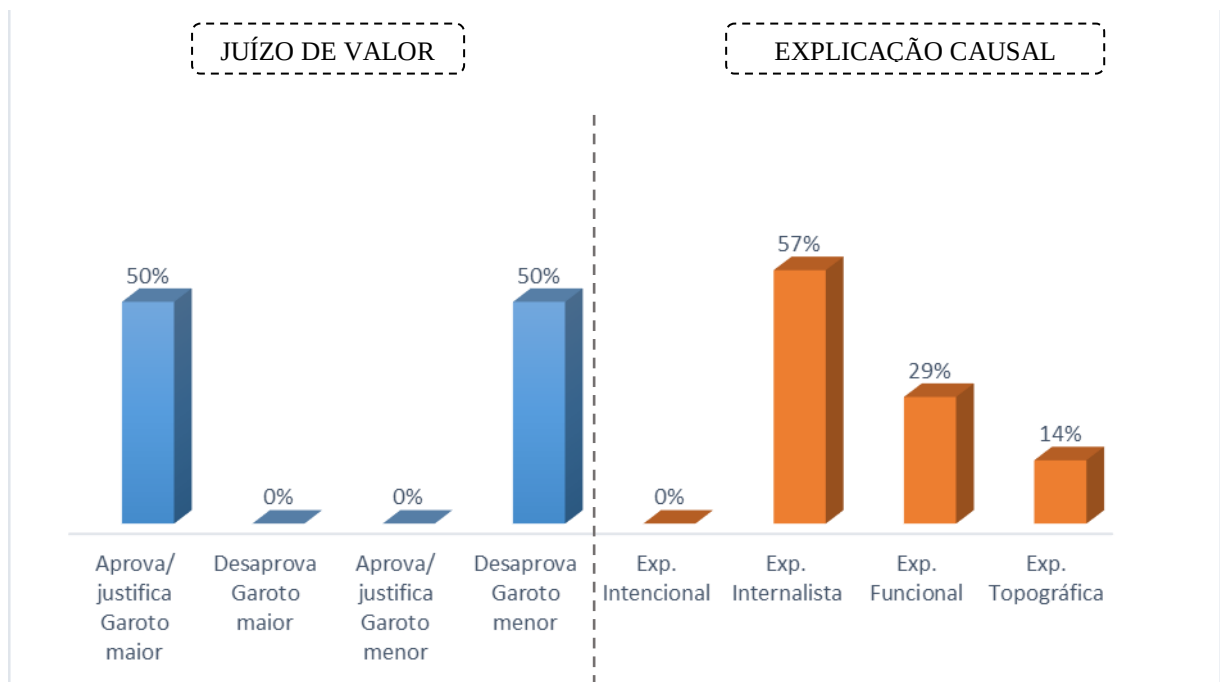


Figura 5: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante PL nas macrocategorias Juízo de valor e Explicação causal

Ao analisar como PL explicou as causas dos comportamentos de cada personagem, conforme demonstra a Figura 6, ao falar do garoto maior, 40% (n=2) das verbalizações foram internalistas, 40% (n=2) funcionais e 20% (n=1) topográficas, e ao falar do garoto menor, 100% (n=2) foram internalistas.

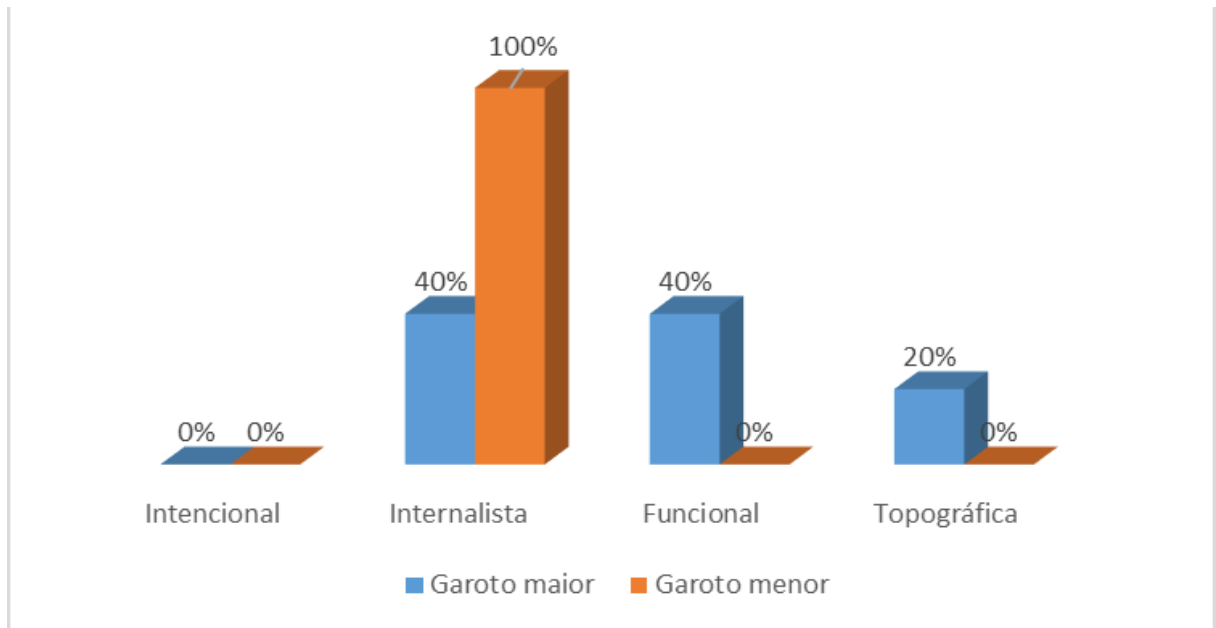


Figura 6: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante PL, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante JL (Figura 7) emitiu 7 verbalizações de juízo de valor acerca dos comportamentos dos personagens, sendo que 29% (n=2) aprovavam/justificavam garoto maior, 43% (n=3) desaprovavam garoto maior, 14% (n=1) aprovavam/justificavam o garoto menor e 14% (n=1) desaprovavam garoto menor. Acerca das explicações causais fornecidas, foram emitidas ao todo 5, sendo 20% (n=1) intencionais e 80% (n=4) funcionais.

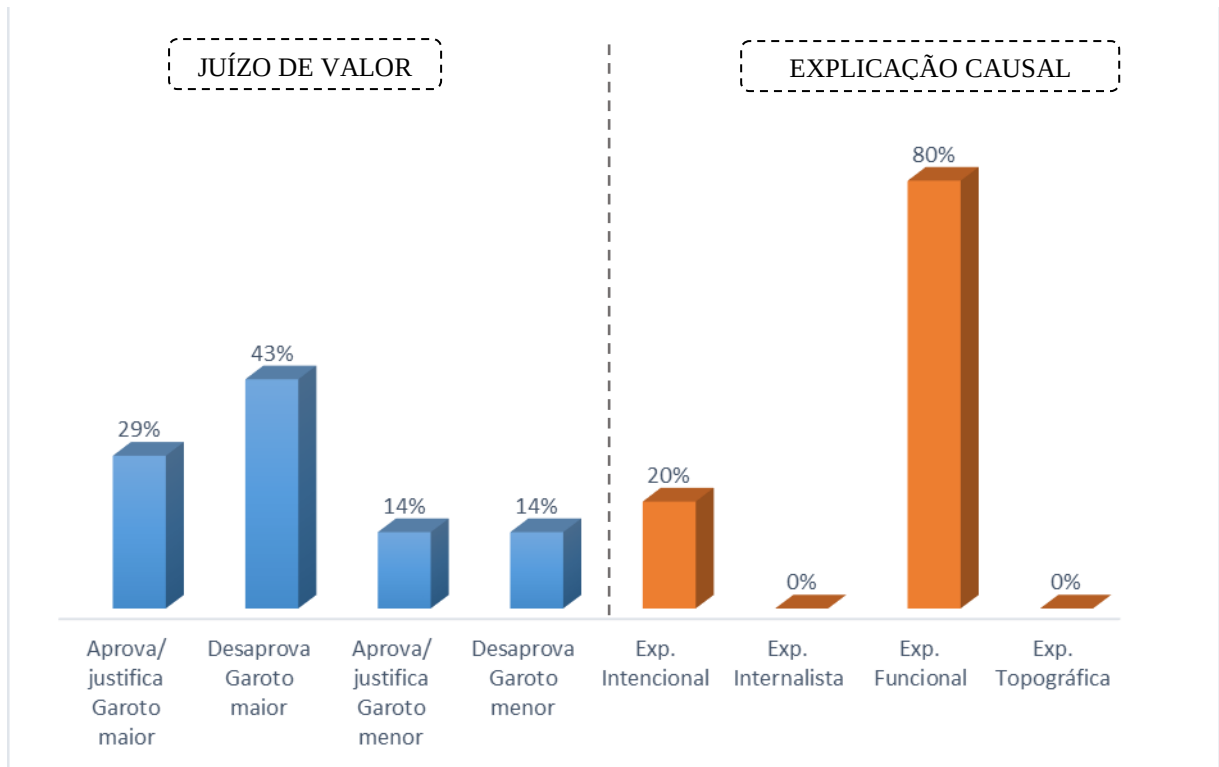


Figura 7: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JL nas macrocategorias Juízo de valor e Explicação causal

Na análise das explicações causais dos comportamentos de cada personagem, verificou-se que, ao falar do garoto maior, JL emitiu 33% ($n=1$) de verbalizações intencionais e 67% ($n=3$) de verbalizações funcionais; já em relação ao garoto menor, 100% das explicações foram funcionais, como se pode ver na Figura 8.

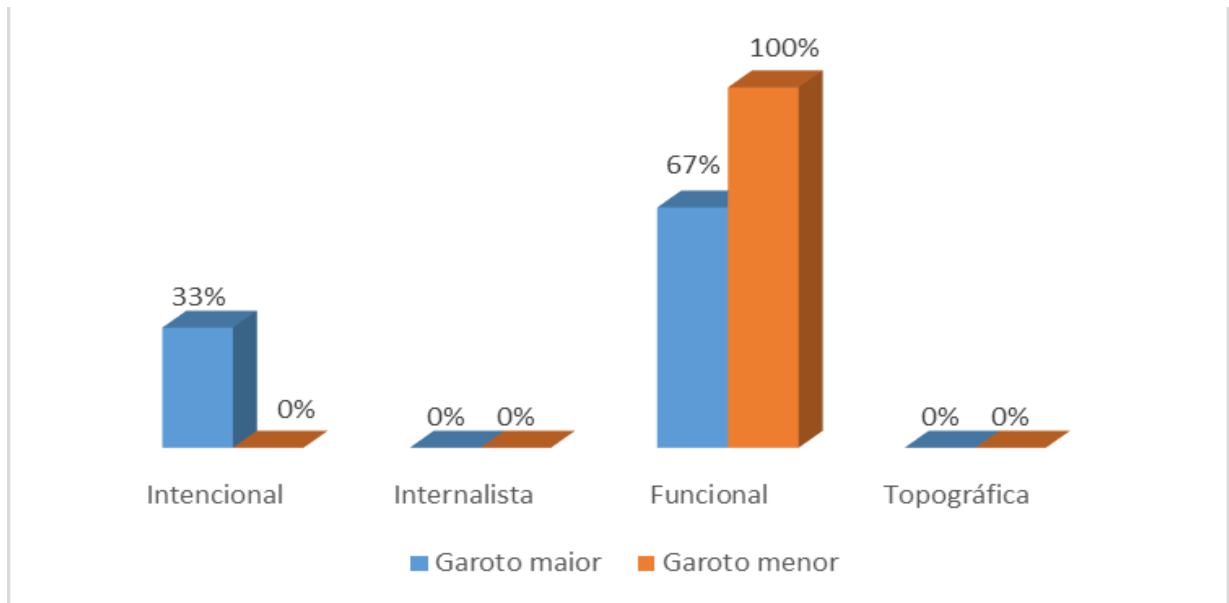


Figura 8: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JL, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante BC (Figura 9) emitiu 6 verbalizações de juízo de valor, sendo que 33% (n=2) aprovavam/justificavam o garoto maior, 17% (n=1) aprovavam/justificam o garoto menor e 50% (n=3) desaprovavam o garoto maior. As verbalizações de explicação causal dos comportamentos foram 6, sendo que 67% (n=4) foram explicações internalistas e 33% (n=2) funcionais.

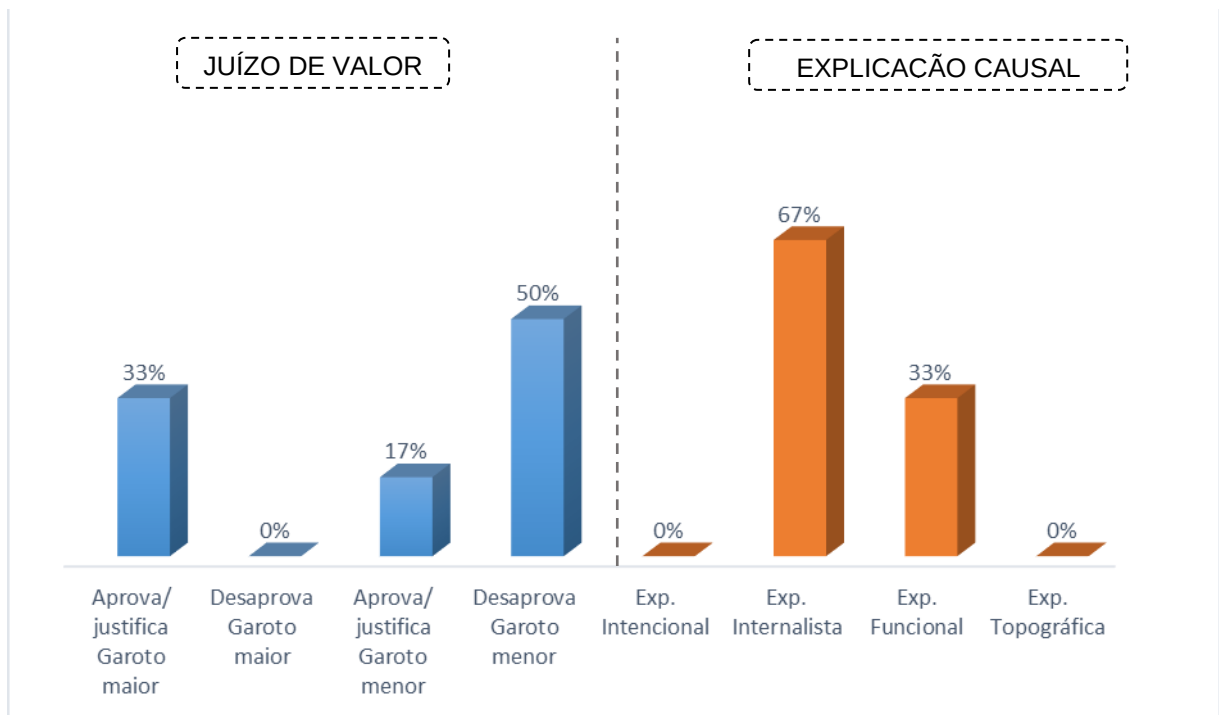


Figura 9: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BC nas macrocategorias Juízo de valor e Explicação causal

Ao analisar as explicações específicas do comportamento de cada personagem, observou-se que ao falar do garoto maior, 100% (n=2) das verbalizações de BC foram internalistas, enquanto as explicações sobre o garoto menor foram 50% (n=2) internalistas e 50% (n=2) funcionais Figura 10).

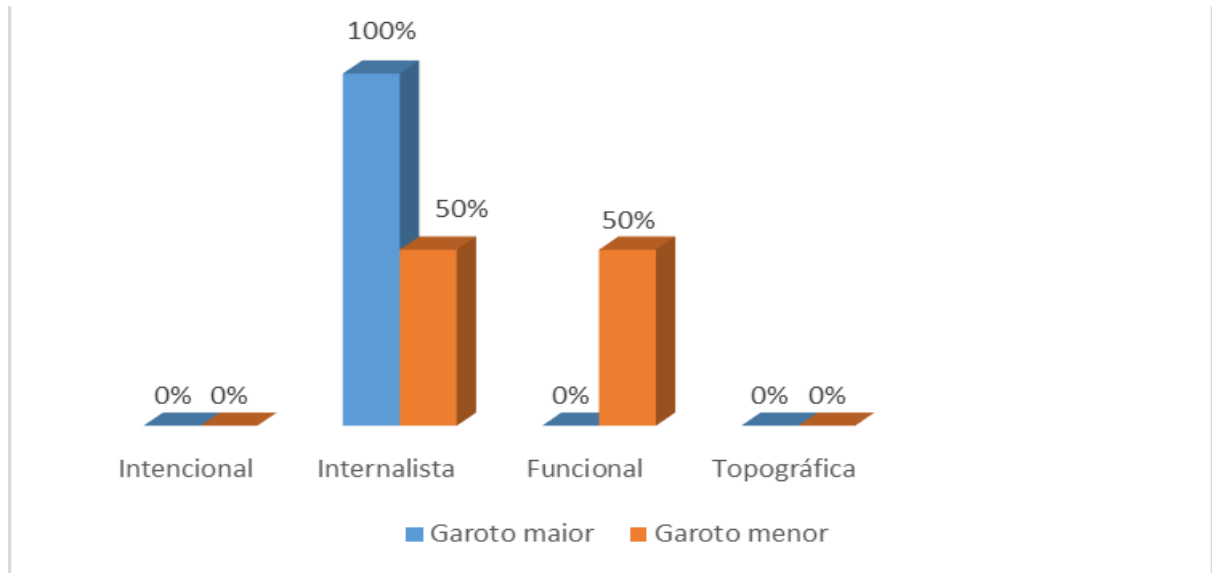


Figura 10: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BC, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

4.1.2 RESULTADOS GERAIS GRUPO A

A partir disso, na contabilização das verbalizações de cada grupo, na análise do juízo de valor aplicado, conforme pode ser visto na Figura 11, observa-se que o Grupo A (que participou somente da Fase 2, assistindo apenas ao vídeo completo) emitiu ao todo 25 verbalizações, sendo que 40% (n=10) aprovavam/ justificavam o garoto maior, 12% (n=3) aprovavam/ justificavam o garoto menor, 12% (n=3) desaprovavam o garoto maior e 36% (n=9) desaprovavam o garoto menor.

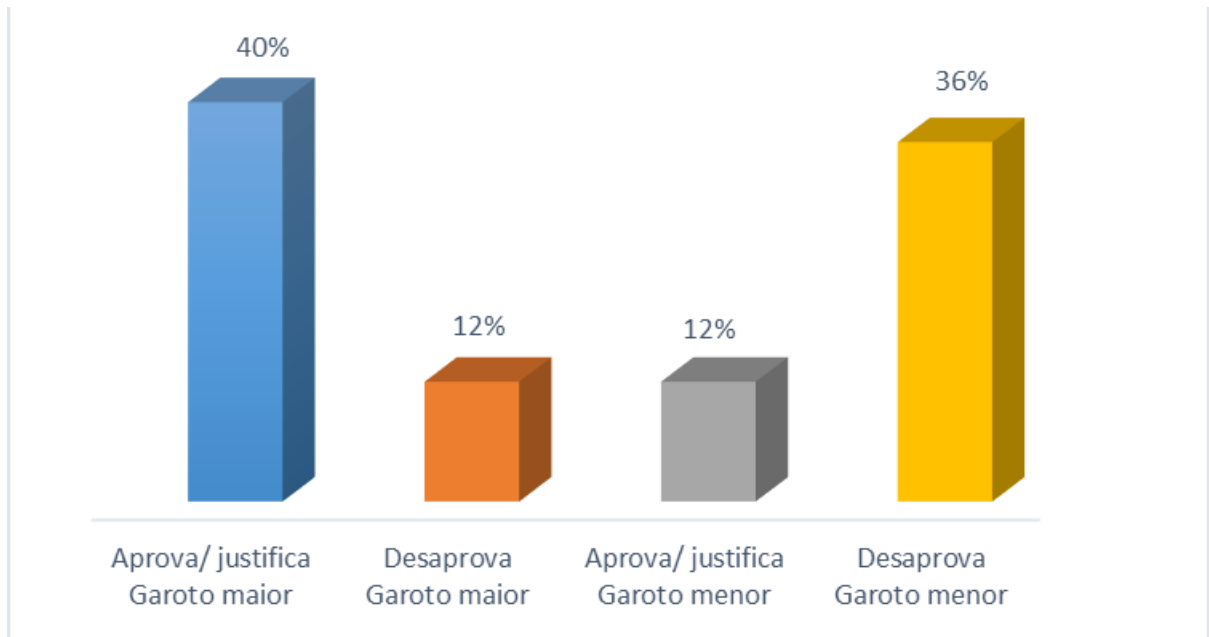


Figura 11: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo A na macrocategoria Juízo de Valor

Na Figura 12, tem-se um panorama geral das respostas dos participantes do Grupo A, no qual observa-se que a maioria deles, 3 dos participantes, emitiu 50% das respostas aprovando o garoto maior ou desaprovando o garoto menor.

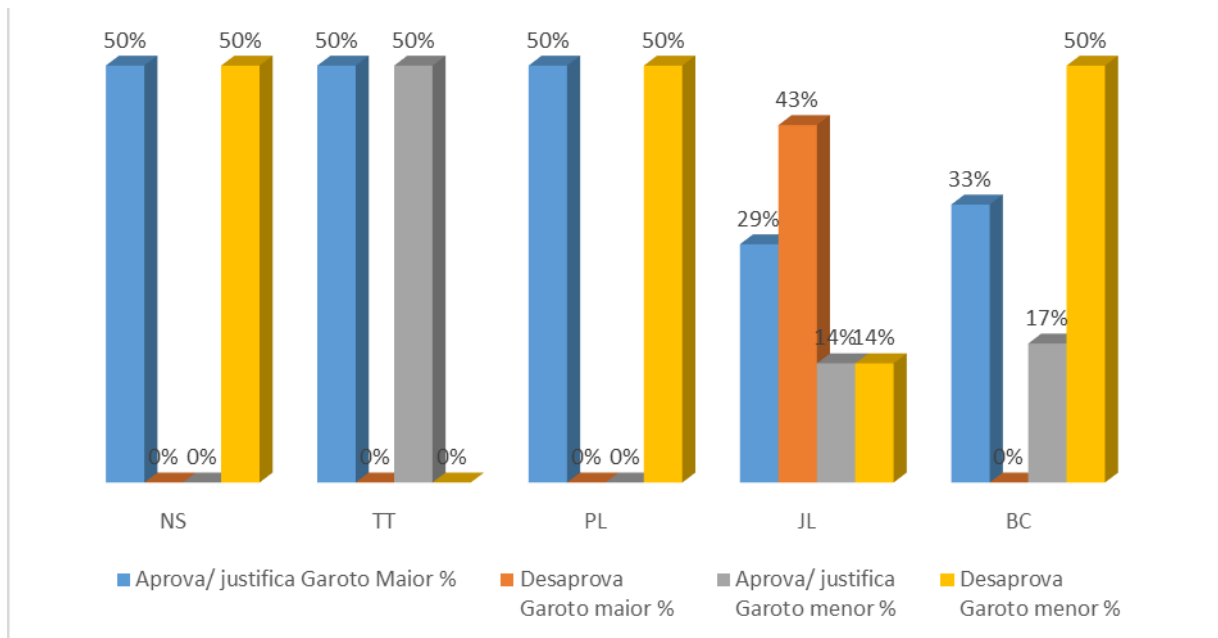


Figura 12: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo A, na macrocategoria Juízo de valor, divididas por participante

Em relação à forma de explicação causal fornecida pelo Grupo A (Figura 13), este emitiu, ao todo, 27 verbalizações, das quais, 4% (n=1) foram intencionais, 56% (n=15) foram funcionais, 37% (n=10) foram internalistas e 4% (n=1) topográficas.

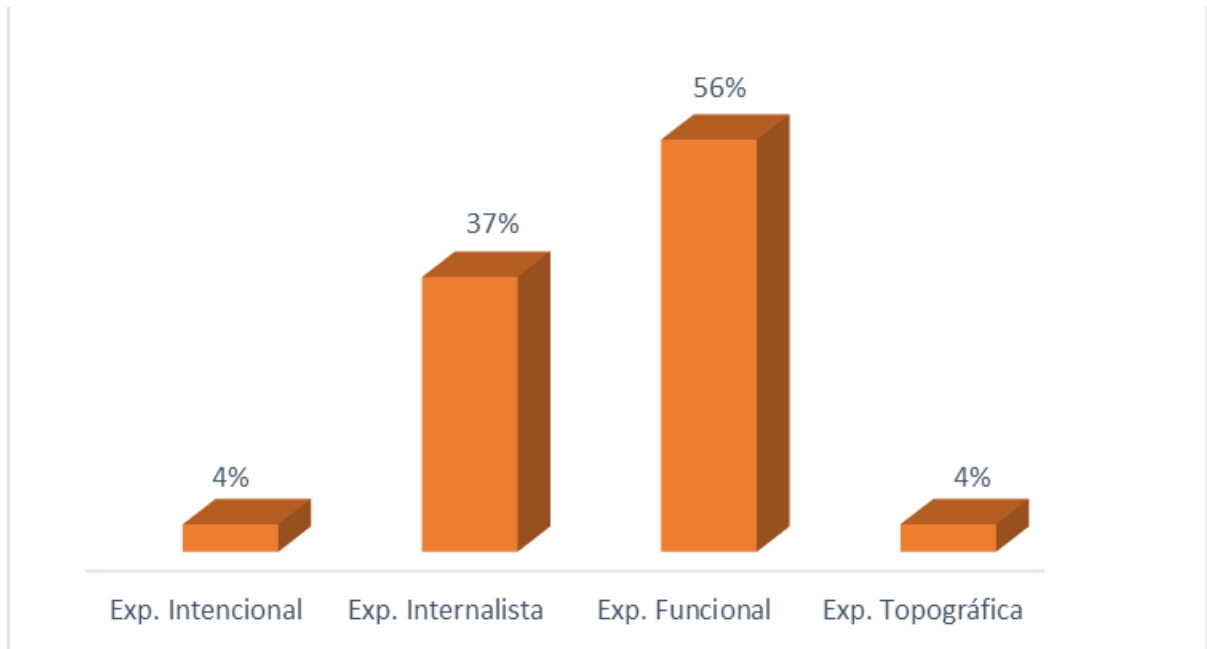


Figura 13: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo A na macrocategoria Explicação Causal

A Figura 14 apresenta um panorama geral das verbalizações dos participantes de explicação causal acerca dos comportamentos dos personagens.

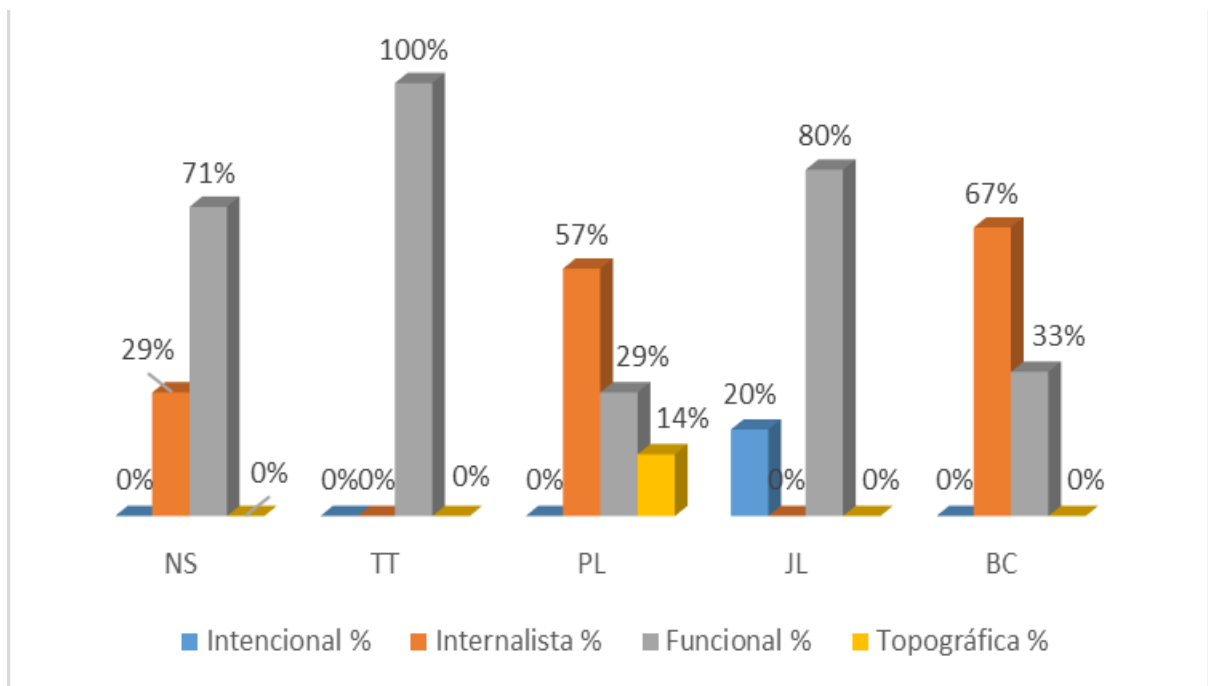


Figura 14: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo A, na macrocategoria Explicação Causal, divididas por participante

Na análise das explicações dadas aos comportamentos de cada personagem, especificamente, como se vê na Figura 15, o Grupo A, ao falar do garoto maior, emitiu, em sua maioria, explicações funcionais, 57% (n=8). Também apresentou 29% (n=4) de explicações internalistas, e 7% (n=1) de explicações intencionais e topográficas. Ao falar do garoto menor, a maioria das explicações também foram funcionais, 54% (n=7), além de 46% (n=6) de explicações internalistas, e nenhuma verbalização topográfica ou intencional.

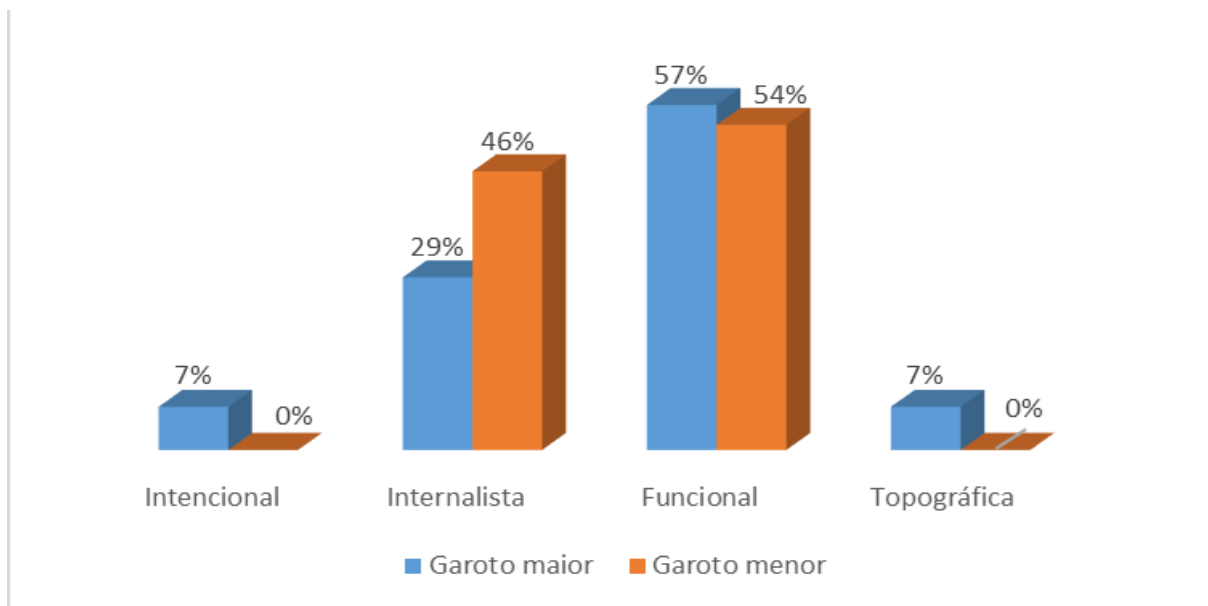


Figura 15: Gráfico da distribuição percentual das respostas do Grupo A, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

4.2 RESULTADOS GRUPO B

Neste tópico serão apresentados os resultados por participante e gerais do Grupo B.

4.2.1 RESULTADOS INDIVIDUAIS GRUPO B

No Grupo B, que assistiu, na Fase 1, à parte do vídeo em que o garoto maior agride o garoto menor, e posteriormente, na Fase 2, o vídeo completo, obteve-se os seguintes resultados individuais.

Na fase 1, o participante AC emitiu 4 verbalizações de juízo de valor dos comportamentos dos personagens, sendo que 25% (n=1) aprovavam/justificavam o comportamento do garoto maior, 50% (n=2) desaprovavam o comportamento do garoto maior, e 25% (n=1) aprovavam/justificavam o comportamento do garoto

menor. E 4 verbalizações de explicação causal dos comportamentos, das quais, 50% (n=2) foram internalistas, 25% (n=1) funcionais e 25% (n=1) topográficas. Na fase 2, AC emitiu 2 verbalizações de juízo de valor, sendo que 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto maior e 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto menor. Em relação à forma de explicação causal dos comportamentos, emitiu 3 verbalizações, das quais 67% (n=2) foram funcionais, e 33% (n=1) topográficas, conforme pode ser visto na Figura 16.

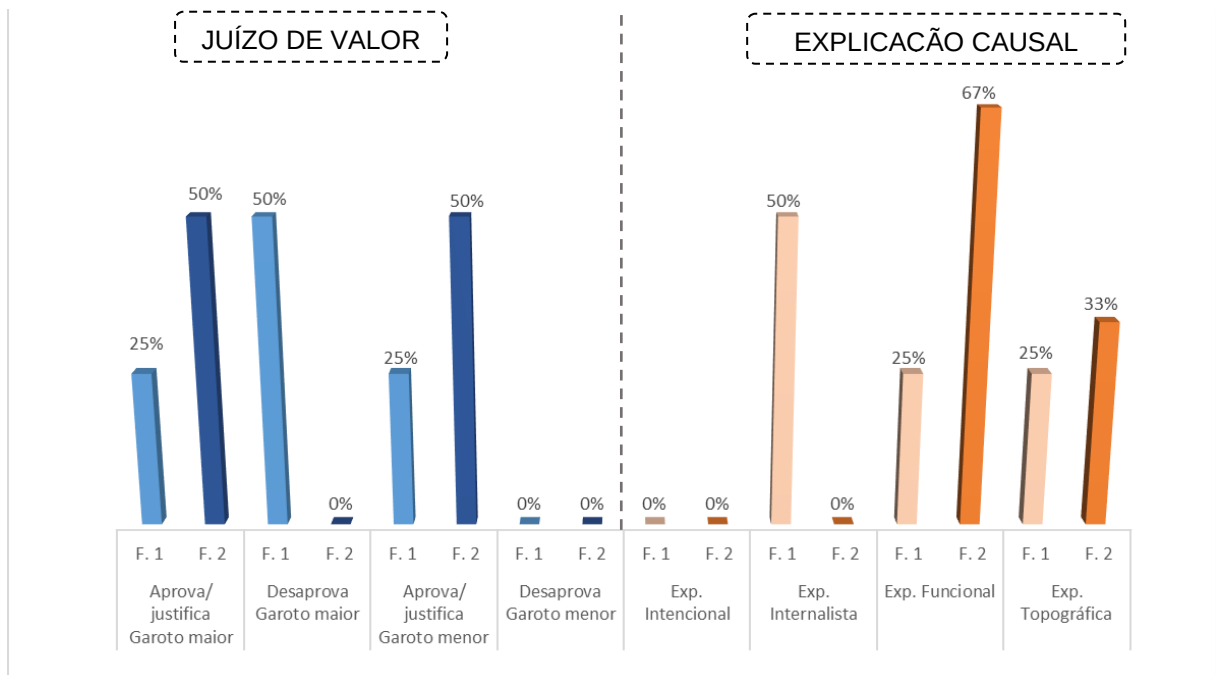


Figura 16: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante AC nas macrocategorias de Juízo de Valor e Explicação Causal

Na comparação entre as duas fases, na categoria Juízo de Valor (Figura 17), AC apresentou diferença nas respostas que aprovavam/justificavam o garoto maior e que aprovavam/justificavam garoto menor, em ambos os casos, as taxas foram de 25%, na fase 1, para 50% na fase 2; como também nas de reprovação do garoto maior, de 50% na fase 1, para 0% na fase 2.

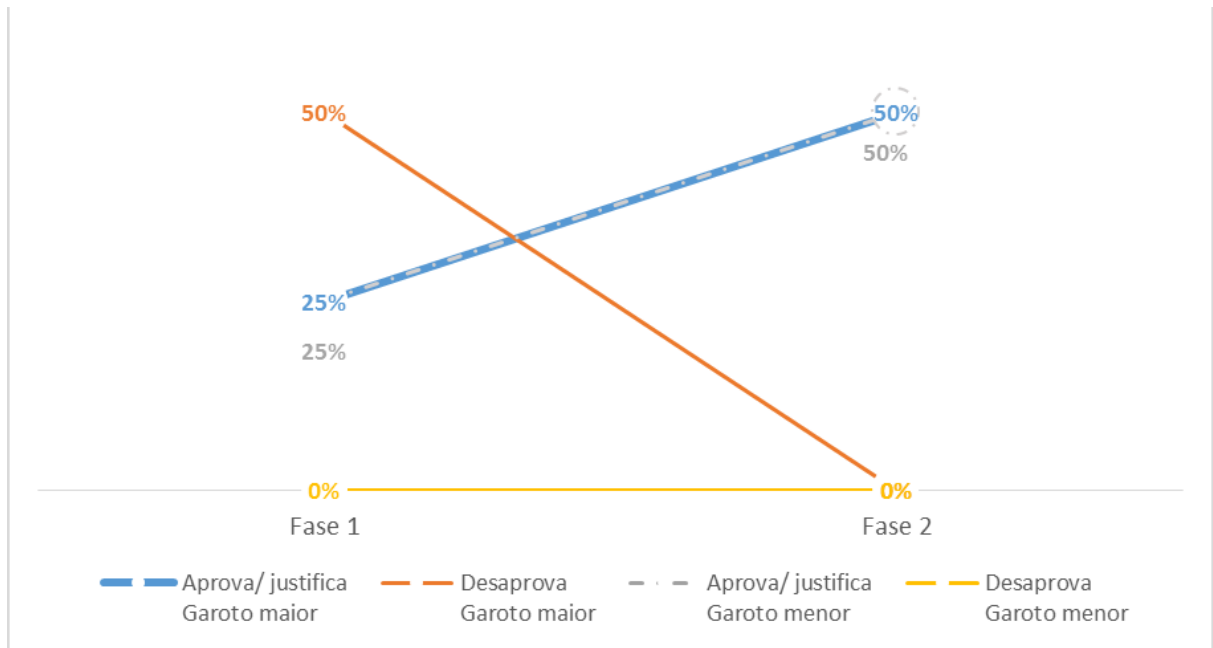


Figura 17: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante AC na macrocategoria Juízo de Valor

Na comparação entre as duas fases, na categoria de explicação causal (Figura 18), AC apresentou uma diferença mais significativa nas explicações internalistas, que caíram de 50%, na primeira fase, para 0% na fase 2. E nas explicações funcionais, que aumentaram de 25%, na fase 1 para 67% na segunda fase.

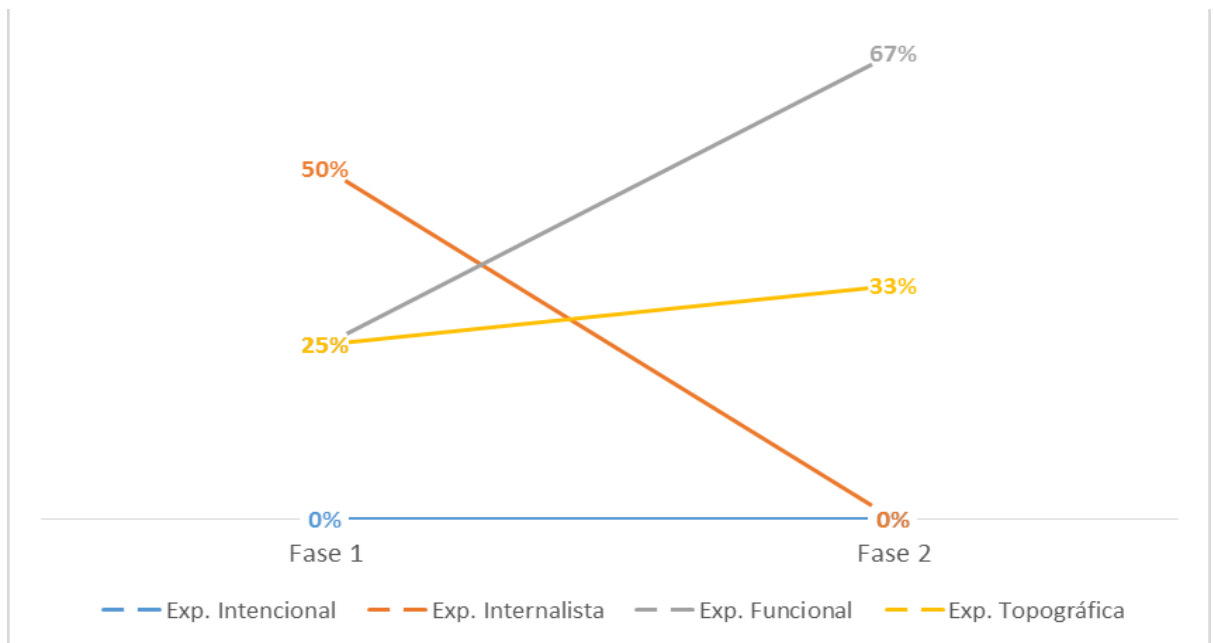


Figura 18: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante AC na macrocategoria Explicação Causal

Na análise das explicações sobre as causas dos comportamentos de cada personagem, especificamente, observou-se que, ao falar do garoto maior, AC emitiu 3 verbalizações, das quais, 1 foi internalista, 1 funcional e 1 topográfica. Já na fase 2, todas as explicações referentes ao comportamento do garoto maior foram funcionais. E ao comentar as causas do comportamento do garoto menor, na fase 1, as explicações de AC foram 100% internalistas, e na fase 2, 50% funcionais e 50% topográficas, como pode se ver na Figura 19.

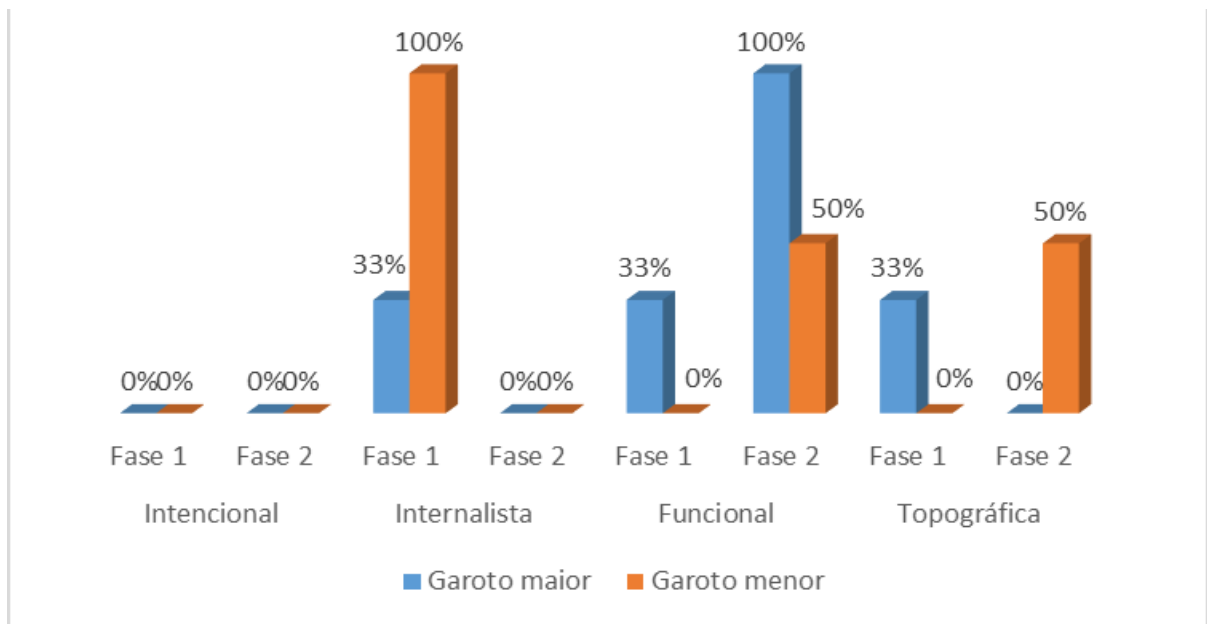


Figura 19: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante AC, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

Conforme pode ser visto na Figura 20, o participante BCA, na fase 1, emitiu 3 verbalizações de juízo de valor sobre os comportamentos dos personagens, das quais, 67% (n=2) desaprovavam o garoto maior e 33% (n=1) aprovavam/justificavam o garoto menor. Em relação à forma de explicação sobre a causa desses comportamentos, foram emitidas 4 verbalizações, e destas, 75% (n=3) foram internalistas, e 25% (n=1) intencionais. Na fase 2, BCA emitiu 2 verbalizações de juízo de valor, sendo 1 aprovando/justificando o garoto maior e 1 aprovando/justificando o garoto menor. Na forma de explicar a causalidade dos comportamentos, das 4 verbalizações emitidas nesta fase, 50% (n=2) foram internalistas, 25% (n=1) funcionais e 25% (n=1) topográficas.

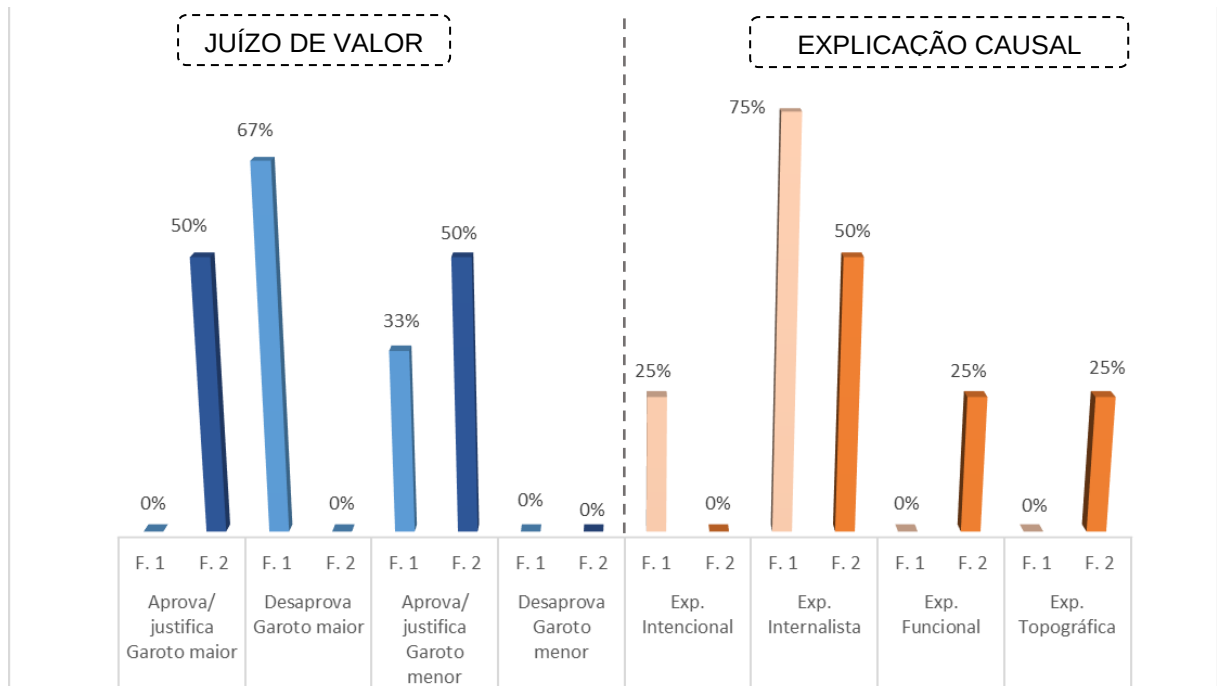


Figura 20: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BCA nas macrocategorias de Juízo de Valor e Explicação Causal

Na comparação entre as duas fases, na categoria de juízo de valor (Figura 21), as diferenças maiores foram nas respostas que aprovavam/justificavam o garoto maior, que aumentaram de 0%, na primeira fase para 50% na segunda. E nas respostas de desaprovação do garoto maior, que diminuíram de 67% na fase 1 para 0% na fase 2. Um aspecto interessante é que a desaprovação do garoto menor, mesmo na fase 2, continuou em 0%, e sua aprovação/justificação subiu de 33% para 50%.

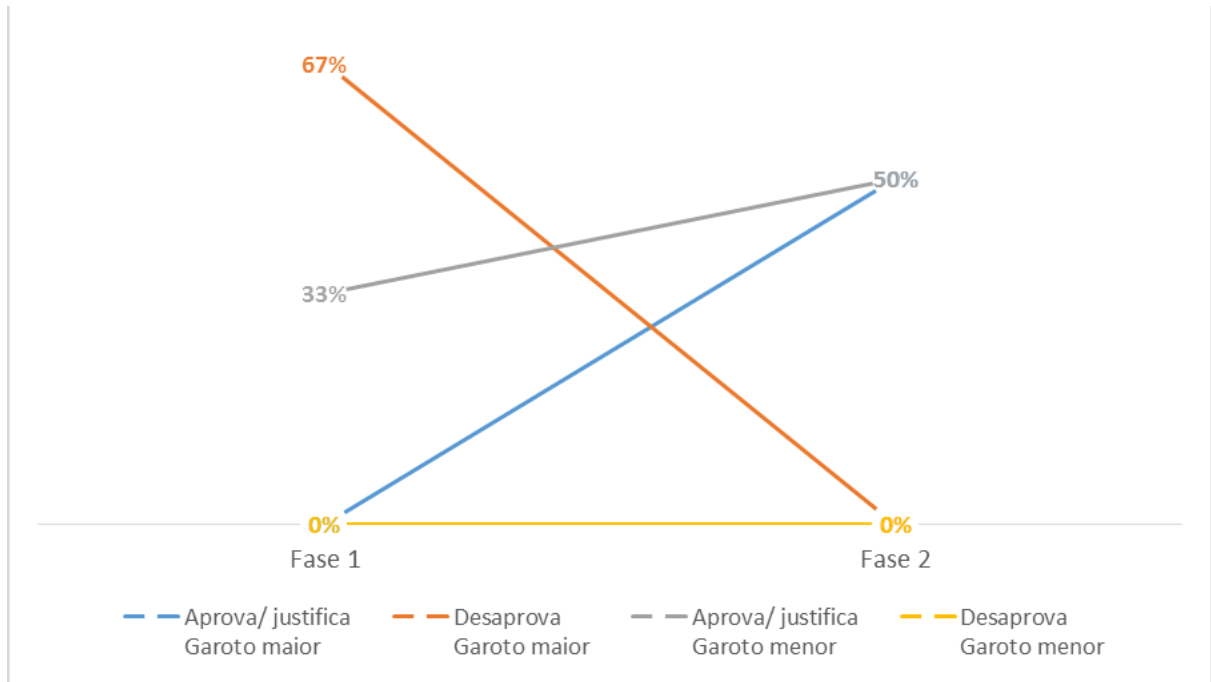


Figura 21: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BCA na macrocategoria Juízo de Valor

Na categoria de explicação causal dos comportamentos, observa-se que, na fase 2 houve diminuição das explicações intencionais, de 25% na fase 1 para 0% na fase 2, e internalistas, de 75% para 50%; e o aumento das explicações funcionais e topográficas, ambas de 0% na fase 1 para 25% na fase 2, com está demonstrado na Figura 22.

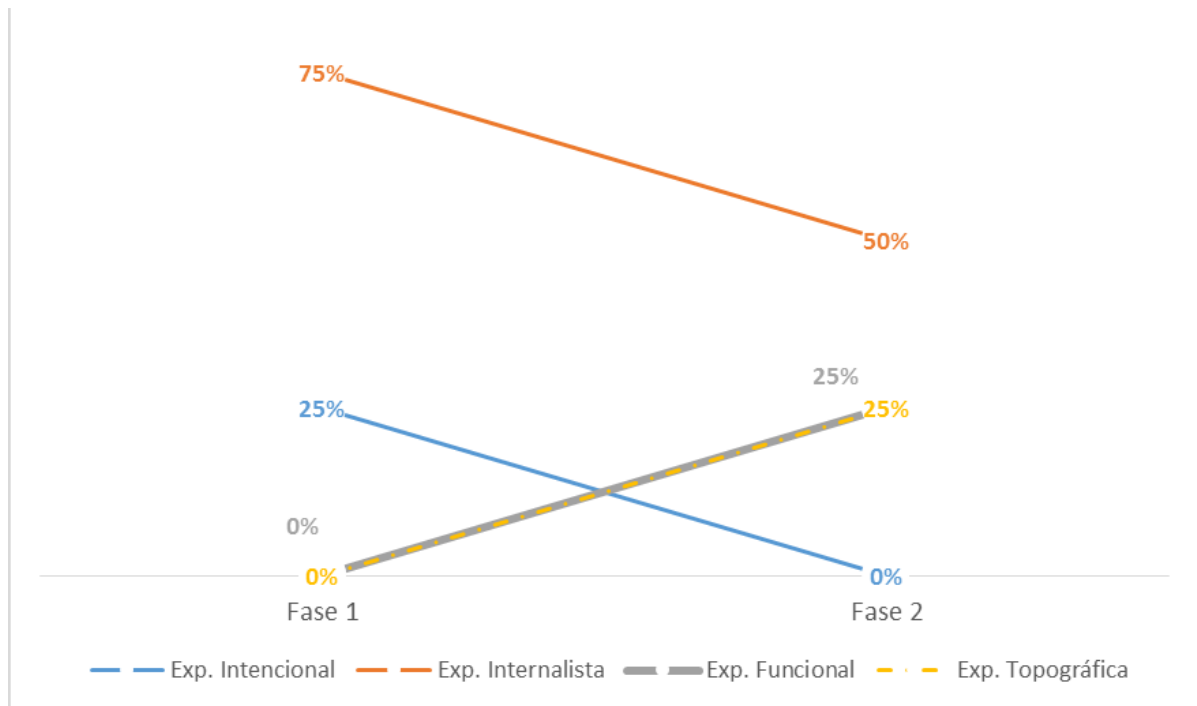


Figura 22: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BCA na macrocategoria Explicação Causal

Na análise das explicações sobre a causa dos comportamentos de cada personagem (Figura 23), especificamente, verificou-se que BCA, ao falar do garoto maior, na fase 1, emitiu 25% de explicações intencionais e 75% internalistas, enquanto na fase 2, 67% foram internalistas e 33% topográficas. Já em relação ao garoto menor, BCA não fez comentários sobre seu comportamento na fase 1, e na fase 2, emitiu 1 verbalização acerca deste personagem, tendo sido funcional.

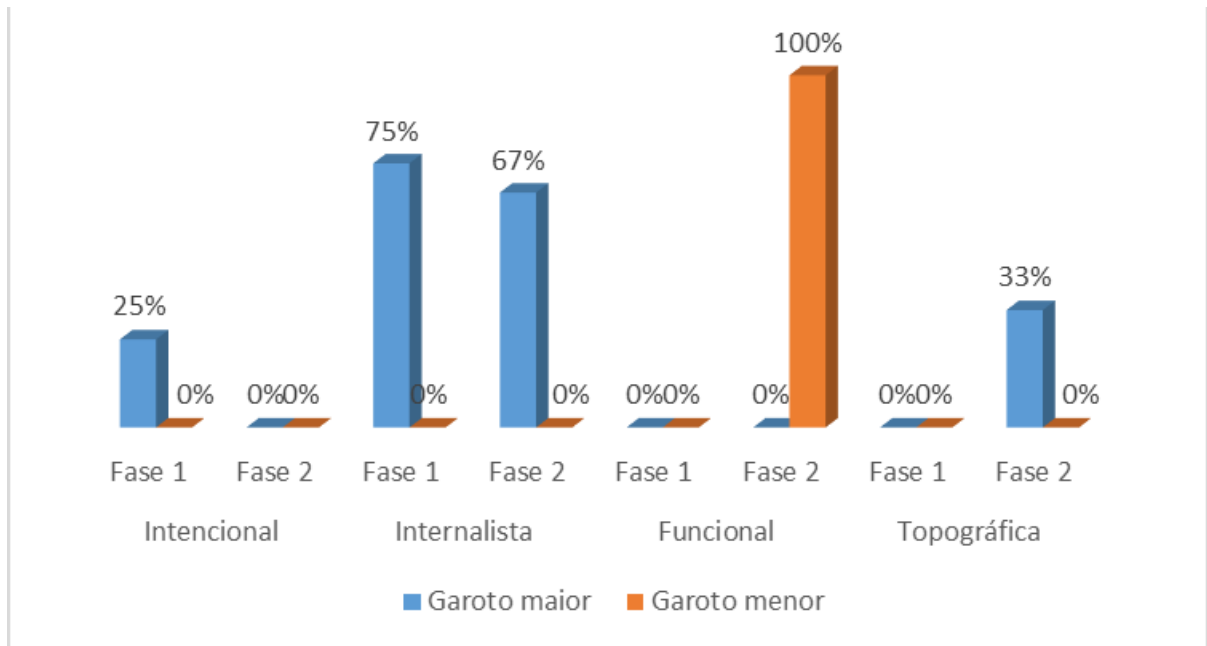


Figura 23: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante BCA , na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante GL, como se vê na Figura 24, na fase 1, emitiu 3 verbalizações de juízo de valor dos comportamentos dos personagens, das quais, 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto maior, 1 desaprovava o comportamento do garoto maior e 1 aprovava/justificava o comportamento do garoto menor. Na análise da forma de explicação causal desses comportamentos, observou-se um total de 5 verbalizações nessa fase, onde, 40% (n=2) foram internalistas e 60% (n=3) funcionais. Na fase 2, o número de emissões de verbalizações de juízo de valor subiu para 7, das quais, 29% (n=2) aprovavam/justificavam o garoto maior, 14% (n=1) aprovavam/justificavam o garoto menor e 57% (n=4) desaprovavam o garoto menor. E as emissões de explicação causal dos comportamentos subiram para 8; no entanto, a quantidade de explicações internalistas diminuiu para 25% (n=2), 63% (n=5) foram funcionais e 13% (n=1) topográficas.

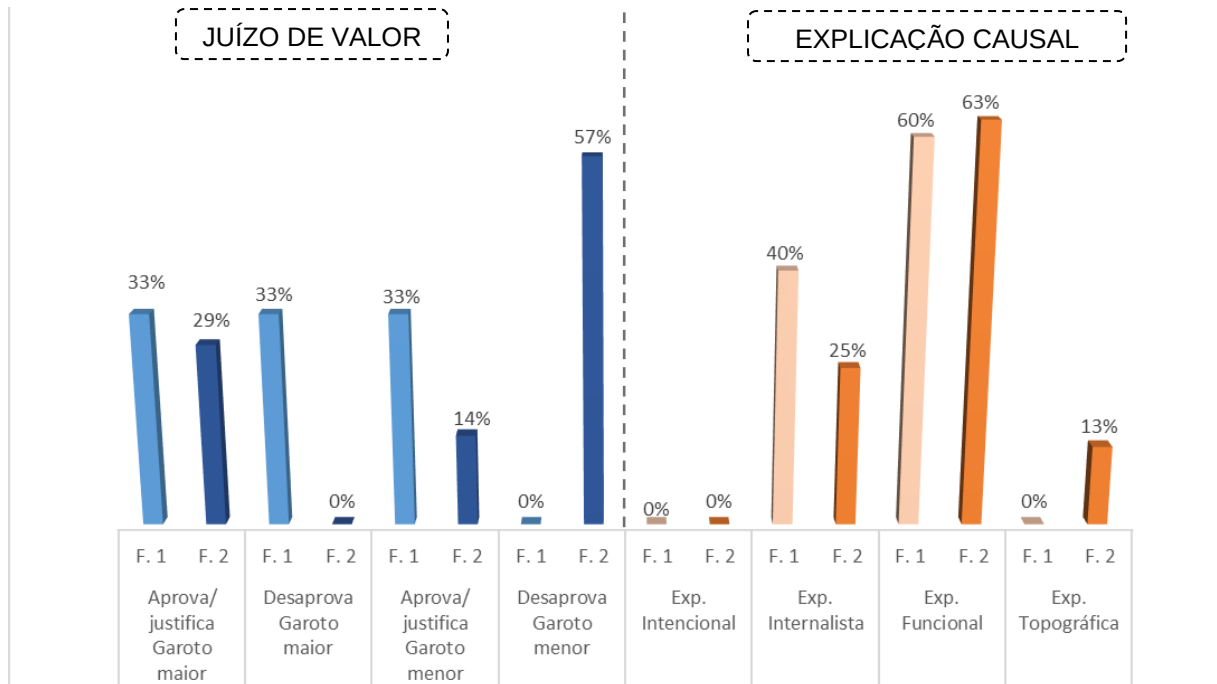


Figura 24 Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GL nas macrocategorias de Juízo de Valor e Explicação Causal

A diferença das respostas de GL, na categoria de juízo de valor (Figura 25), entre a primeira e segunda fase, foi maior para as respostas de desaprovação do garoto menor, que subiu de 0 para 57%; e de desaprovação do garoto maior, que diminuiu de 33 para 0%, enquanto a aprovação/ justificação do garoto maior se manteve praticamente igual, e do garoto menor teve uma redução de 33% para 14%.

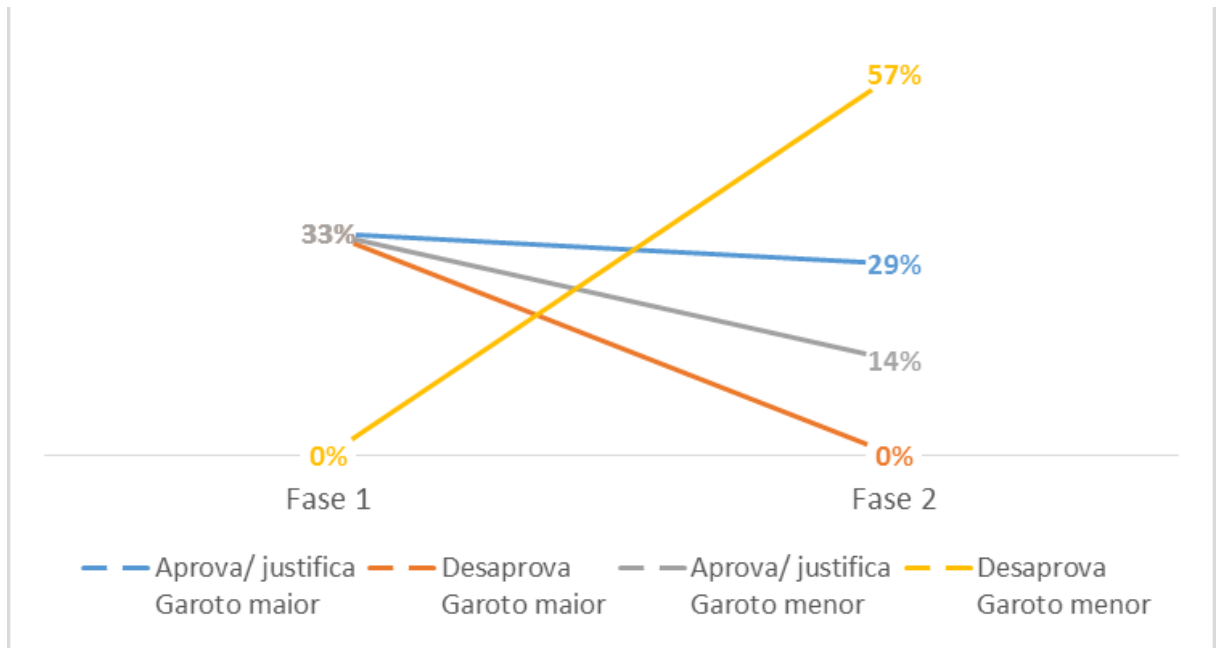


Figura 25: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GL na macrocategoria Juízo de Valor

Em relação às explicações causais, a diferença entre as duas fases se mostrou principalmente nas explicações internalistas, que diminuíram de 40% na primeira fase, para 25% na segunda, e nas topográficas, que aumentaram de 0 para 13%, enquanto as funcionais praticamente se mantiveram no mesmo índice, como se vê na Figura 26.

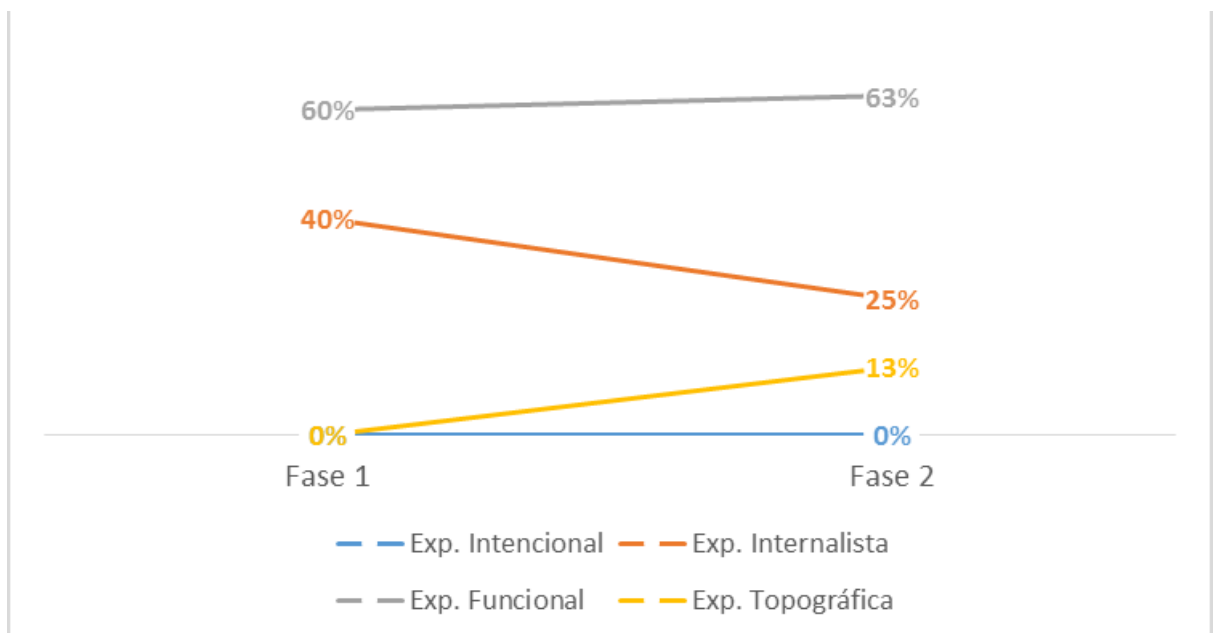


Figura 26: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GL na macrocategoria Explicação Causal

Na análise das explicações das causas dos comportamentos de cada personagem, especificamente (Figura 27), observou-se que GL, ao falar do garoto maior, na fase 1, emitiu 100% de explicações funcionais, da mesma forma como na fase 2. E ao falar do garoto menor, na fase 1, 50% de suas verbalizações foram internalistas e 50% funcionais. Já na fase 2, as internalistas diminuíram para 33%, 50% foram funcionais e 17% explicações topográficas.

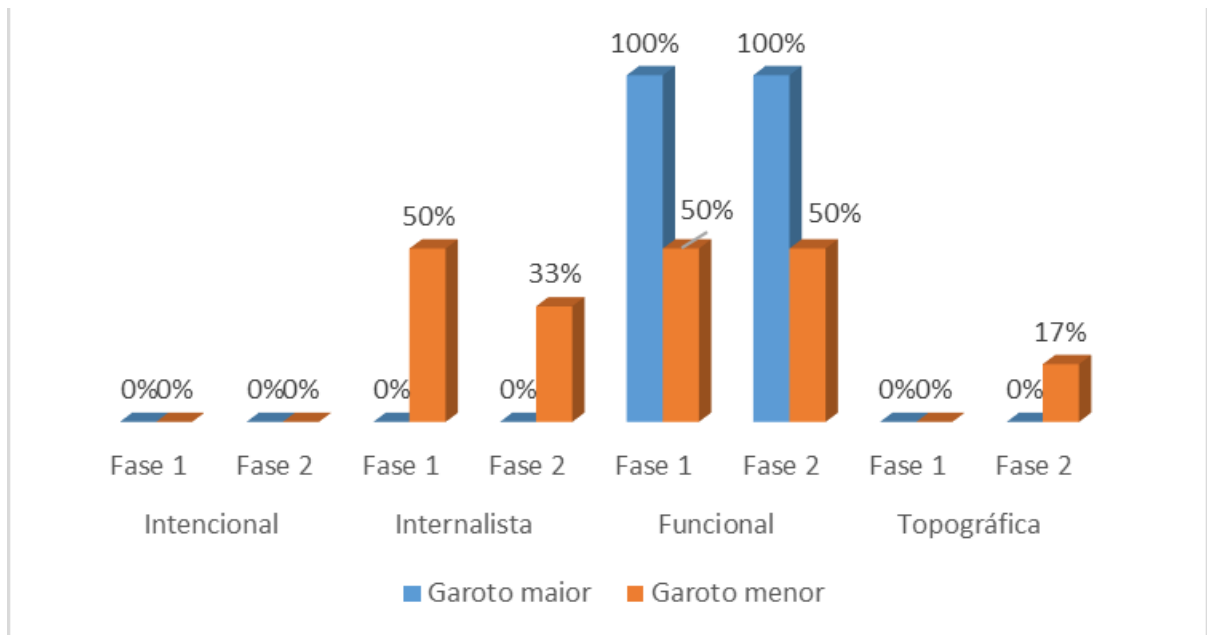


Figura 27 Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GL, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante GN, na fase 1, emitiu 2 verbalizações de juízo de valor dos comportamentos dos personagens, das quais, 1 aprovava/justificava o garoto maior e 1 aprovava/justificava o garoto menor. Em relação à explicação sobre a causa dos comportamentos, apresentou 2 verbalizações, sendo que 1 foi internalista e 1 funcional. Na fase 2, as verbalizações de juízo de valor subiram para 5, das quais 20% (n=1) aprovavam/justificavam o garoto maior, 20% (n=1) desaprovavam o garoto maior e 60% desaprovavam o garoto menor. Em relação às explicações causais dos comportamentos dos personagens, houve também um aumento das verbalizações, 4 no total, sendo que 100% (n=4) foram funcionais, como mostra a Figura 28.

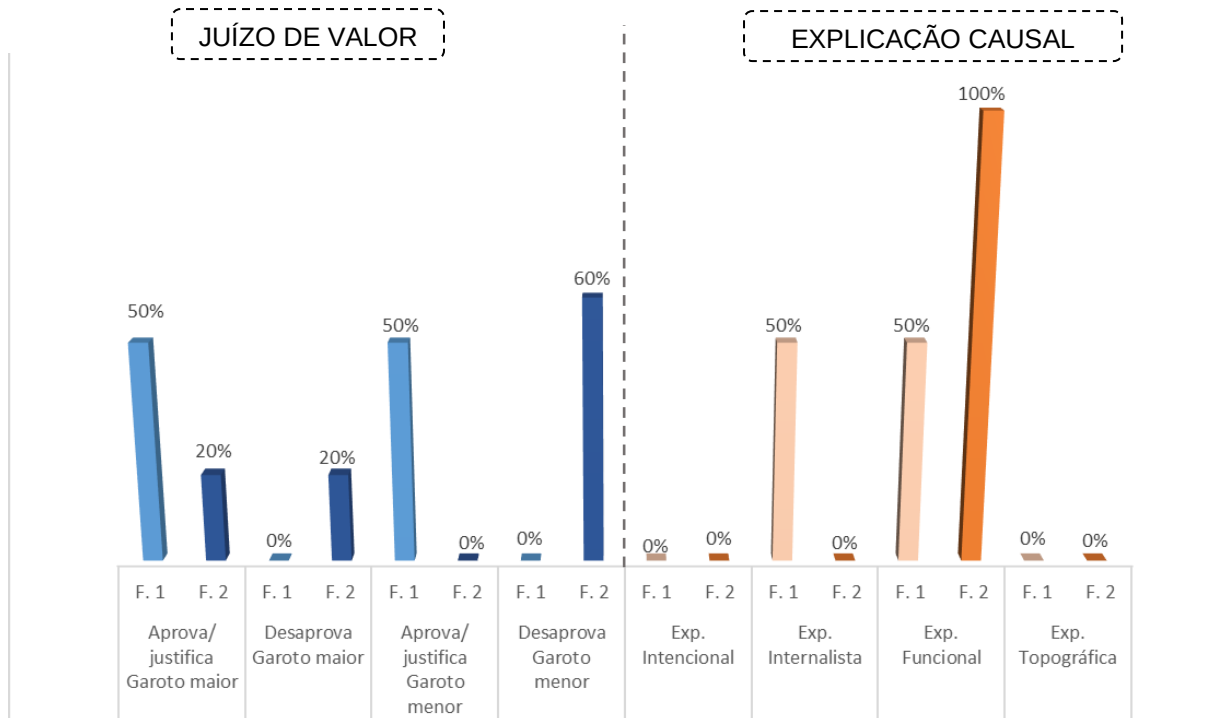


Figura 28: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GN nas macrocategorias de Juízo de Valor e Explicação Causal

Na comparação entre as duas fases, na categoria de juízo de valor (Figura 29), GN apresentou aumento das respostas que desaprovavam o garoto menor, de 0% para 60% na segunda fase, e que desaprovavam o garoto maior, de 0% para 20%. Enquanto as respostas que aprovavam/justificavam garoto maior caíram de 50% para 20% e as que aprovavam/justificavam o garoto menor de 50% para 0%.

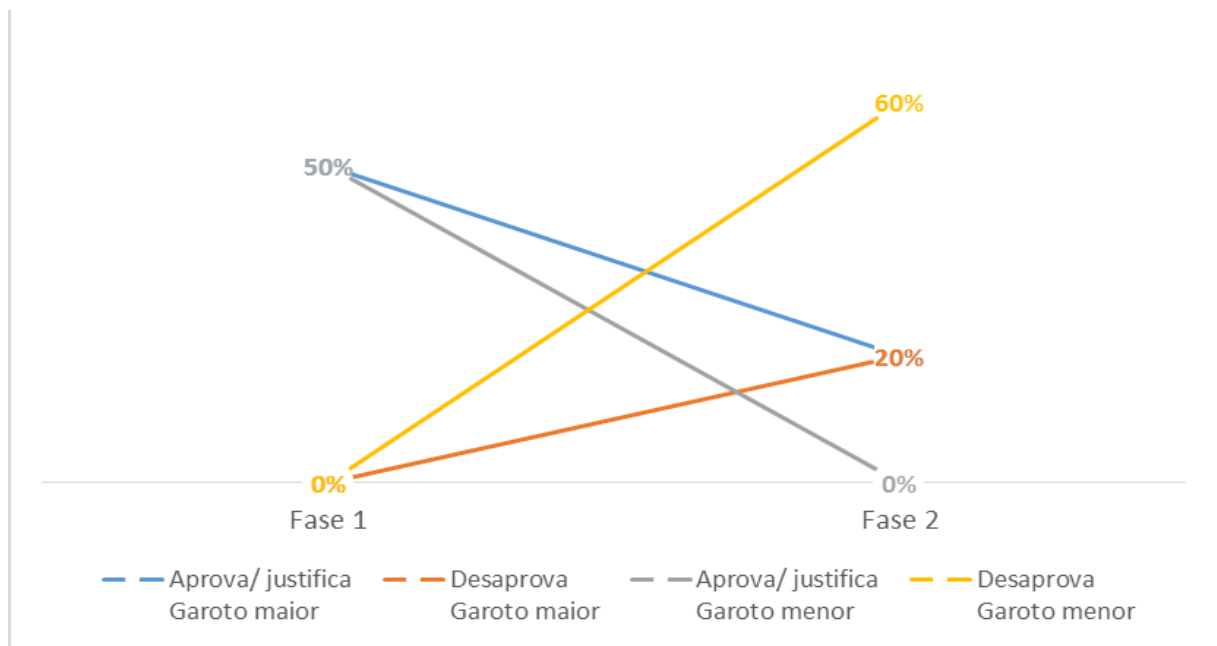


Figura 29: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GN na macrocategoria Juízo de Valor

Nas explicações causais fornecidas, observou-se que a diferença entre as duas fases ocorreu com as explicações internalistas, que diminuíram de 50%, na primeira fase, para 0% na segunda fase. Ao contrário das explicações funcionais, que de 50% na fase 1, para 100% na fase 2, como é possível observar na Figura 30.

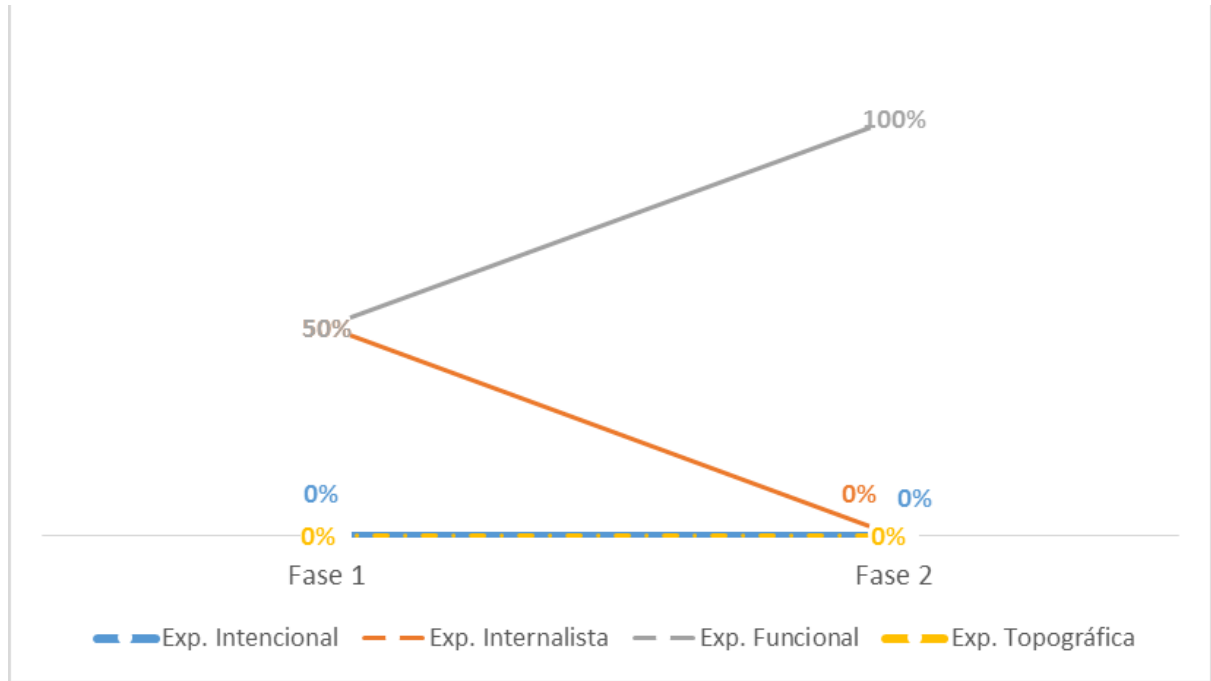


Figura 30: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GN na macrocategoria Explicação Causal

Na análise das explicações causais dadas aos comportamentos de cada personagem especificamente, foi possível observar que, ao falar do garoto maior, GN, na fase 1, teve 100% de verbalizações internalistas, enquanto na fase 2, todas verbalizações foram funcionais. E ao falar do garoto menor, tanto na fase 1 quanto na fase 2, só forneceu explicações funcionais, como demonstra a Figura 31.

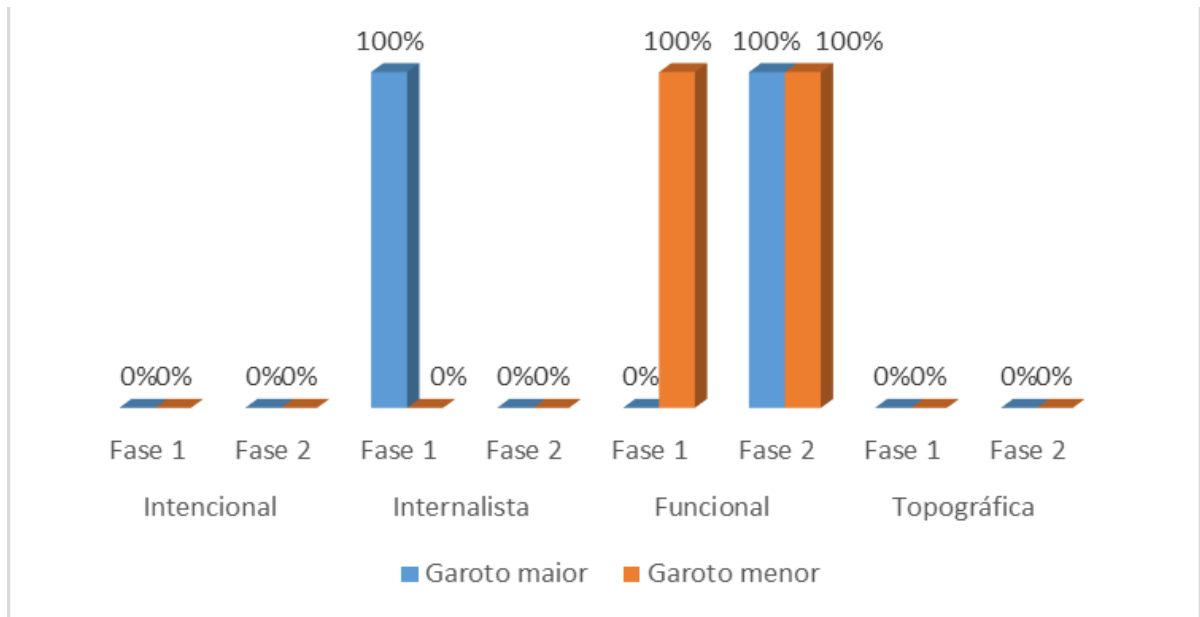


Figura 31: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante GN , na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

O participante JN, na Fase 1, emitiu 1 verbalização de juízo de valor sobre os comportamentos dos personagens, tendo sido de aprovação/justificação do garoto menor. Na forma de explicar causalmente tais comportamentos, emitiu também 1 verbalização, a qual foi classificada como funcional. Na fase 2, JN emitiu 3 verbalizações de juízo de valor, sendo 1 aprovava/justificava garoto maior, 1 aprovava/justificava o garoto menor e 1 desaprovava o garoto menor. Na explicação causal dos comportamentos dos personagens, JN emitiu 2 verbalizações nesta fase, sendo que 100% (n=2) foram funcionais (Figura 32).

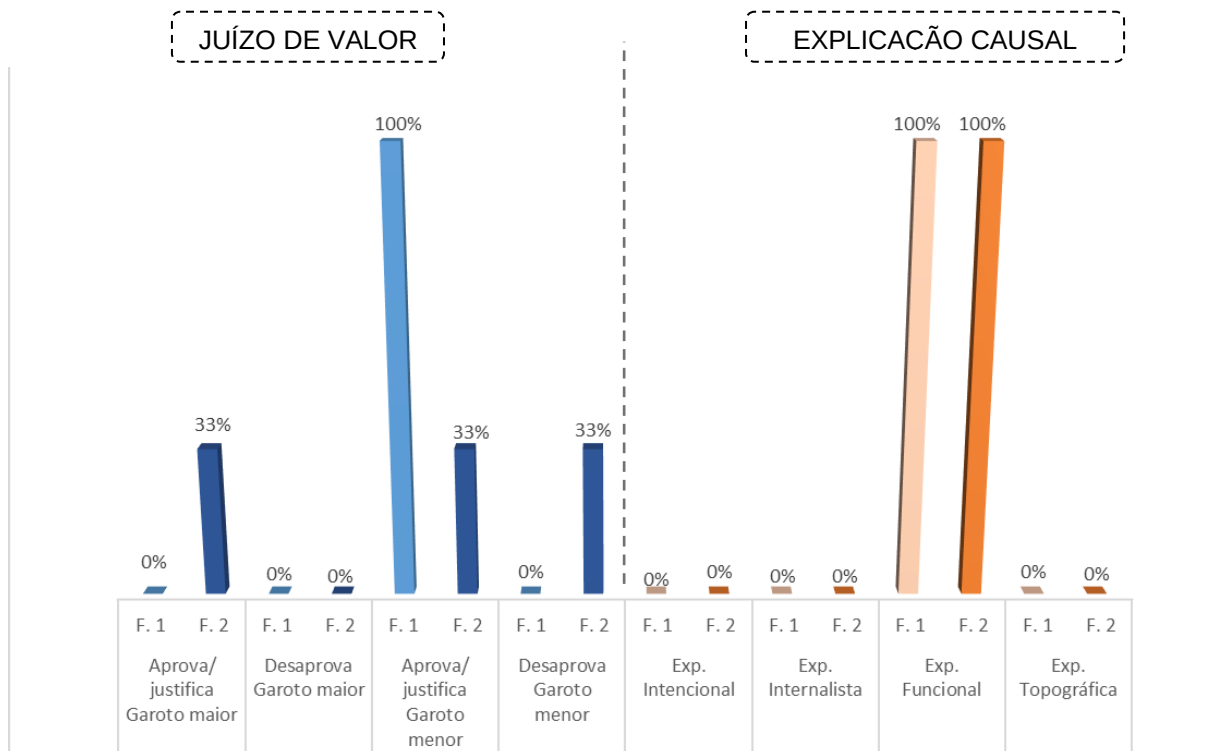


Figura 32: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JN nas macrocategorias de Juízo de Valor e Explicação Causal

Na comparação entre as duas fases, na categoria de juízo de valor (Figura 33), JN apresentou uma maior diferença na quantidade de respostas que aprovavam/justificavam o garoto menor, que diminuiu de 100% na primeira fase, para 33% na segunda. Outra variação encontrada foi nas respostas de aprovação/justificação do garoto maior e de desaprovação do garoto menor, que subiram de 0% para 33%.

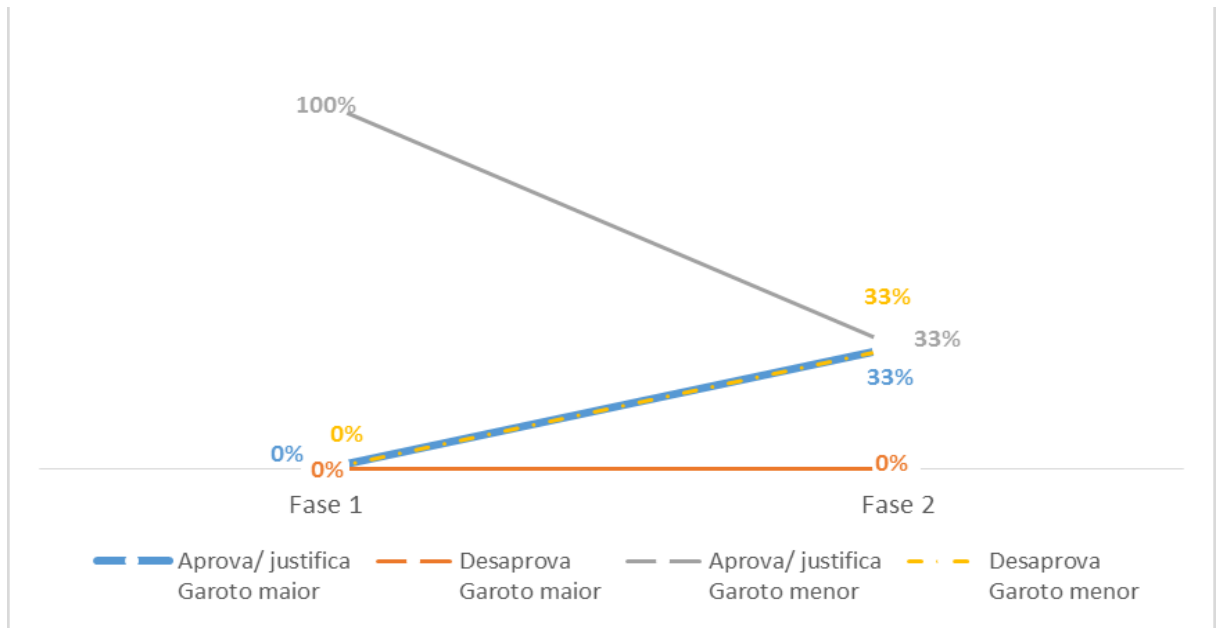


Figura 33: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JN na macrocategoria Juízo de Valor

Em relação à forma de explicação causal (Figura 34), JN se manteve explicando funcionalmente os comportamentos, integralmente, tanto na fase 1 como na 2, pois em ambas, 100% das respostas se encaixaram nessa categoria.

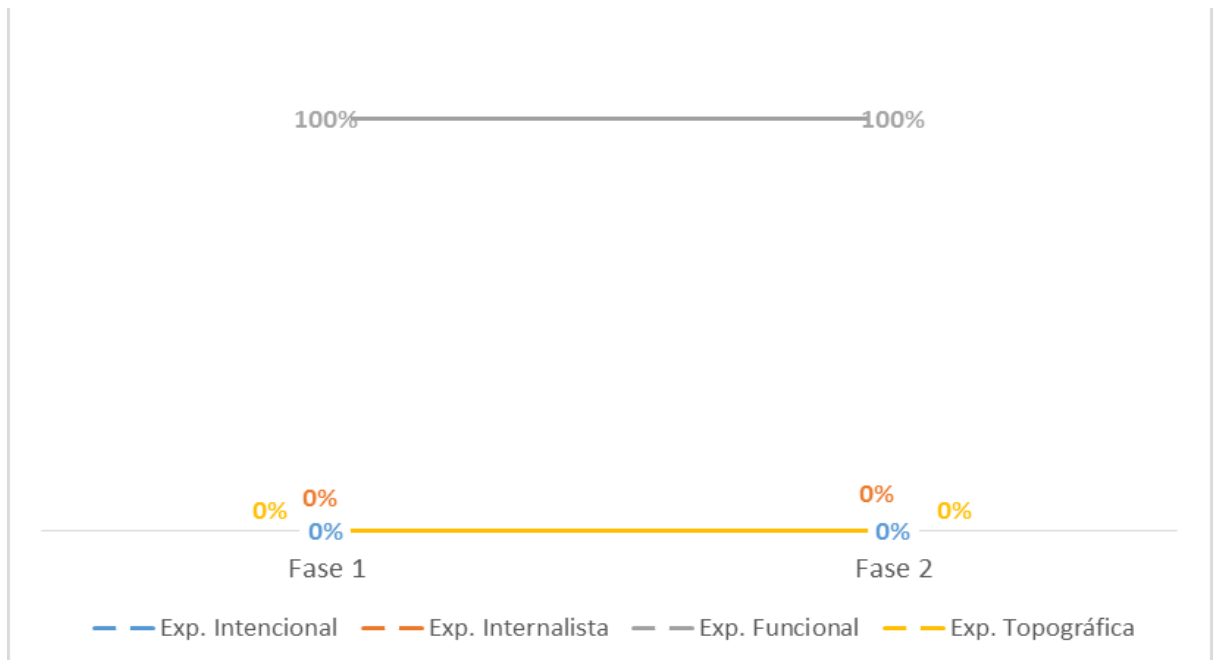


Figura 34: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JN na macrocategoria Explicação Causal

Na análise das explicações causais dadas sobre cada personagem, especificamente, verificou-se que, JN não comentou o comportamento do garoto

maior na fase 1, e na fase 2, emitiu 1 verbalização, que foi classificada como funcional. E ao falar do comportamento do garoto menor, nas duas fases o explicou de forma funcional, como pode ser visto na Figura 35.

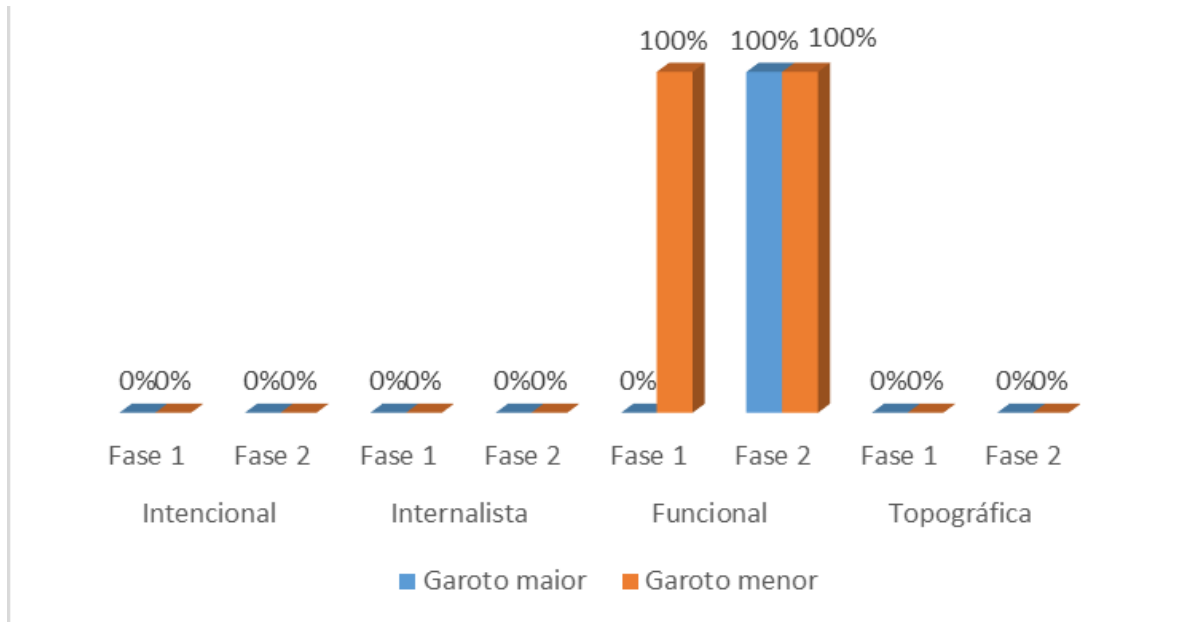


Figura 35: Gráfico da distribuição percentual das respostas do participante JN , na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

4.2.2 RESULTADOS GERAIS GRUPO B

O Grupo B (que participou da Fase 1, em que assistiu somente ao garoto maior agredindo o menor, e depois da Fase 2, em que viu o vídeo completo, emitiu ao todo 35 verbalizações, sendo 34% (n=12) na Fase 1 e 66% (n=23) na Fase 2. Na fase 1, 25% (n=3) aprovavam/justificavam o garoto maior, índice que aumentou para 30% (n=7), na fase 2; 33% (n=4) aprovavam/justificavam o garoto menor, valor que diminuiu para 17% (n=4) na fase 2; 42% (n=5) desaprovavam o garoto maior, sendo que, na fase 2, essa taxa diminuiu para 17% (n=4); e 0% desaprovava o garoto menor, índice que subiu para 35% (n=8), na fase 2. Conforme é possível observar na Figura 36.

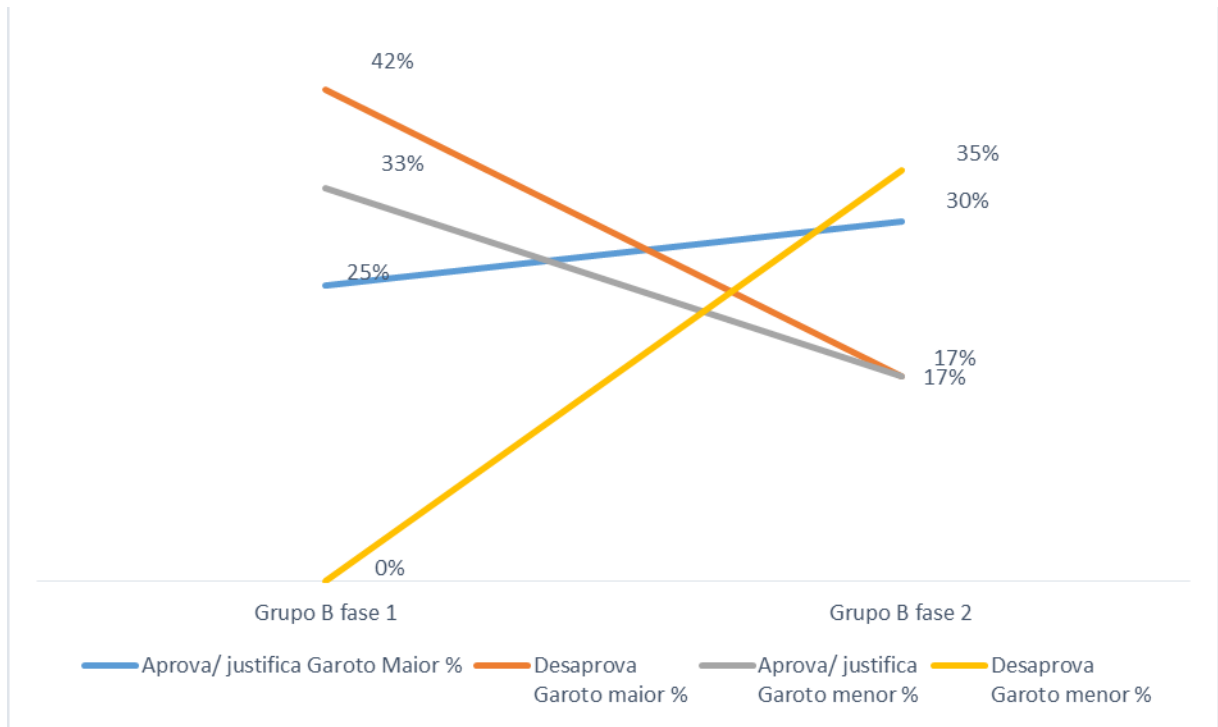


Figura 36: Gráfico da distribuição percentual das respostas do Grupo B na macrocategoria de Juízo de Valor

Na Figura 37, é possível observar um panorama geral da forma como os participantes do Grupo B aplicaram juízo de valor aos comportamentos dos personagens.

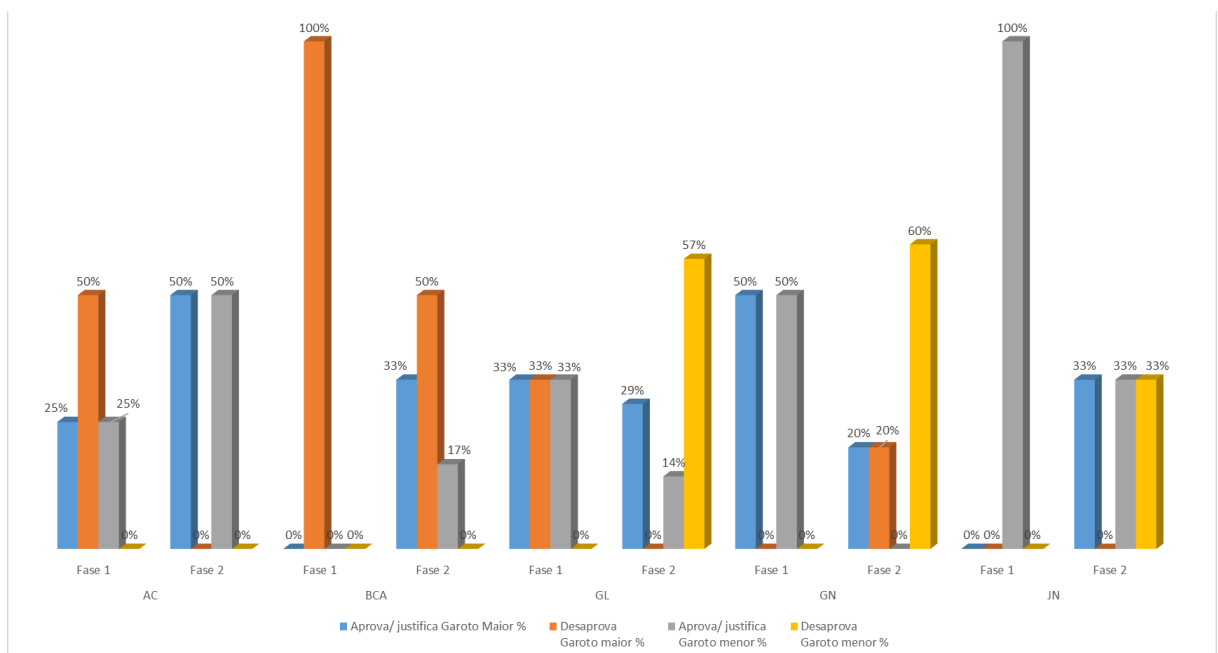


Figura 37: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo B, na macrocategoria Juízo de valor, divididas por participante

Na forma de explicação causal dos comportamentos (Figura 38) 50% (n=8) das verbalizações do Grupo B, na primeira fase, foram internalistas, percentual que abaixou para 19% (n=4), na fase 2; enquanto as verbalizações com explicações funcionais, aumentaram de 38% (n=6) na Fase 1, para 67% (n=14), na fase 2. As explicações intencionais caíram de 6% (n=1) na fase 1 para 0% na fase 2, e as topográficas aumentaram de 6% (n=1) para 14% (n=3).

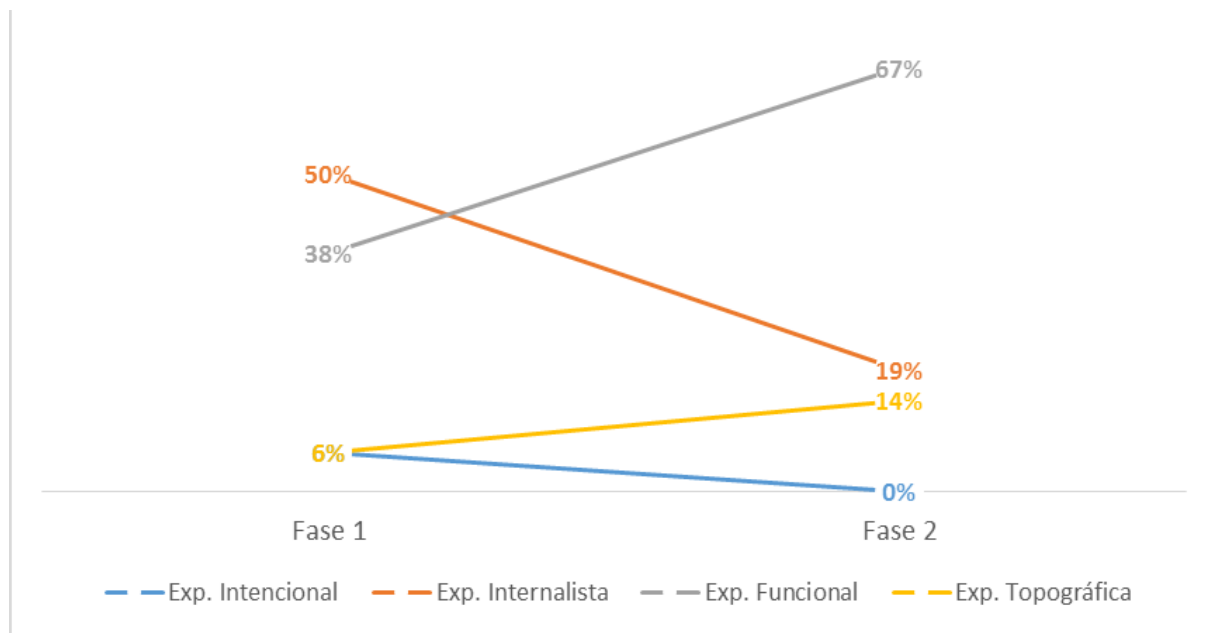


Figura 38: Gráfico da distribuição percentual das respostas do Grupo B na macrocategoria Explicação Causal

A Figura 39 apresenta um panorama geral, com as verbalizações, de cada participante, sobre as causas dos comportamentos dos personagens.

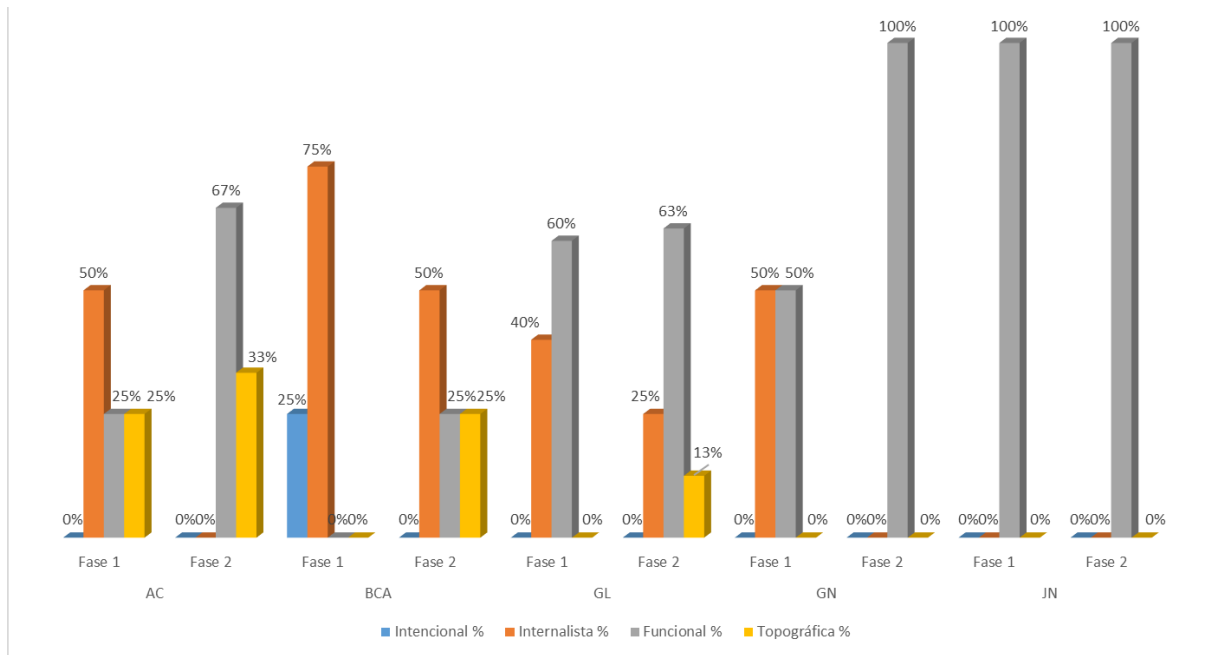


Figura 39: Gráfico com a distribuição percentual das respostas do Grupo B, na macrocategoria Explicação Causal, divididas por participante

Na análise das explicações causais dadas sobre cada personagem, especificamente, conforme mostra a figura 40, o Grupo B, ao falar do garoto maior, emitiu na maioria, explicações internalistas, 56% (n=5), além de 22% (n= 2) de explicações funcionais e 11% (n=1) tanto de explicações intencionais como de topográficas. Já na fase 2, foram 67% (n=6) de explicações funcionais, 22% (n=2) de internalistas, 11% (n=1) de topográficas e nenhuma intencional. E ao falar do garoto menor, na Fase 1, emitiu, na maioria, explicações funcionais, 57% (n=4), além de 43% (n=3) de internalistas e nenhuma intencional ou topográfica. Enquanto na fase 2, apresentou 67% (n=8) de explicações funcionais, 17% (n=2) tanto de internalistas como de topográficas, e nenhuma intencional.

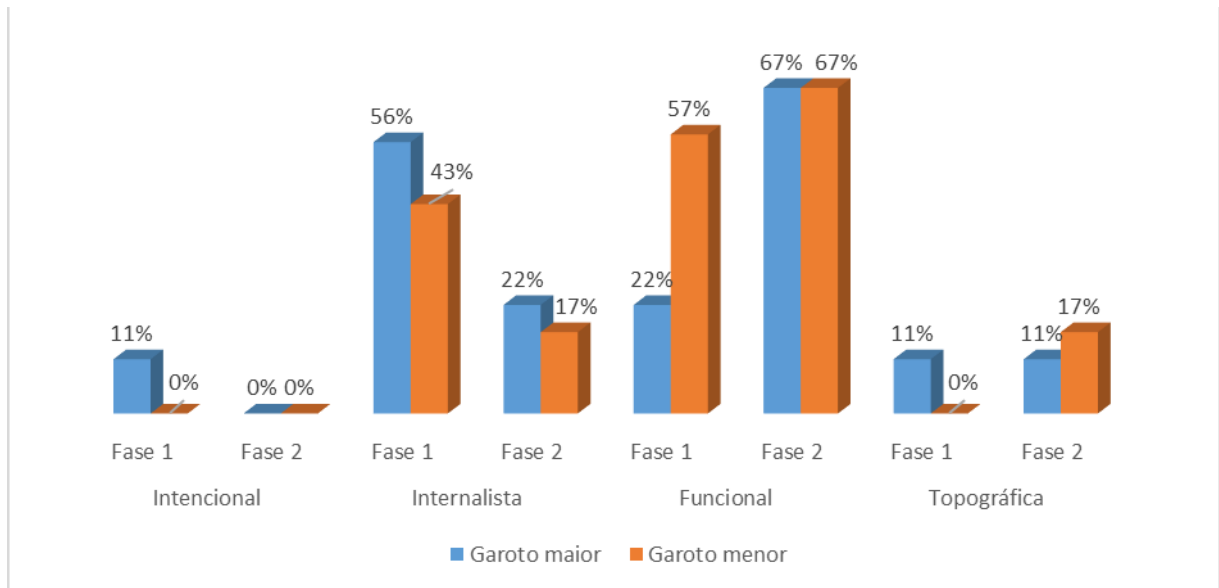


Figura 40: Gráfico da distribuição percentual das respostas do Grupo B , na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

4.3 RESULTADOS COMPARATIVOS DA FASE 2 ENTRE OS GRUPOS

Em relação ao juízo de valor, 40% das verbalizações do Grupo A e 30% do Grupo B aprovavam/ justificavam o garoto maior; 12% do Grupo A e 17% do Grupo B desaprovavam o garoto menor; 12% do Grupo A e 17% do Grupo B aprovavam/justificavam garoto menor; e 36% do Grupo A e 35% do Grupo B desaprovavam garoto menor (Figura 41).

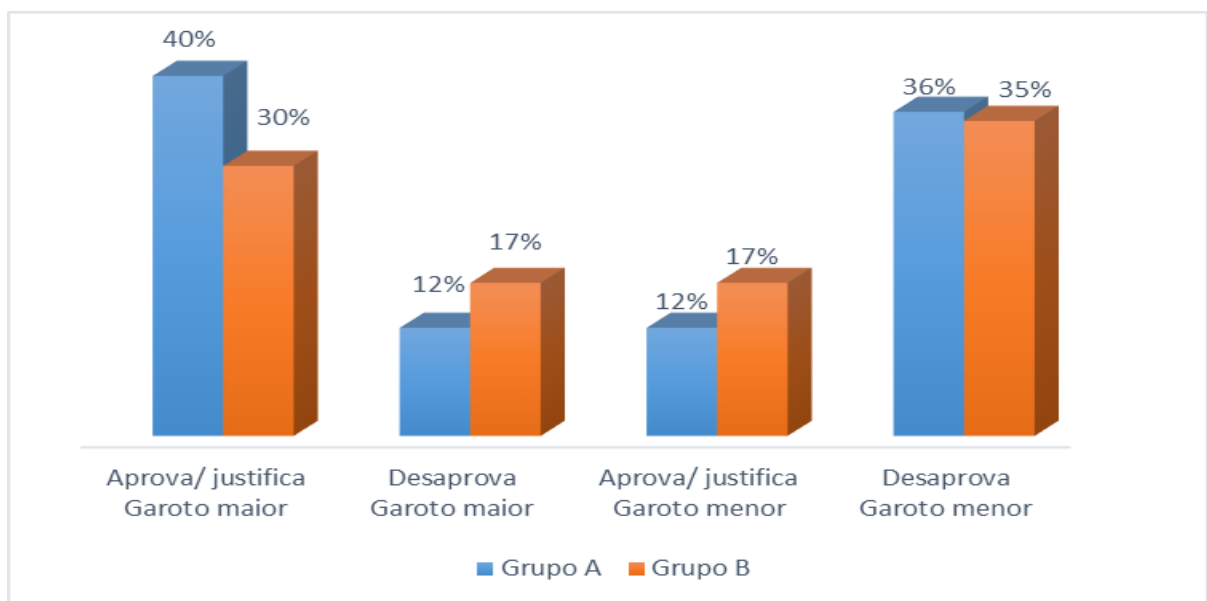


Figura 41: Gráfico com o resultado percentual comparativo da Fase 2 dos Grupos A e B, em relação à macrocategoria Juízo de Valor

Na forma de explicar a causalidade dos comportamentos (Figura 42), o Grupo A apresentou 4% de verbalizações com explicação intencional, enquanto o Grupo B 0%; 37% para explicações internalistas, e o Grupo B 19%; 56% de explicações funcionais em relação a 67% do Grupo B; e 4% de explicações topográficas, quando o Grupo B apresentou 14%.

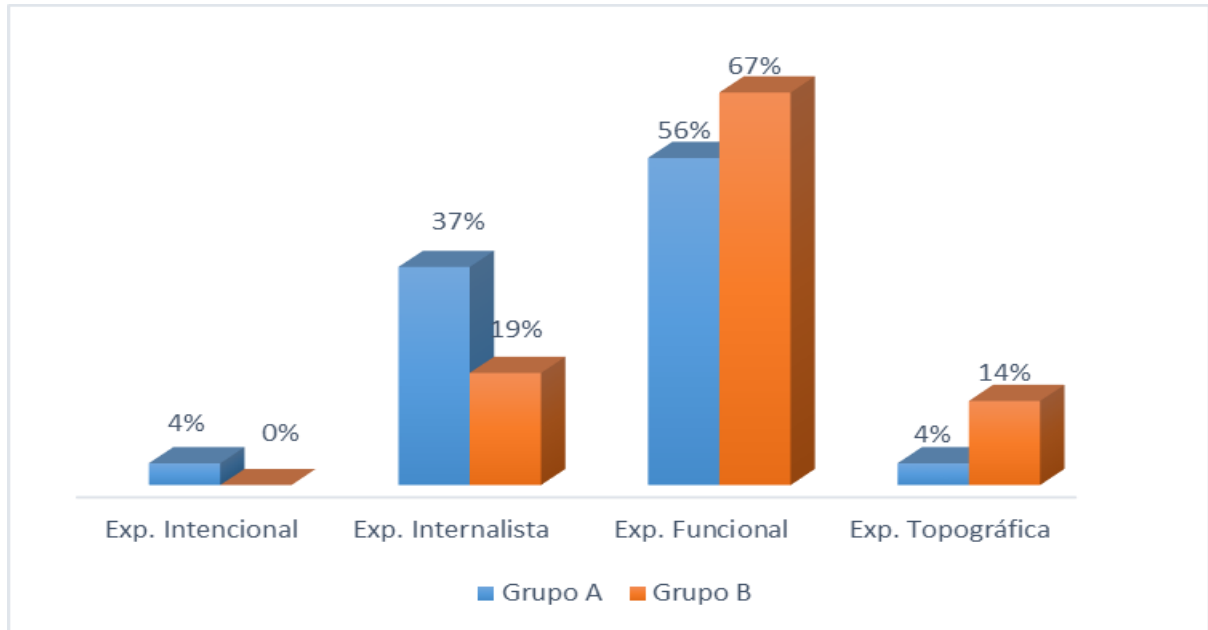


Figura 42 Gráfico com o resultado percentual comparativo da Fase 2 dos Grupos A e B, em relação à macrocategoria Explicação causal

Na análise das explicações causais dadas sobre cada personagem, especificamente, conforme mostra a figura 43, a maior diferença entre os grupos A e B, ocorreu na explicação do comportamento do garoto menor, na qual o Grupo A, apresentou 46% de respostas internalistas e 0% de respostas topográficas, enquanto o grupo B emitiu uma taxa significativamente menor, de 17% de explicações internalistas e um percentual significativamente maior de explicações topográficas, 17%.

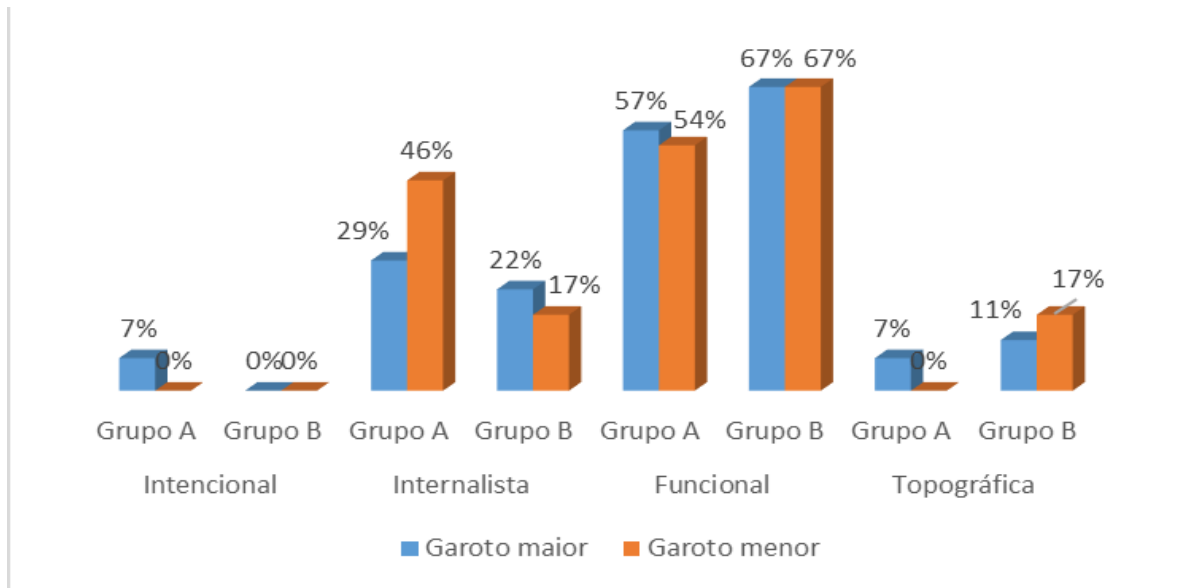


Figura 43: Gráfico com o resultado percentual comparativo da Fases 2 dos Grupos A e B, na macrocategoria de Explicação Causal, com os tipos de verbalizações emitidas especificamente acerca de cada personagem

4.4 QUESTIONÁRIO PÓS EXPERIMENTAL

Ao final do experimento, todos os participantes responderam à pergunta sobre qual achavam que seria o objetivo da pesquisa, em resposta à qual, 90% (n=9) dos participantes deram respostas generalistas, dando respostas como “Pesquisar a reação das pessoas frente a situação ou cenas de violência” e “Acredito que o objetivo seja analisar como cada um de nós vê a mesma situação”, ou seja, que citavam que o objetivo seria observar a reação frente ao vídeo ou frente a situações de agressão.

E 10% (n=1) respondeu algo próximo ao objetivo real da pesquisa: “Creio que o objetivo da pesquisa é identificar a divergência de opiniões acerca da primeira fase, primeiro vídeo assistido e a segunda fase, o segundo vídeo, pois os vídeos, sendo eles o cortado e o inteiro, mostram a mesma realidade de agressão entretanto, mostram o início da manifestação do agressor”.

O participante que emitiu essa resposta, GL, apresentou uma taxa de desaprovação do garoto menor na fase 2 (57%) superior à média do grupo (35%), assim como sua taxa de desaprovação do garoto maior também foi menor do que a média do grupo, emitindo 0% de verbalizações que desaprovam o garoto maior, em relação a 17% de verbalizações desse tipo emitidas pelo grupo, na fase 2.

5 DISCUSSÃO

O presente estudo tinha como objetivo investigar o efeito da exposição ao contexto da agressão sobre o discurso explicativo, de forma a verificar se esse contexto exerceria controle na forma como as pessoas explicam comportamentos agressivos, e assim, possibilitar uma discussão sobre as possíveis variáveis envolvidas no discurso gerado pelos participantes. Para tanto foi realizado um experimento onde mostrou-se um vídeo seccionado, sem o contexto da agressão, a um grupo e o vídeo completo a outro grupo e diante do resultado encontrado, analisou-se divergências e padrões nas explicações, fazendo uma comparação dos dados produzidos nas duas fases do grupo que assistiu ao vídeo por partes e entre os dois grupos.

A partir dos resultados apresentados, observou-se nesse estudo que o conhecimento prévio do contexto em que a situação de agressão aconteceu controlou tanto a forma de aplicar valor aos comportamentos dos personagens, quanto a forma de explicar a causa de tais comportamentos.

No quesito juízo de valor, tem-se resultados semelhantes entre o Grupo A, que assistiu ao vídeo completo, e apresentou 40% (n=10) das verbalizações aprovando/ justificando o garoto maior, 12% (n=3) aprovando/ justificando o garoto menor, 12% (n=3) desaprovando o garoto maior e 36% (n=9) desaprovando o garoto menor; e a fase 2 do Grupo B, que viu o vídeo seccionado, em que 30% (n=7) aprovaram/ justificaram o garoto maior, 17% (n=4) aprovaram/justificaram o menor, 17% (n=4) desaprovaram o maior e 35% (n=8) desaprovaram o garoto menor. Dessa forma, observa-se um mesmo padrão no discurso dos dois grupos ao ter acesso ao contexto (ver Figura 41).

No entanto, é possível ver que um dos indicadores que obteve maior diferença, no resultado dos dois grupos, foi na aprovação/justificação do garoto maior, e nisso, infere-se que uma das causas possíveis é que o alto índice de desaprovação do mesmo, pelo grupo B, na Fase 1 (42% das verbalizações) pode ter controlado as verbalizações de aprovação, na Fase 2, que, por isso, teriam aumentado relativamente pouco, de 25% na Fase 1, para 30% na Fase 2 (ver Figura 36), e ainda ter sido menor do que o grupo que assistiu ao vídeo completo (ver Figura 11). Portanto, pressupõe-se que o fato de já terem emitido um discurso de desaprovação do garoto maior pode ter surtido um efeito na emissão das

aprovações, na fase 2, fazendo com que este índice destoasse de uma forma mais aparente, em relação aos participantes do Grupo A.

Outro resultado notável (ver figura 36) é que mesmo que a desaprovação do garoto menor pelo Grupo B subiu de 0% na Fase 1 para 35% na Fase 2, ainda foi menor do que a desaprovação do garoto maior na Fase 1, que atingiu 42%. Esse dado sugere que a exposição prévia ao segmento do vídeo que continha apenas a agressão do garoto maior também pode ter controlado a forma como os participantes valoraram o comportamento do garoto menor, ainda justificando-o em certa medida, mesmo conhecendo o contexto.

Ao pesquisar esse tema, tinha-se o intuito de investigar o efeito do conhecimento (ou falta de conhecimento) do contexto em que determinada agressão ocorreu sobre o discurso, verificando se diferentes situações teriam funções diferentes no controle do discurso dos participantes, ocasionando sua alteração. Ressaltando que, ao utilizar o termo “conhecimento”, este é considerado como “ficar sob controle discriminativo de algo”, ou, neste caso, especificamente, ficar sob controle do contexto em que a agressão física do garoto maior ocorreu. E, apesar das particularidades e diferenças mencionadas, observou-se nos resultados que houve uma mudança significativa no discurso dos participantes, a partir do momento em que se teve conhecimento do contexto da situação. Então, vê-se um cenário em que, mesmo que o garoto maior estivesse emitindo o mesmo comportamento, topograficamente, do primeiro dia em que os participantes viram o vídeo, o fato de terem acesso à informação de que ele havia sido provocado anteriormente controlou o discurso, conferindo a esse comportamento uma função diferente e alterando as opiniões acerca dos personagens.

Portanto, verificou-se que, apesar dos dois garotos terem emitido comportamentos agressivos, a função que tiveram, no controle do comportamento verbal dos participantes, foi diferente, e variou conforme conheceram o contexto da agressão do garoto maior. Então, é possível explicar tal situação, como já comentado anteriormente, a partir da ideia de que o grupo busca estabelecer comportamentos que geram reforçadores para os demais membros do grupo e eliminar os comportamentos que produzem aversão aos demais membros do grupo (SKINNER, 1953). De forma que, provavelmente por isso as agressões tiveram mais de uma função no controle das verbalizações emitidas, dependendo do contexto em

que foram aplicadas. Então, bater em alguém de tamanho inferior, aparentemente é algo que não traz reforçadores para o grupo, de forma geral, e por isso, altamente reprovado. Mas se essa agressão for em retaliação por algo já sofrido antes, se torna justificável e aprovado perante o grupo. Como o participante NS relatou: “à princípio eu pensei assim... mereceu. Porque daí ele tava... porque me pareceu que ele tava fazendo de propósito com o gord.. com o menino que era mais gordinho”. O que retrata também uma cultura em que existe a resolução da violência pela violência, e a banalização desta enquanto forma de punir agressores ou comportamentos socialmente não aceitos.

Conforme Skinner (1953/2000) explica,

Não há razão de nos quedarmos perplexos ante o fato de que o princípio básico através do qual um governo eficiente “mantém a paz” se exemplifique em circunstâncias muito menos admiráveis pelo uso que o fanfarrão ou o bandido faz de seu poder de punir. Não é a técnica de controle, mas o efeito final sobre o grupo que nos leva a aprovar ou desaprovar determinado procedimento (SKINNER, 1953/2000, p.381)

Ou seja, no ato agressivo, não é a topografia que leva à aprovação ou desaprovação, mas o efeito que essa agressão tem sobre o grupo. No caso do garoto menor, a agressão se configura, dentro da organização social e cultural ocidental, mais como uma instância aversiva do que o caso do garoto maior, onde o efeito da agressão geralmente vai se encaixar como uma condição mais reforçadora ao grupo, por ter eliminado um agente aversivo.

Lembrando que, ao dizer isso, não há o intuito de defender a ideia de que existem agressões boas ou ruins, mas apenas expor que, considerando o proposto por Skinner (1953/2000), o grupo determina a forma como seus membros se comportam em relação à aplicação de um tipo de controle, dependendo do seu efeito sobre os membros. Todas as pessoas, desde que nascem, são expostas a todas as fontes de controle social que constituem sua cultura, a qual mantém os comportamentos dos membros do grupo (SAMPALIO; ANDERY; BAIA, 2013). E como Andery e Sérgio (1999b) afirmam, a violência é uma das práticas culturais mais difundidas e por isso tem-se uma visão já tão banalizada de seu uso. Então, apesar de legalmente, pelo estabelecido pelas leis governamentais, a agressão física ser caracterizada como aversiva, no dia a dia, seu uso vai ser relativizado de acordo com as condições já expostas acima, conforme geram consequências reforçadoras para o grupo.

Nesses sentidos, os resultados deste estudo corroboram, pois é possível observar atos agressivos sendo justificados e defendidos, ao contrário do legal e politicamente correto, reforçando o que Skinner (1953/2000) explica, que o que é bom ou ruim é definido conforme acarreta reforçadores para o grupo.

Em relação à explicação causal, observou-se pelos resultados do Grupo B (ver figura 38), que as explicações ficaram mais funcionais e menos internalistas quando os participantes conheceram o contexto em que a situação ocorreu, pois as explicações funcionais subiram de 38% para 67%, e as internalistas diminuíram de 50% para 19%. Ou seja, o conhecimento do contexto gerou um discurso que indica a relação entre variáveis comportamentais e ambientais, em detrimento de um discurso que atribui a causa do comportamento a variáveis não observáveis.

Na comparação com o Grupo A (ver figura 42), observa-se que mesmo tendo tido acesso ao contexto em que a agressão ocorreu, este apresentou índice de respostas internalistas superior ao Grupo B, na fase 2 (37%, em relação a 19% do grupo B), bem como menor taxa de verbalizações funcionais (56%, em relação a 67% do Grupo B). O que possibilita inferir que o conhecimento tardio do contexto, que aconteceu com o Grupo B, pode ter provocado essa diferença significativa, fazendo com que o discurso fosse mais controlado pelas variáveis externas, do que no caso do grupo que teve acesso direto ao contexto.

Esse resultado confirma as conclusões demonstradas por Leigland (1989), em seu experimento, onde o controle discriminativo claro das luzes sobre as respostas do rato provocou respostas mais descritivas, o que levou Leigland (1989) a concluir que quando é possível observar um controle de estímulos mais preciso, as respostas tendem a ser mais descritivas do que mentalistas.

Em relação à pesquisa de Chaveiro (2014), que buscava investigar o efeito das instruções “explique” e “descreva” sobre o comportamento verbal dos participantes, não observou-se nenhuma relação direta entre o uso de uma instrução específica e um padrão de respostas mais funcional do que mentalista. No estudo relatado neste trabalho, a instrução dada foi “explique”, e desconsiderando-se a variável do conhecimento do contexto, isto é, pegando os resultados apenas da Fase 2, quando ambos os grupos já haviam visto o vídeo completo (ver figura 42), obteve-se 56% de explicações funcionais do Grupo A e 67% do Grupo B, e em relação às explicações mentalistas (intencionais e internalistas), estas somaram 41%

para o Grupo A e 19% para o Grupo B. Um resultado que a pesquisa de Chaveiro (2014) apresentou e que também vai ao encontro tanto desta relatada aqui como do experimento de Leigland (1989) foi notar que quando a contingência não está tão clara, como no caso do esquema de intervalo fixo, a probabilidade de explicar o comportamento remetendo-se a mentalismos é maior

O estudo de GUIMARÃES (2016), também corrobora para os achados de Leigland, pois seus resultados apontaram para as mesmas conclusões, que o esquema de reforçamento a que o rato estava submetido no vídeo, FI 40, tenha exercido influência sobre a quantidade de verbalizações internalistas-mentalistas emitidas pelos participantes, pontuando que isso provavelmente ocorre porque, devido ao esquema de reforçamento, o rato apresenta maior variação nas respostas, o que dificulta a emissão de explicações funcionais pelo observador leigo. De igual forma, neste estudo, quando não se tinha um conhecimento do contexto em que a agressão física emitida pelo garoto maior ocorreu, as possibilidades de variáveis controlando aquele comportamento eram muito maiores, e isso pode ter gerado o número maior de verbalizações mentalistas. Mas a partir do momento que os participantes do Grupo B passaram a conhecer o contexto, o controle de estímulos envolvidos na situação ficou mais claro, o que produziu explicações mais funcionais, que remetiam a explicação do comportamento dos personagens do vídeo a fatores ambientais.

Realizou-se também uma análise dos tipos de explicação causal dada especificamente sobre cada personagem, com o fim de saber se algum evocava mais explicações de um tipo do que outro (ver figura 15). No Grupo A, ao falarem do garoto maior, as verbalizações de explicação funcional representaram 57% do total das verbalizações sobre este personagem, e ao falarem do garoto menor, 54%. Já as verbalizações mentalistas (soma das verbalizações internalistas e intencionais) corresponderam a 36% das explicações sobre o garoto maior, e 46% das verbalizações sobre o garoto menor. Portanto, observa-se que o grupo que teve acesso ao vídeo completo foi mais funcional e menos mentalista ao falar do garoto maior.

Esse dado corrobora com outros dados já gerados no presente estudo. Os participantes não têm o contexto do comportamento do garoto menor, portanto não sabem por que o garoto menor estava agredindo o garoto maior. Enquanto sobre o

comportamento do garoto maior, lhes é apresentado o contexto: o garoto menor estava lhe provocando. A ausência de contexto para o garoto menor pode funcionar como elemento para eles continuarem atribuindo seu comportamento a instâncias mentais e internas. Isso corrobora para o princípio de que quando não se conhece as contingências que envolvem a produção de determinado comportamento, internaliza-se as explicações acerca dele. Skinner (1953/2000) explica ainda que é mais fácil conferir essas justificativas ao comportamento, pois por serem difíceis de observar, não precisam de grandes argumentações.

No Grupo B (ver figura 40), na Fase 1, os participantes emitiram mais verbalizações funcionais ao falarem do garoto menor, 57%, do que do garoto maior, 22%; sendo mais mentalistas (soma das verbalizações internalistas e intencionais) ao falarem do garoto maior, 67%, do que do garoto menor, 43%. Já na fase 2, as verbalizações funcionais sobre o garoto maior aumentaram para 67%, mesmo índice das verbalizações funcionais sobre o garoto menor também. As verbalizações de cunho mentalista, ao falarem do garoto maior, se reduziram a 22%, em detrimento de 17% de verbalizações mentalistas emitidas sobre o garoto menor. Dessa forma, podemos afirmar que quando não se tinha conhecimento do contexto da agressão física realizada pelo garoto maior, as explicações dadas atribuíam seu comportamento a fatores internos ou intencionais, mas a partir do momento em que este lhes foi apresentado, aconteceu uma alteração significativa na forma como os participantes explicaram a causa de seu comportamento, passando a relacioná-lo mais a eventos ambientais do que internos ou intencionais. Já em relação ao garoto menor, a diferença no tipo de verbalizações foi menos notória.

Na questão pós experimental, na qual perguntava-se a opinião do participante sobre o objetivo que achava que o estudo teria, apenas GL emitiu uma resposta próxima ao real objetivo: “Creio que o objetivo da pesquisa é identificar a divergência de opiniões acerca da primeira fase, primeiro vídeo assistido e a segunda fase, o segundo vídeo, pois os vídeos, sendo eles o cortado e o inteiro, mostram a mesma realidade de agressão entretanto, mostram o início da manifestação do agressor”.

O participante que emitiu essa resposta, GL, apresentou uma taxa de desaprovação do garoto menor na fase 2 (57%) superior à média do grupo (35%), assim como sua taxa de desaprovação do garoto maior também foi menor do que a média do grupo, emitindo 0% de verbalizações que desaprovam o garoto maior, em relação a 17% de verbalizações desse tipo emitidas pelo grupo, na fase 2.

Tendo sido quem mais apresentou divergências entre os indicadores levantados na Fase 1 e na Fase 2, os resultados de GL poderiam indicar que estar sob controle do objetivo da pesquisa pode ter controlado o juízo de valor que aplicou ao falar dos personagens, o que fez com que divergisse mais o teor de suas verbalizações, de uma fase para outra, conforme o objetivo que descreveu: “identificar divergências de opinião...”.

No entanto, um outro participante, GN, que não identificou o objetivo real da pesquisa, também apresentou uma taxa significativamente maior à do grupo, no quesito desaprovação do garoto menor, que aumentou de 0% na fase 1, para 60% na fase 2. Esse dado gera uma dúvida em relação à hipótese anterior de que o conhecimento do objetivo tenha controlado essa diferença na quantidade de verbalizações que desaprovam o garoto menor, uma vez que GN apresentou a divergência, mas não a discriminação do objetivo, como GL.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, foi possível observar como a manipulação da variável “conhecimento do contexto” provocou alterações no comportamento verbal dos participantes, tanto na forma de valorar os comportamentos dos personagens, quanto no modo como explicaram a causalidade de tais comportamentos, aspectos esses que ficaram claramente visíveis na exposição dos resultados.

Apesar de os dados terem sido substanciais e relevantes na discussão da hipótese inicial, algumas condições impediram uma análise mais detalhada. Como a ausência de informações sobre a história do participante, uma vez que não foi feita nenhuma anamnese inicial. E, de igual forma a falta de controle experimental sobre a história de reforçamento dos mesmos, e como essa variável pode ter controlado seu discurso.

Outro fator dificultante foi a utilização de um vídeo não estruturado experimentalmente, e além disso, encontrar um vídeo que pudesse ser utilizado da forma como o experimento demandava, no qual houvesse uma situação de agressão física, e o contexto claro em que ocorreu. O que levou à utilização do vídeo apresentado, mas que não possuía boa qualidade de imagem e era frequentemente retirado do ar no Youtube, em decorrência do conteúdo de agressão entre crianças. Outra dificuldade foi a de encontrar participantes que não tivessem assistido, uma vez que ele foi amplamente divulgado e compartilhado na época em que surgiu.

Não obstante, a pesquisa trouxe alguns acréscimos para a Análise do Comportamento, uma vez que na área não existem muitos trabalhos que analisem o conteúdo da resposta verbal. E apesar da falta de material para embasar uma discussão analítico comportamental a respeito de conteúdo, o atual trabalho colaborou nos primeiros caminhos que vem sendo traçados nessa empreitada, dando um passo para além do costumeiro, e contribuindo para que a análise do comportamento tenha condições de discutir o conteúdo do comportamento verbal.

No decorrer do estudo, identificou-se algumas possibilidades de investigação que poderiam acrescentar conteúdo às discussões levantadas, e que serão apresentados aqui como sugestão para as próximas pesquisas na área.

Em uma segunda vertente de pesquisa, os participantes do experimento poderiam ser convidados a explicar os comportamentos dos personagens ao mesmo tempo em que o vídeo fosse passado, de forma que possibilitasse identificar uma relação mais processual dessa avaliação de aprovação e desaprovação, por meio

da identificação de quais momentos do vídeo serviram de contexto para quais juízos de valor. Uma outra possibilidade que se sugere é de apresentar, antes do vídeo, uma explicação sobre o que aconteceu na história dos personagens, anteriormente à situação vivida, e a repercussão gerada, de forma a investigar como isso afetaria também o julgamento dos participantes.

Apesar dessas novas possibilidades, a pesquisa, da forma como já realizada, propiciou entender que conhecer a fonte de controle sobre o discurso é importante porque a partir do momento que, no episódio verbal, tem-se uma relação entre ouvinte e falante, e, portanto, um padrão que envolve contingência intercruzada, a verbalização, conteúdo e topografia da resposta do falante, é estímulo discriminativo para o ouvinte se comportar, assim esse conteúdo passa a ser importante porque exerce controle sobre o ouvinte. Dessa forma, entender a regulação da construção desse conteúdo permite entender melhor como se dá o processo de interrelação entre falante e ouvinte.

7 REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. & SÉRIO, T. M. A. P. A violência urbana: aplica-se a análise da coerção? Em: Banaco, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**, São Paulo: ARBytes, p. 433-444, 1999b.

BARROS, R. S. Uma introdução ao comportamento verbal. **Rev. bras. ter. comport. cogn.**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 73-82, jun. 2003. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000100008&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 02 abr. 2018.

BAUM, W. M. **Compreender o behaviorismo: comportamento**, cultura e evolução. Tradução de Maria Teresa Araujo Silva et al; 2ª edição revisada e ampliada. Porto Alegre: Artmed, 2006.

BORLOTI, E. et al. Análise comportamental do discurso: fundamentos e método. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 2008, Volume 24, nº 1, p. 101 – 110. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v24n1/a12v24n1.pdf>. Acesso em 21/06/2016.

BORLOTI, E. et al. Análise comportamental do discurso: uma entrevista com uma paciente oncológica. **Revista Perspectivas em análise do comportamento**, volume 3, nº 02, p. 102 – 116, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pac/v3n2/v3n2a03.pdf>. Acesso em 21/06/2016.

BRASIL. **Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848**, de 7 de dezembro de 1940. Vade mecum. São Paulo: Saraiva, 2008.

CARRARA, K; STRAPASSON, B.A. Em que sentido(s) é radical o Behaviorismo Radical? **Acta comportamentalia**, vol 22, num 1, p. 101 – 115, 2014.

CARRARA, K. **Uma ciência sobre coisa alguma** [recurso eletrônico]: relações funcionais, comportamento e cultura. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CASIQUE, L. C., FERREIRA, A. R. F. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online] 2006. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=281421865018>> Acesso em 17/08/2017.

CATANIA, A. C. **Aprendizagem: comportamento, linguagem e cognição**. Artmed, Porto Alegre, 1999.

CHAVEIRO, M. M. R. S. **Investigação do controle exercido pelos conceitos de explicação e descrição sobre a resposta verbal de estudantes**. 2014. 68f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Disponível em:

<https://sistemas.ufms.br/sigpos/portal/trabalhos/download/1402/cursold:154>. Acesso em 05/06/2016.

CHIESA, M. **Behaviorismo Radical: A filosofia e a ciência**. Brasília: Celeiro, 2006.

COSTA, P. H. S. e SILVA, M. F. A. O método pragmático de Charles S. Pierce. **Μετάνοια, Primeiros escritos em filosofia**, n 13, 2011, São João Del Rei: UFSJ. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistalable/2_BICALHO_O_METODO_PRAGMATICO_DE_CHARLES_S_S_PEIRCE_revista_met.pdf. Acesso em: 13/01/2017.

CRANE, E. 'A 40 second viral video changed my life': Three years on, brave boy who hit back at high school bully reveals how he went from tormented teenager to 'legend'. **MailOnline**. Jun 2014. Disponível em <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2674834/How-40-second-video-clip-changed-life-Teenager-hit-high-school-bully-trying-deal-long-lasting-fame.html>. Acesso em 01/07/2017.

DARWIN, C. 1959. **A origem das espécies**. São Paulo: Hemus, 1979.

DAY, Willard. Radical behaviorism in reconciliation with phenomenology. **Journal of the experimental analysis of behavior**, n. 2 (march), p. 315-328, 1969.

DITTRICH, A. **Behaviorismo Radical, ética e política: aspectos teóricos do compromisso social**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2004. Disponível em: www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/30266-31096-1-PB.pdf. Acesso em: 03/04/2018.

DOUGHER, M. A functional analysis of a behavior analyst's functional analysis. **The analysis of verbal behavior**, n.7, p. 19-23, 1989.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. O quadro atual da análise de discurso no Brasil. **Revista do programa de pós-graduação em letras**, n. 27, p. 39-46, nov. 2013. ISSN 2176-1485. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11896>. Acesso em: 08 fev. 2019. doi:<http://dx.doi.org/10.5902/2176148511896>.

G1. 'Ele me provocou primeiro', diz aluno agredido por vítima de bullying. **Globo**. São Paulo: 2011. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2011/03/ele-me-provocou-primeiro-diz-menino-agredido-por-vitima-de-bullying.html>. Acesso em: 01/07/2017.

GHENT, E. Masochism, Submission, Surrender—Masochism as a Perversion of Surr... **Contemp. Psychoanal.**, 26:108-136, 1990.

GUIMARÃES, P.S.E. **Efeito do uso de extensões metafóricas, no discurso explicativo, sobre a resposta verbal emitida pelo falante**. Campo Grande, 2016. Dissertação de mestrado, 93 p.

HUNZIKER, M. H. L. Afinal, o que é controle aversivo? **Acta Comportamentalia**, vol. 19, pp. 9-19, 2011. Disponível em: www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/download/36941/33473. Acesso em: 25/03/2018.

LEIGLAND, S. A functional analysis of mentalistic terms in human observers. **The Analysis of Verbal Behavior**, 7, p.5-18. 1989.

MARTINS, T. E. M.; CARVALHO NETO, M. B.; MAYER, P. C. M. B.F Skinner e o uso do controle aversivo: um estudo conceitual. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Vol. XV, nº 2, 5 – 17, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v15n2/v15n2a02.pdf>. Acesso em 13/01/2017.

MARTONE, R. C. e TODOROV, J. C. O desenvolvimento do conceito de metacontingência. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, Vol 3, nº 2, 181-190, 2007. Disponível em: <http://periodicos.ufpa.br/index.php/rebac/article/view/830/1177>. Acesso em: 13/01/2017.

MARTONE, RC; BANACO, RA. Comportamento Social: A imprensa como agência e ferramenta de controle social. Em: TODOROV, JC; MARTONE, RC; MOREIRA, MB. **Metacontingências: comportamento, cultura e sociedade**. Santo André: ESETec, 2005.

MATOS, Maria Amélia. As categorias formais de comportamento verbal de Skinner. In M. A. Matos, D. G. Souza, R. Gorayeb & V. R. L. Otero (Orgs.). **Anais da XXI Reunião Anual de Psicologia**. Ribeirão Preto: SPRP, 333-341. 1991. Disponível em http://www.itrcampinas.com.br/pdf/outros/as_categorias_formais_de_comportamento_verbal.PDF. Acesso em 09/06/2016.

MATOS, MA. O behaviorismo metodológico e suas relações com o mentalismo e o behaviorismo radical. Em: Banaco, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitiva**, São Paulo: ARBytes, p. 54 – 67, 1999.

MELO, CM et al. Cultura e liberdade. Em: HUBNER, MMC; MOREIRA, MB. (Org) **Fundamentos de psicologia. Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MICHELETTO, Nilza. Bases filosóficas do behaviorismo radical. In: Banaco, R. A. (Org.). **Sobre comportamento e cognição: Aspectos teóricos, metodológicos e de formação em análise do comportamento e terapia cognitivista**. Vol. 1. São Paulo: Arbytes, 1999.

MOORE, J. A retrospective appreciation of Willard Day's contributions to radical behaviorism and the analysis of verbal behavior. **The Analysis of Verbal Behavior**, 9, 97–104, 1991.

MOREIRA, M. B.; HANNA, E. S. Bases Filosóficas e noção de ciência em análise do comportamento. Em: **Fundamentos de Psicologia. Temas clássicos da Psicologia sob a ótica da Análise do Comportamento**. HUBNER, MC; MOREIRA, MB (Org). Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.

MOXLEY, R. A. SKINNER: From essentialist to selectionist meaning. **Behavior and Philosophy**, Volume 25, No. 2, Fall 1997

NASCIMENTO, E. M. M. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Revista Redescritões**, Ano 3, Número 1, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Redescricoes/article/download/15278/10034>. Acesso em: 04/04/2018.

NENO, Simone. Análise funcional: definição e aplicação na terapia analítico-comportamental. **Revista brasileira de terapia comportamental e cognitiva**. São Paulo , v. 5, n. 2, p. 151-165, dez. 2003 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55452003000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 31 maio 2016.

PAZ FILHO, A.M. **Efeito da exposição a diferentes fragmentos teóricos sobre o responder verbal explicativo**. Campo Grande, 2015. Dissertação de mestrado, 61p.

REIK, T. Masochism in Modern Man. New York: Farrar & Rhinehart, 1941.

RORTY, R. Pragmatismo. Trad. Antônio Duarte. In CARRILHO, Manuel Maria (Dir). **Dicionário do pensamento contemporâneo**. Lisboa: Publicações D. Quixote, pp. 265-277, 1991.

SAQUETTO, D. e BORLOTI, E. Hermenêutica comportamental. Em: Silva, W. C. M. P. da (Org.). Sobre comportamento e cognição: Vol. 22. Reflexões epistemológicas e conceituais, considerações metodológicas, relatos de pesquisa. Santo André: Esetec: 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/21303525/sobre-comportamento-e-cognicao-vol-22/19>. Acesso em 21/06/2016

SAMPAIO, A.A.S., Andery, M.A.P.A. Comportamento social, produção agregada e prática cultural: uma análise comportamental de fenômenos sociais. *Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Vol 26, n. 1, p. 183 – 192, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n1/a20v26n1.pdf>. Acesso em 05/04/2018.

SAMPAIO, A.A.S., Andery, M.A.P.A. e Baia, F.H. Quase-experimentos ou experimentos naturais no estudo da cultura. Em: MOREIRA, M.B (Org.), **Comportamento e práticas culturais** (pp. 228-253). Brasília: Instituto Walden4, 2013

SIDMAN, M. **Coerção e suas implicações** (M. A., Andery, & M. T. Sério, Trads.).Campinas: Psy II, 1995 (Trabalho originalmente publicado em 1989)

SKINNER, B. F. The Operational Analysis of psychological terms. **The Behavioral and brain sciences** (1984), 7, 547 – 581, 1945. Disponível em: <https://sci-hub.tw/10.1017/S0140525X00027187>. Acesso em 04/04/2018.

SKINNER, B. F. **Ciência e comportamento humano**. Tradução de J. C. Todorov & R. Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Trabalho original publicado em 1953).

SKINNER, B.F. **Sobre o Behaviorismo**. São Paulo, SP: Cultrix, 2006. 216p. (Trabalho original publicado em 1974)

SKINNER, B. F. **O comportamento verbal**. Tradução de M. P. Villalobos. São Paulo: Cultrix, 1978. (Trabalho original publicado em 1957).

SKINNER, B. F. Seleção pelas consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, 2007, Vol IX, nº 1, 129 – 137. (Trabalho original publicado em 1981).

TODOROV, J.C; MOREIRA, M. Análise experimental do comportamento e sociedade: um novo foco de estudo. **Psicologia: reflexão e crítica**, 17, p. 25 – 29, 2004.

TOURINHO, Emmanuel Zagury. Behaviorismo radical, representacionismo e pragmatismo. **Temas psicologia**., Ribeirão Preto , v. 4, n. 2, p. 41-56, ago. 1996 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X1996000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 13 dez. 2016.

WATSON, J.B. (1913). Clássico traduzido: A psicologia como o behaviorista a vê. **Temas em psicologia**, 16(2), 289-301, 2008.

XAVIER, Giovanna Silveira. **Efeito de audiências de diferentes níveis hierárquicos sobre a auto-edição do discurso explicativo de psicólogos organizacionais**. Campo Grande: 2016. Dissertação de mestrado. 207 p.

XAVIER, Giovanna Silveira et al. Método Reno: uma proposta para análise comportamental do discurso. **Revista Perspectivas**. São Paulo; v. 8; n. 1; p. 120-134. 2017.

8 APÊNDICES

8.1 APÊNDICE A – *PRINT SCREEN* DO CRITÉRIO DE EXCLUSÃO



8.2 APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO COMO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO 466/2012 E NA RESOLUÇÃO CFP Nº 016/2000

Prezado(a) participante, sou aluna da Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, e estou desenvolvendo uma pesquisa com o objetivo de investigar processos básicos do comportamento humano.

O estudo consiste na investigação do efeito de um vídeo de agressão física sobre o comportamento verbal de uma pessoa.

Informo que será garantido o sigilo absoluto sobre sua identidade na pesquisa. Os resultados finais poderão ser apresentados aos participantes que desejarem recebê-los e também poderão ser divulgados em apresentações de congressos e/ou trabalhos escritos. Na divulgação dos resultados os participantes nunca serão identificados por seus nomes, mas sim por números, nomes fictícios.

Ressalto ainda que há a possibilidade de exposição aos seguintes fatores de risco durante esse procedimento: desconforto ao assistir o vídeo de agressão física; alterações emocionais ou comportamentais provocadas pela evocação de memórias relacionadas à agressão física; mas caso sinta qualquer incômodo ou desconforto, poderá interromper sua participação na pesquisa a qualquer momento. A realização deste trabalho pode não lhe trazer benefícios diretos ou imediatos, além do envolvimento no processo de produção de conhecimento na área da Análise do Comportamento. Também poderá ser útil para profissionais que lidam com questões relativas ao comportamento humano e para realização de novas pesquisas sobre o tema, e para a sociedade em geral, com a geração de conhecimento científico na explicação eficiente das relações do homem com o seu ambiente e comunidade. Informo que sua participação será voluntária, portanto não haverá remuneração.

Gostaria de contar com a sua participação e coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos sobre a pesquisa. Caso você concorde em participar preencha o termo de consentimento abaixo. Este termo será impresso em duas vias, o participante receberá uma cópia assinada pelos pesquisadores. Perguntas sobre os direitos como participante no estudo podem ser feitas pelo telefone (67) 3345-7187 do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFMS.

Kátia Saldanha Marques

Tel. (67) 99989-8638/ E-mail: katiasaldanha@hotmail.com

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO:

Declaro que li as informações acima sobre a pesquisa, que me sinto perfeitamente esclarecido sobre o conteúdo da mesma e que, por minha livre vontade, concordo em participar da mesma.

Campo Grande, ____/____/____

Assinatura do (a) participante

Assinatura da Pesquisadora

8.3 APÊNDICE C – FOLHA DE INSTRUÇÃO SOBRE O PROCEDIMENTO

Você assistirá a um vídeo. Preste bastante atenção pois ao final, lhe pediremos que responda algumas questões sobre suas impressões acerca do vídeo e dos comportamentos dos personagens.

8.4 APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO EXPERIMENTAL

Como você explica (a que atribui) o comportamento do garoto maior.

Como você explica (a que atribui) o comportamento do garoto menor.

Qual sua impressão sobre a situação?

8.5 APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PÓS EXPERIMENTAL

1) Você já havia assistido esse vídeo anteriormente? ¹

2) Qual você acha que é o objetivo dessa pesquisa? ²

8.6 APÊNDICE F – *PRINT SCREENS* DAS PRINCIPAIS CENAS





